

Cindi Pedroso Santos

“REFLET(IR)”

Um Projeto de Educação e Intervenção
Social num CAFAP

Volume I

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO
SOCIAL, ESPECIALIZAÇÃO EM AÇÃO PSICOSSOCIAL
EM CONTEXTOS DE RISCO

Cindi Pedroso Santos

“REFLET(IR)”

Um Projeto de Educação e Intervenção Social
num CAFAP

Volume I

Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
MESTRE EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Orientação

Professora Doutora Ana Bertão

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL,
ESPECIALIZAÇÃO EM AÇÃO PSICOSSOCIAL EM
CONTEXTOS DE RISCO

AGRADECIMENTOS

Acredito nos recomeços. Acredito que quando uma fase chega ao fim é porque a próxima que virá será sempre melhor, mais sorridente, mais feliz. Acredito que as nossas decisões, amparadas por tudo aquilo que a vida tem destinado para nós, nos vão colocando no sítio certo e com a energia certa. Acredito que essa mesma energia, misturada com a dose certa de amor, torna tudo mais claro, mais leve. Acredito, também, que as pessoas que se vão cruzando connosco durante a nossa caminhada são quem vão dando um outro sentido à nossa vida. Por isso mesmo, quero que essas mesmas pessoas saibam o quanto lhes estou grata pelo quanto acrescentaram (e continuam a acrescentar, diariamente) à minha vida e que, todas elas, me fizeram aprender, crescer e compreender aquilo que é lutar pelo que queremos.

À minha família que tanto amor me deu. A eles que me deram sempre ânimo para avançar, que me ampararam a cada momento de fraquejo e que sempre me deram força para manter a convicção de que todos os meus esforços irão valer cada segundo desta aventura. Eles que me deram sempre o seu colo (do qual não dispenso) e que me permitem sentir que a família é, realmente, o nosso porto seguro.

Ao meu companheiro de viagem, de sonhos e de vida. Ele que nunca me permitiu desistir, que me reforça que há sempre um lado bom em tudo. Ele que me permite sonhar e que acredita que a ambição e persistência são o que nos leva a bom porto. Ele que me coloca sempre no sítio certo, que me faz manter o ânimo leve e feliz, que me apoia incondicionalmente e que me relembra que quando nos dedicamos com carinho ao que fazemos, o resultado disso só poderá ser positivo e enriquecedor.

Aos meus amigos. Eles que dão cor aos meus dias, que me acompanham em todos os momentos e que nunca, mas nunca me deixam só. Eles que me permitem olhar para o futuro de sorriso no rosto. Conhecem-me tão bem.

Eles que percebem os meus silêncios, os meus objetivos e que acreditam em mim, sem vacilar. A vida é indubitavelmente melhor com eles e sou grata por tê-los comigo.

Às profissionais do CAFAP. Elas que investiram tanto neste projeto como eu. Que me permitiram entrar num sítio que em nada eu conhecia e que foram construindo comigo o caminho dentro do CAFAP. Elas que reforçaram aquilo que quero ser no futuro: uma profissional que coloca amor em tudo o que faz! Agradecer-lhes não chega, nunca irá chegar. Foram fonte de carinho, de partilhas, de reflexões, de paciência, de disponibilidade máxima e de persistência.

À família Silva. Eles que me fizeram aprender que temos sempre muito mais em nós para oferecer aos outros, que somos sempre mais do que aquilo que pensamos. Sermos genuínos, admitirmos que podemos dar mais e permitirmo-nos ser ajudados por outros é a maior coragem que podemos ter nos momentos de fragilidade. Obrigada, muito obrigada!

À Doutora Ana Bertão. Agradeço a sua disponibilidade e rigor das suas apreciações. Agradeço a sua exigência e sentido crítico. Agradeço a sua capacidade de analisar cada entrelinha de uma forma que me permite ser construtiva e autoanalisar as minhas ações. Obrigada Doutora Ana.

Às minhas colegas de turma. Às que me deram sempre força ao longo do caminho e que reforçaram que todo o esforço iria valer a pena. Obrigada a quem esteve à distância de uma chamada e que teve sempre um sorriso para me dar. Sabem onde me encontrar.

A vida sabe o que faz.
Bem-haja a todos!

RESUMO

O presente relatório espelha o desenvolvimento do projeto “REFLET(IR)”. Este projeto, desenvolvido através da metodologia da Investigação-Ação Participativa, teve como finalidade “Promover a melhoria das práticas do CAFAP para um atendimento às famílias mais próximo, integrado e sistémico”. Para que isto fosse possível, desenharam-se três ações para tentar dar resposta às necessidades, quer das profissionais e do CAFAP, quer da família que se acompanhou de forma mais sistemática.

O CAFAP é uma resposta social que permite que as famílias acompanhadas tenham uma oportunidade de, através de uma intervenção psicossocial, reconhecer e/ou reforçar as suas potencialidades em momentos de maior fragilidade familiar. Tendo em conta a realidade atual do CAFAP, apostou-se na reestruturação e reorganização da sua intervenção e tornou-se importante que todos os participantes no projeto conseguissem, através de uma lógica de reflexão-ação, refletir criticamente sobre si e sobre a sua realidade, para se ajustarem de forma adaptada às necessidades sentidas. Estes foram os dois grandes impulsionadores para que o projeto fosse desenhado e desenvolvido, tendo-se trabalhado não só as potencialidades e competências dos membros da família Silva, mas também para a eficiência da intervenção do CAFAP e das práticas das suas profissionais.

Tendo em conta os resultados do projeto, embora não se tenham conseguido alcançar todos os objetivos definidos, o trabalho desenvolvido teve um impacto positivo nos participantes, uma vez que contribuiu para ajustar as práticas das profissionais, influenciar positivamente os participantes no projeto e ativar o seu processo de mudança.

Palavras-chave: família; investigação-ação participativa; intervenção psicossocial; mudança

ABSTRACT

This report reflects the development of the “REFLET(IR)” project. This project, developed through the Participatory Action Research methodology, aimed at “Promoting the improvement of the Family Support and Parental Counseling Center practices for closer, integrated and systemic care for families”. To make this possible, three actions were designed to try to respond to the needs of both professionals and CAFAP, as well as of the family that was accompanied more systematically.

The Family Support and Parental Counseling Center (CAFAP) is a social response that intervenes with families through a psychosocial intervention, so families have an opportunity to recognize and/or reinforce their potential in moments of greater family fragility. Given the current reality of CAFAP, this project was committed to the restructuring and reorganization of its intervention and it became important for all project participants to, through a reflection-action logic, be able to critically reflect on themselves and their reality, in order to adjust to their needs. These were the two major drivers for the project to be designed and developed, working not only on the potentialities and skills of the Silva family members, but also on the efficiency of CAFAP's intervention and the practices of its professionals.

Considering the project results, although the goals weren't all achieved, the work developed had a positive impact on the participants, as it contributed to adjust the professionals' practices, it positively influenced the project participants and activated their change process.

Key-words: family; participatory action research; psychosocial intervention; change

LISTA DE ABREVIATURAS

Ap. – Apêndice

AS – Assistente Social

CAFAP(s) – Centro(s) de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CIPP – *Context, Input, Process, Product*

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DT – Diretora Técnica

EIS – Educação e Intervenção Social

ER – Entidade Referenciadora

ES – Educadora Social

IAP – Investigação-Ação Participativa

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS – Instituto de Segurança Social

MI – Modalidade de Intervenção

OE – Objetivos Específicos

OG – Objetivos Gerais

p.ex. ou e.g. – Por Exemplo

PIAF – Plano Integrado de Apoio Familiar

PPP – Processo de Promoção e Proteção

PROCOOP – Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais

RRP - Regulação das Responsabilidades Parentais

SATT/NIJ – Serviço de Assessoria Técnica dos Tribunais do Núcleo e Infância e Juventude

VD – Visita Domiciliária

“A realidade não pode ser modificada,
senão quando o homem descobre que é
modificável e que ele pode fazê-lo.”
(Freire, 1979, p.22)

ÍNDICE VOLUME I

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	iv
Lista de abreviaturas	v
Introdução	1
1. Projetos de Educação e Intervenção Social	3
1.1. A Investigação-Ação Participativa	3
1.2. A Investigação-Ação Participativa nos Projetos de Educação e Intervenção Social	7
1.3. A avaliação dos Projetos de Educação e Intervenção Social: o Modelo CIPP	11
2. A família e intervenção	14
2.1. A família enquanto sistema aberto	14
2.2. As famílias multidesafiadas	16
2.3. A resposta social dos CAFAPs e a intervenção psicossocial com famílias multidesafiadas	19
3. O CAFAP: Conhecimento e Análise da Realidade	26
3.1. Contextualização do CAFAP	26
3.2. A equipa técnica	27
3.3. A intervenção no CAFAP	29
4. As famílias em acompanhamento no CAFAP	34
4.1. Caracterização das famílias acompanhadas no CAFAP	34
4.2. A família Silva	37

5. Avaliação do contexto	43
6. Desenho do projeto “REFLET(IR)” e avaliação de entrada	53
6.1. Finalidade, Objetivos e Estratégias	53
6.2. Avaliação de entrada e indicadores de avaliação	58
7. Desenvolvimento do projeto “REFLET(IR)” e avaliação do processo	60
8. Avaliação de produto	77
Considerações Finais	85
Referências	88

ÍNDICE VOLUME II

Apêndices

A. Guião das conversas intencionais com as profissionais do CAFAP	91
B. Genograma da família Silva	95
C. Características da família Silva	96
D. Reflexão sobre como as profissionais lidam com as realidades das famílias do CAFAP	99
E. A importância do PIAF	102
F. Outras questões da avaliação de contexto	103
G. Problemas, indicadores e necessidades	105
H. Indicadores de avaliação	108
I. Alterações efetuadas nos procedimentos de intervenção do CAFAP	112
J. Fotografia da caixa de sugestões	135
K. Fotografia dos objetos colocados na sala	136
L. Registo da atividade do “Slime”	137
M. Calendarização das ações 2 e 3	142
N. Conclusões da atividade “Eu sou, eu não sou, eu penso que sou”	147
O. Avaliação do produto: discurso das profissionais	149
P. Reflexão sobre a falta do PIAF no acompanhamento da família Silva	156

Anexos

- A. Consentimento informado 158
- B. Manual “Favorite therapeutic activities for children, adolescents, and families: practitioners share their most effective interventions”, de Liana Lowenstein 161

INTRODUÇÃO

O presente relatório foi desenvolvido no âmbito da unidade curricular de Projeto, do Mestrado de Educação e Intervenção Social, na especialização de Ação Psicossocial em Contextos de Risco, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto. Este produto escrito pretende espelhar o desenvolvimento do projeto “REFLET(IR)”, desenvolvido num Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP).

Considerando a especialização do mestrado, a escolha do CAFAP para o desenvolvimento deste projeto surgiu do interesse pela intervenção psicossocial com famílias em risco psicossocial e, especificamente, centrada nos recursos e potencialidades de cada família, dando oportunidade para que cada uma possa refletir sobre si mesma e reescrever a sua história. Esta foi a grande motivação para se escolher o CAFAP como o local de desenvolvimento do projeto, acrescentando a isso a oportunidade de se compreender como é que estas respostas sociais contribuem para o processo de mudança das famílias.

Este relatório está dividido em dois volumes. O primeiro volume, que integra oito capítulos, está dedicado ao enquadramento teórico e metodológico e o desenho e desenvolvimento do projeto “REFLET(IR)”. O segundo volume apresentará todos os apêndices e anexos que se tornam relevantes para compreender o processo de desenvolvimento do mesmo.

Relativamente ao primeiro volume, o primeiro capítulo permite conhecer as opções metodológicas para o desenvolvimento deste projeto de Educação e Intervenção Social (EIS). Será possível verificar que se privilegiou a metodologia da Investigação-Ação Participativa (IAP) e explicam-se as suas especificidades (1.1.), a sua pertinência com os projetos referidos (1.2.) e a respetiva avaliação, particularmente o Modelo CIPP (*Context, Input, Process, Product*), como o modelo de avaliação escolhido para avaliar o projeto “REFLET(IR)” (1.3.). Ao optar-se por uma resposta social que trabalha com

famílias, achou-se pertinente, no segundo capítulo, enquadrar teoricamente o projeto “REFLET(IR)” trazendo o que a literatura diz sobre famílias e a respectiva intervenção. Explicar-se-ão as especificidades das famílias enquanto sistemas abertos (2.1.) e das que são consideradas “multidesafiadas” (2.2.). Dar-se-á atenção particular aos CAFAPs, caracterizando e enquadrando estas respostas sociais legalmente e historicamente, bem como será possível compreender de que forma a intervenção psicossocial do CAFAP se torna uma intervenção vantajosa para as famílias multidesafiadas (2.3.).

O desenho e o desenvolvimento do projeto será apresentado através de seis capítulos. Será possível conhecer as realidades dos participantes deste projeto (capítulos 3 e 4): o CAFAP e as famílias acompanhadas, existindo a contextualização e caracterização da família que se acompanhou de forma mais sistemática. Dedicar-se-á um momento a cada realidade, para se compreender melhor as suas especificidades. Segue-se a avaliação do contexto (capítulo 5) e apresenta-se o desenho do projeto (capítulo 6), onde se irá esclarecer a sua finalidade, os objetivos, as estratégias, as ações a desenvolver e concretizar-se-á a avaliação de entrada. O desenvolvimento do projeto “REFLET(IR)” e a avaliação do processo será apresentado no capítulo 7 e o capítulo 8 dedicar-se-á à avaliação final do mesmo. Por fim, existirão as considerações finais de todo o projeto e das aprendizagens concretizadas.

O projeto, que iniciou em novembro de 2018 e terminou em outubro de 2019, teve como participantes as profissionais que colaboram com o CAFAP e uma família acompanhada por esta resposta social. Seguindo os pressupostos metodológicos da IAP, o projeto foi concebido e desenvolvido pela participação, o diálogo e a reflexão de todos. Toda a informação apresentada foi partilhada com a sua autorização, cujo consentimento informado foi devidamente lido e assinado (Anexo A, pp.158-160). Realça-se que sempre que se faça referência a qualquer assunto relacionado com o CAFAP ou a qualquer participante do projeto, pelas questões de anonimato, confidencialidade e privacidade dos participantes, não serão utilizadas informações que os possam identificar.

1. PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Os projetos de EIS têm por base o conceito de mudança e o reconhecimento do potencial existente em cada pessoa e nos seus contextos para que essa mudança seja possível (Dudgeon, Scrine, Cox, & Walker, 2017, 2017; Guerra, 2010).

Neste capítulo será possível compreender em que consistem estes projetos, que, através da metodologia de IAP, permitem intervir socialmente em diferentes realidades, com os seus respetivos membros. Assim, num primeiro momento, pretende-se procurar de que forma a IAP possibilita um conhecimento sustentado sobre determinada realidade social. No subcapítulo seguinte, o objetivo é compreender a relação de complementaridade existente entre os projetos de EIS e a IAP e a sua importância na vida dos seus participantes. Por fim, tendo em conta a avaliação destes projetos, especificar-se-á o Modelo CIPP de Stufflebeam e Shinkfield (1987) como o método de avaliação escolhido para o projeto desenvolvido no CAFAP.

1.1. A INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA

A IAP tem a sua gênese assente no paradigma socio crítico, ou seja, através do conhecimento da realidade e de um pensamento crítico e reflexivo, há o fim de a transformar de forma intencional (Coutinho, Sousa, Dias, Bessa, Ferreira, & Vieira, 2009; Lima, 2003). Fundamenta a sua ação através de uma prática reflexiva, onde a “prática e reflexão” (Coutinho et al., 2009, p.358) são indissociáveis e interdependentes (Coutinho, 2013; Coutinho et al., 2009). Devido à sua natureza praxiológica, conduz e alia a teoria à prática através de técnicas de investigação, para que se possa refletir de uma forma participada

com os atores sociais e existir uma maior tomada de consciência sobre a realidade social envolvente (Cembranos, Montesino, & Bustelo, 2001; Coutinho, 2013; Dudgeon et al., 2017; Lima, 2003).

As técnicas referidas podem ser diversas, baseadas na análise de documentos, na observação e nas conversas intencionais, facilitando o conhecimento e análise da realidade (Coutinho et al., 2009). Por conseguinte, possibilitam que o processo de investigação e de intervenção se desenvolva, aproveitando a passagem do “saber” para o “saber-fazer”, ao permitir a ligação da teoria à prática e a visão holística que é esperada na IAP (Coutinho, 2013; Coutinho et al., 2009).

Através do que se referiu acima, confere-se complexidade a todo o processo de mudança, fundamentando a ação através de uma lógica de produção de conhecimento sobre a realidade dos envolvidos, onde todos têm uma voz ativa e participação nas tomadas de decisão (Bergold & Thomas, 2012; Coutinho, 2013; Dudgeon et al., 2017; Gardner, Snyder, & Zuguy, 2019). Isto permite a existência de “igualdade no direito de expressão” (Bergold & Thomas, 2012, p.14), pelo que esta oportunidade de participação existente na Investigação-Ação possibilita uma nova visão que implica que os atores sociais evoluam de “objetos passivos de investigação” para “sujeitos participantes” (Guerra, 2010, p.53) no processo de investigação.

O conhecimento e análise da realidade proporcionado pela IAP permite “interpretar a realidade em que se vai atuar e obter dados sobre ela” (Cembranos et al., 2001, p.25), pelo que se considera que cada realidade é subjetiva e única e se criam condições para que os participantes descrevam essa realidade no seu todo, de modo a explorarem as suas perceções sobre a mesma, com vista a facilitar a sua reconstrução ao ter em conta as suas potencialidades, recursos e necessidades (Cardoso & Moreira, 2017; Dudgeon et al., 2017; Lima, 2003). Deste modo, torna-se importante olhar para estas características como fundamentais para a investigação, visto que proporcionam uma oportunidade para provocar a mudança ao longo do

processo de IAP e adequar os passos dados consoante a sua relevância e significância para os atores sociais envolvidos (Gardner et al., 2019).

Esta nova visão sobre as realidades sociais torna o processo de investigação e de mudança mais colaborativo, criando condições para se partilharem opiniões e experiências, baseadas na perspectiva individual de cada ator social relativamente às suas necessidades, juntando a esta as perceções e representações dos grupos (Bergold & Thomas, 2012; Dudgeon et al., 2017; Lake & Wendland, 2018). Estas partilhas permitirão reforçar a reflexão associada às práticas da IAP e, deste modo, a IAP tem a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos participantes na investigação e criar um ambiente seguro, onde se sintam bem, respeitados e disponíveis para participar na nova fase de mudança (Dudgeon et al., 2017; Lima, 2003).

Ao longo do referido processo, realça-se a importância da escuta ativa como “uma condição imprescindível para qualquer processo de intervenção e transformação social” (Cembranos et al., 2001, p.25). A escuta ativa permite recolher informações que devem ser partilhadas e analisadas por todos os envolvidos, de modo a existir uma compreensão profunda dos atores sociais e do(s) contexto(s) e facilitar a meta-comunicação entre todos os participantes no processo de IAP (Coutinho, 2013; Guerra, 2010; Mateus, 2017).

A meta-comunicação permite basear as relações no diálogo e procura manter a consistência da observação e participação (Bergold & Thomas, 2012; Guerra, 2010). Caracteriza-se como uma forma de comunicar eficazmente, existindo uma oportunidade de partilha que facilita a relação entre os envolvidos no processo de comunicação. Ou seja, a meta-comunicação implica, tal como defende Mateus (2017), uma ligação entre os participantes que torna o processo de comunicação um “processo inclusivo” (Mateus, 2017, p.81), complexo e sem fim, considerando-se, assim, que a “meta-comunicação é comunicação debaixo da superfície” (Mateus, 2017, p.82). Esta forma de comunicar, aliada à IAP, possibilita complexificar o processo de intervenção, ao tornar a relação entre os intervenientes da investigação mais próxima e permitir que o respetivo processo comunicacional procure ser mais empático

e recetivo às diferentes perspectivas, opiniões e realidades existentes no processo de investigação e intervenção.

Das novas representações que se criam e da colaboração que existe entre os atores sociais, gera-se uma oportunidade para que se fale numa possível reconstrução da realidade, que, por sua vez, possibilita que se afirme que a IAP será a “metodologia mais apta a favorecer essas mudanças” (Coutinho et al., 2009, p.375). Isto porque, associar o conhecimento à transformação da realidade numa ótica do saber-fazer traz contributos importantes e fundamentais para a investigação qualitativa, ao procurar manter a coerência na informação recolhida até então e a compreender como se deve proceder na formulação dos objetivos e no desenho do caminho que se pretende seguir, rumo à transformação que se pretende concretizar (Bergold & Thomas, 2012; Cembranos et al., 2001; Guerra, 2010).

Em suma, a IAP exige um cariz colaborativo entre todos os envolvidos e permite que eles possam desenvolver novas significações sobre si, sobre os outros e sobre a sua realidade envolvente, de modo a tentar trabalhar no sentido de uma conscientização de si e do mundo (Coutinho et al., 2009; Guerra, 2010; Lake & Wendland, 2018). Este processo permite ir além do “saber” e cria condições para que os atores sociais possam alcançar as mudanças que beneficiem a sua vida, tomando uma nova consciência da sua realidade através do conhecimento e análise da mesma, tornando-se um processo complexo, mas gratificante, visto que permite que os atores sociais envolvidos no processo de investigação e de intervenção sejam os protagonistas da sua própria vida e consigam analisar a sua realidade (Coutinho et al., 2009; Guerra, 2010; Lima, 2003). Assim, evidencia-se a importância dos projetos de EIS, construídos e desenvolvidos sob os pressupostos metodológicos da IAP, e o quanto estes enriquecem o processo de investigação e de intervenção.

1.2. A INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA NOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Os projetos de EIS são fundamentais para que se possa provocar a mudança nos “sistemas sociais e (n)as suas dinâmicas” (Guerra, 2010, p.107). Isto torna-se possível através do conhecimento e análise da realidade, onde se observam e analisam os recursos e potencialidades dos atores sociais e da sua realidade social, envolvendo-os no seu próprio processo de mudança e na produção do conhecimento e, por sua vez, o investigador deverá procurar empoderá-los enquanto verdadeiros promotores de mudança (Bergold & Thomas, 2012; Dudgeon et al., 2017; Lima, 2003).

As tomadas de decisão concretizadas ao longo do desenvolvimento do projeto, ao incluir os atores sociais, as suas perspetivas e as suas significações, como pressupõe a IAP, criam a oportunidade de “modificar os comportamentos, os hábitos, as atitudes dos indivíduos ou populações, melhorar as relações sociais, ou ainda modificar as regras institucionais de uma organização” (Guerra, 2010, p.56). Do mesmo modo, torna-se possível uma (auto)reflexão, não só individual, mas também coletiva, de todos os aspetos que cada elemento sente que poderia ou deveria ser alterado, atribuindo a cada participante a responsabilidade e o poder de conduzir o processo de mudança, visto que é ele que tem o papel mais legítimo de identificar o que pode mudar e descobrir qual a melhor forma de o fazer (Dudgeon et al., 2017; Gardner et al., 2019).

Um projeto baseado na metodologia da IAP, ao confrontar-se com outras realidades, “valoriza e tenta centrar todas as formas de conhecimento e experiências” (Lake & Wendland, 2018, p.15), por isso, deverá procurar adaptar-se às características e às necessidades dos atores sociais envolvidos e promovendo a igualdade e a inclusão (Cardoso & Moreira, 2017; Guerra, 2010; Timóteo & Bertão, 2012). Ao ter um cariz co-transformativo e uma sensibilidade extrema ao contexto envolvente, toda a autodescoberta

envolvida nestes projetos visa o desenvolvimento do sentimento de pertença e a criação de condições para que as pessoas se sintam cada vez mais inseridas num ambiente harmonioso, onde o aumento da auto confiança e da segurança as guiará na sua autonomização e capacitação, criando uma nova visão de si, da sua realidade e das suas experiências e vivências (Bergold & Thomas, 2012; Guerra, 2010; Lake & Wendland, 2018).

Os projetos de EIS, ao basearem-se nos princípios da IAP, permitem o desenvolvimento das relações entre todos os atores sociais envolvidos (investigadores e elementos da realidade social em processo de mudança). Logo, segundo Cardoso e Moreira (2017), a confiança criada entre si permite chegar às camadas mais internas da relação, tornando possível que se readapte “o conhecimento à prática a fim de a transformar e melhorar” (Cardoso & Moreira, 2017, p.103). Espera-se que esta relação, baseada na co-colaboração e no respeito mútuo, permita a criação de uma linguagem comum, que motive e permita que os participantes encontrem as respostas às suas necessidades (Cardoso & Moreira, 2017; Gardner et al., 2019).

O desenvolvimento de projetos desta natureza deverá basear-se numa “atualização constante dos saberes e das formas de enquadramento da sua ação no mundo de hoje” (Guerra, 2010, p.125), sendo importante considerarem-se sempre os avanços e os recuos a que se está sujeito e que são naturais à intervenção e à investigação, que permitem ir ajustando o processo de mudança e reconfigurando a ação à realidade social, de forma reflexiva. Assim, segundo Bergold e Thomas (2012), espera-se que os atores sociais consigam construir novos conhecimentos e representações baseados em relações “de honestidade que são caracterizadas através da proximidade, empatia e envolvimento emocional” (Bergold & Thomas, 2012, p.8).

Com estes projetos, ao comparar-se a realidade social atual e a realidade desejada pelos atores sociais, reforça-se o processo de mudança enquanto um processo libertador, visto que os sujeitos dessa realidade têm diante si uma oportunidade para melhorar a sua qualidade de vida. Assim, torna-se importante que se baseie toda a ação na reflexão e na consciencialização de si

e dos outros, de modo a facilitar o seu desenvolvimento (Bergold & Thomas, 2012; Guerra, 2010; Timóteo & Bertão, 2012) e, ainda, dever-se-á perspetivar cada um dos envolvidos “como atores e autores da sua vida e do seu mundo” (Timóteo & Bertão, 2012, p.19).

Nos projetos de Educação e Intervenção Social, ao se centrarem os atores sociais em toda a ação criam-se condições para que eles reconheçam e abracem o que de melhor existe em si e na sua realidade, criando um verdadeiro “motor” para o seu desenvolvimento pessoal e social (Cardoso & Moreira, 2017). Deste modo, espera-se que o profissional adquira novos papéis, como o de facilitador ou de mediador, e que mantenha uma postura ativa e consistente que fomente a motivação dos participantes e o espírito crítico e reflexivo ao longo de todo o processo de mudança (Bergold & Thomas, 2012; Gardner et al., 2019; Timóteo & Bertão, 2012).

Na ótica da IAP, a postura ativa que se espera do profissional mantém-se quando ele adota o papel de observador participante, sendo este tipo de observação uma técnica que facilita não só o conhecimento e análise da realidade, mas também a intervenção (Lima, 2003). Permite que se tirem notas de campo, que, podendo ser de natureza descritiva ou reflexiva, proporciona uma oportunidade para alargar o espectro da observação, de forma próxima dos atores sociais (Coutinho, 2013). Para além destas características, a observação participante possibilita que o investigador adote um papel de “pesquisador-ator coletivo” (Lima, 2003, p.323). Deste modo, são criadas oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento que têm em conta as perceções, interpretações e sentimentos dos atores sociais envolvidos e, na hora de refletir sobre as situações observadas, a par das conversas intencionais, existir um reforço dos laços criados entre todos os intervenientes na investigação (Coutinho, 2013; Lima, 2003).

As conversas intencionais são técnicas baseadas na conversação que permitem “despertar diálogos e interpretações dos diferentes atores sociais acerca da (sua) realidade social, (...) identificar necessidades, recursos e potencialidades” (Timóteo & Bertão, 2012) e promovem uma interação direta,

próxima, cuidadosa e intencional entre o investigador e os restantes atores sociais, sendo um dos objetivos obter as diferentes visões sobre as realidades, vivências e experiências dos vários atores sociais envolvidos na investigação (Cembranos et al., 2001; Coutinho, 2013).

Uma outra técnica é a consulta e análise de documentos, que permite que, segundo Cembranos et al. (2001), se faça uma triangulação das informações recolhidas por via de outras técnicas e se confronte a realidade social com perspectivas teóricas que facilitem a sua compreensão. Possibilita, também, que se completem informações relevantes para descrever as realidades da investigação, observando o que existe e o que não existe nela, em comparação aos documentos facultados, potenciando a fiabilidade da intervenção e da investigação (Cembranos et al., 2013; Coutinho, 2013).

Tendo em conta as técnicas referidas e o contacto próximo à realidade que a IAP proporciona, o profissional também deverá promover oportunidades de desenvolvimento e de aprendizagem para si próprio em termos pessoais, relacionais, sociais ou profissionais, fazendo-se acompanhar de uma análise e questionamento constante, no sentido de mediar adequadamente as situações que surgem ao longo do processo (Bergold & Thomas, 2012; Timóteo & Bertão, 2012). Assumindo o papel de pesquisador-ator, deverá incentivar a participação constante dos restantes atores sociais, cumprindo o dever de garantir a confidencialidade de quem aceita o desafio de iniciar um processo de mudança (Lima, 2003; Timóteo & Bertão, 2012).

As questões da confidencialidade são reforçadas por Coutinho (2013), como um dos aspetos éticos a ter em conta no processo de investigação e de intervenção, sendo que a existência do consentimento informado é imprescindível, uma vez que informa devidamente os envolvidos na ação do que será desenvolvido ao longo da investigação e é onde o investigador pede a autorização dos participantes para poder utilizar os dados recolhidos ou as observações concretizadas, garantindo a confidencialidade dos mesmos. No entanto, existem questões que devem ser levadas em consideração no que diz respeito à confidencialidade, como no conhecimento da existência de

qualquer situação de agressão ou violência (física, psicológica, moral ou sexual). Visto que se tratam de abusos à integridade humana de um ou mais indivíduos, a confidencialidade deverá ser quebrada para sua proteção.

Em suma, o trabalho desenvolvido ao longo de um projeto de EIS, baseado nos princípios da IAP, permite que o papel do profissional seja “relacional, interativo e afetivo” (Timóteo & Bertão, 2012, p.24). O mesmo deverá estar disponível para que o desenvolvimento do projeto se reja pela honestidade das relações criadas, pelo dinamismo e pela co-colaboração de todos os atores sociais envolvidos, permitindo, por sua vez, criar condições para a capacitação, autonomização e empoderamento dos mesmos (Cardoso & Moreira, 2017; Timóteo & Bertão, 2012). Do mesmo modo, considera-se importante referir que, através do papel ativo, e envolvido com as pessoas, do profissional, ele pode, também, retirar novas aprendizagens e criar novas significações de si, dos outros e da própria realidade, o que demonstra o potencial destes projetos e a dimensão que poderão ganhar na vida de todos os que fazem parte do processo de IAP.

1.3. A AVALIAÇÃO DOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL: O MODELO CIPP

A avaliação torna possível que exista uma reflexão fundamentada sobre as tomadas de decisão concretizadas ao longo do desenvolvimento do projeto, trabalhando-se no sentido do aperfeiçoamento do mesmo (Cardoso & Moreira, 2017; Stufflebeam & Shinkfield, 1987). Ou seja, permite que se fomente uma maior compreensão sobre o que foi desenvolvido, apurando o que correu ou não como o esperado e as necessidades de redefinição do desenho do projeto, considerando os resultados obtidos (Stufflebeam & Shinkfield, 1987).

No âmbito dos projetos de EIS, é possível avaliar “os resultados das ações que se realizaram” (Cardoso & Moreira, 2017, p.104) no desenvolvimento do mesmo, permitindo que se reconheça a coerência do projeto e, uma vez que se está perante mudanças na vida de atores sociais de diversos contextos, dever-se-á respeitar cada um deles na sua totalidade. Com a metodologia de IAP e através da avaliação pode-se compreender de que forma se conseguiu (ou não) empoderar os participantes no projeto e quais os contributos que existiram para si (Lake & Wendland, 2018).

Através da utilização do Modelo CIPP (*Context, Input, Process, Product*) para a avaliação dos projetos de EIS, que tenham como opção metodológica a IAP, é permitido que exista um conhecimento fundamentado da realidade com quem dela faz parte, pela análise dos seus objetivos, da “sua planificação, da sua realização e do seu impacto” (Stufflebeam & Shinkfield, 1987, p.183).

A avaliação de contexto (*Context*) permite analisar a realidade no seu todo com os seus membros, analisando o que existe e não existe na realidade em questão e, por sua vez, identificam-se as necessidades sentidas, formulam-se e priorizam-se os problemas e, não só se realçam as potencialidades e recursos do contexto, como também se compreendem quais são as suas fraquezas (Cembranos et al., 2001; Stufflebeam & Shinkfield, 1987).

Os projetos de EIS, ao regerem-se pela metodologia da IAP, procuram as oportunidades de mudança com os elementos dessa mesma realidade (Lake & Wendland, 2018). Isto permite que a avaliação de contexto seja o primeiro passo para se refletir de forma consciente e fundamentada sobre “se as metas e prioridades existentes estão em consonância com as necessidades que devem, supostamente, satisfazer” (Stufflebeam & Shinkfield, 1987, p.196) e se estão de acordo com os recursos que existem nessa mesma realidade.

A avaliação de entrada (*Input*), segundo Stufflebeam e Shinkfield (1987), exige que se reflita sobre a coerência do desenho do projeto e da necessidade de reajustamento, tendo em conta os constrangimentos que poderão surgir ao longo do desenvolvimento do projeto. Assim, podem-se reavaliar as decisões tomadas, de modo a procurar novas soluções para as ações e, por via

dos indicadores de avaliação, observar até que ponto existe coerência com o que seria esperado alcançar com as ações do projeto (Cardoso & Moreira, 2017; Stufflebeam & Shinkfield, 1987).

Tal como Stufflebeam e Shinkfield (1987) defendem, a avaliação de processo (*Process*) permite que se reflita sobre as ações desenvolvidas no projeto, de modo a que seja perceptível se têm decorrido como planeado, utilizando “os recursos disponíveis de uma maneira eficiente” (Stufflebeam & Shinkfield, 1987, p.199). Ou seja, permite que se observe e avalie de que forma o desenho inicial é adequada e está ajustado ao rumo que o projeto tomou, em conformidade com os objetivos definidos (Cardoso & Moreira, 2017; Guerra, 2010; Stufflebeam & Shinkfield, 1987).

A avaliação de produto (*Product*) permite que se reflita sobre o que se conseguiu ou não alcançar com o projeto (Stufflebeam & Shinkfield, 1987). Trata-se da avaliação final dos resultados obtidos e “é caracterizada por uma avaliação de todos os elementos que proporcionam a execução do projeto em si” (Cardoso & Moreira, 2017, p.105). Deste modo, procura-se refletir sobre a eficácia do projeto, através do que correu ou não como esperado, tendo sempre em consideração os objetivos definidos e as necessidades sentidas (Guerra, 2010; Stufflebeam & Shinkfield, 1987). É nesta categoria do modelo CIPP que se reflete sobre a possibilidade de continuidade do projeto, através das perspetivas dos seus participantes, interpretando o impacto que o projeto teve na realidade social em que foi desenvolvido e “averiguar em que medida (...) produziu as mudanças que se tinha desejado e quais os resultados não esperados” (Guerra, 2010, p.197).

Em suma, a avaliação é indispensável para se compreender de que forma o projeto foi desenvolvido. É através da avaliação (do contexto, de entrada, do processo e do produto) que se reflete sobre a adequação, pertinência, eficácia e eficiência do projeto desenvolvido, possibilitando que exista uma oportunidade de adaptação constante do projeto, tendo em conta os recursos disponíveis na realidade social (Cardoso & Moreira, 2017; Guerra, 2010; Stufflebeam & Shinkfield, 1987).

2. A FAMÍLIA E INTERVENÇÃO

Tendo em conta a importância das famílias no desenvolvimento dos seus membros, considerou-se importante compreender o que as caracteriza enquanto sistema aberto e de que forma elas reagem às influências a que são sujeitas ao longo do seu ciclo de vida.

Uma vez que nem todas as famílias estão providas das ferramentas necessárias para enfrentar dificuldades do seu dia-a-dia, tornou-se importante compreender, também, o que é que alguns autores (Almeida, Ferreira, Souza, & Serrão, 2016; Coletti & Linares, 2010; Sousa, 2005; Sousa, Hespanha, Rodrigues, & Grilo, 2007) consideram ser as “famílias multidesafiadas”. Por fim, enquadram-se os CAFAPs na intervenção com famílias e, especificamente, o seu papel na intervenção psicossocial.

2.1. A FAMÍLIA ENQUANTO SISTEMA ABERTO

A família é considerada um sistema aberto, cujos membros são impossíveis de isolar do contexto em que se inserem, devido a todas as interações que estabelecem entre si (interações intra-sistemas) e com o meio envolvente (interações inter-sistemas) (Alarcão, 2002; Relvas, 1999).

As interações estabelecidas dentro e fora do sistema familiar conferem-lhe a complexidade que lhe está associada, uma vez que se trata de um sistema que é capaz de se auto-organizar consoante as influências que recebe. Ou seja, a família reorganiza-se consoante as oportunidades e as pressões a que está sujeita, “criando a ordem necessária à sua sobrevivência” (Alarcão, 2002, p.27), através da modificação da sua estrutura, conforme as suas necessidades (Alarcão, 2002; Relvas, 1999). A procura pelo equilíbrio interno

(determinado pela homeostasia familiar) e pela estabilidade é constante (Alarcão, 2002). Esta estabilidade é conseguida através do processo de autorregulação, onde o sistema é capaz de se autocorrigir reduzindo, “ao mínimo, as perturbações exercidas pelo meio” (Alarcão, 2002, p.16) e, aliado à capacidade de auto-organização, permite um desenvolvimento funcional da família e uma resposta adequada a todas as exigências a que está sujeita (Alarcão, 2002; Coletti & Linares, 2010; Relvas, 1999).

Tendo em conta as características das famílias enquanto sistemas abertos, as relações entre os seus membros e as interações estabelecidas permitem a criação de laços que tornam cada sistema portador de uma identidade própria e permite que se considere cada sistema como um todo, ou seja, como uma unidade (Alarcão, 2002; Gimeno, 2001; Relvas, 1999). Estes aspetos remetem para a ideia da Teoria Sistémica de que “o todo é mais do que a soma das suas partes” (Alarcão, 2002, p.15). Esta visão sustenta a ideia de que os elementos da família co evoluem ao longo do desenvolvimento do sistema e do respetivo ciclo vital, influenciando-se mutuamente, uma vez que o comportamento de um membro “é indissociável do comportamento dos restantes e aquilo que lhe acontece afeta a família no seu conjunto” (Alarcão, 2002, p.44).

Gimeno (2001) defende que, sendo a família um sistema “em constante evolução e de longa duração” (p.22), não lhe é permitido retroceder ao seu ponto de partida, uma vez que toda a sua história está carregada “de vínculos afetivos, costumes, papéis, valores, normas (...) etc.” (p.27). Desta forma, é fundamental que reunam as competências e ferramentas necessárias ao longo do seu ciclo vital, para conseguir suportar e adaptar-se às exigências de cada etapa do seu ciclo de vida e encarar as mudanças como oportunidades sem ameaçar a sua funcionalidade e identidade (Alarcão, 2002).

As exigências de cada etapa do ciclo vital da família variam consoante a fase do desenvolvimento em que se encontra e as interações que estabelece, o que poderá trazer alterações a nível das interações, padrões de comunicação e da estrutura da própria família (Almeida et al., 2016). Desta forma, torna-se indispensável compreender quais os recursos, as

potencialidades, os limites e as fronteiras de cada família e a que exigências e mudanças são sujeitas. Nas famílias que não se conseguem organizar perante as dificuldades e exigências da sua vida são, frequentemente, famílias que enfrentam diversos desafios, muitas vezes em simultâneo e a coexistência de problemas de natureza familiar ou ambiental encontradas, causam-lhes *stress*, comprometem o funcionamento familiar e o desenvolvimento integral dos seus elementos (Nunes & Nunes, 2015), o que permite que se considere que se tratam de famílias multidesafiadas.

2.2. AS FAMÍLIAS MULTIDESAFIADAS

Qualquer família vai sofrendo mudanças exigentes ao longo do seu ciclo vital, nomeadamente as que estão associadas ao crescimento e desenvolvimento dos seus membros, à adaptação aos outros sistemas em que estão inseridos e às influências que são exercidas sobre si (Alarcão, 2002; Sousa, 2005; Walsh, 2016). Quando as famílias não se conseguem adaptar a essas mudanças, surge pressão e *stress* na família, o que pode originar momentos de crise familiar (Alarcão, 2002; Relvas, 1999).

A situação de crise advém do bloqueio em que a família se encontra, sendo resultado da dificuldade que sente em gerir os seus conflitos, de conseguir dar resposta às suas necessidades e refletir de forma construtiva sobre elas (Alvear, Dominguez, & Espinoza, 2019; Relvas, 1999; Sousa, 2005). Isto fragiliza a família, impede um desenvolvimento mais saudável, e cria medos e resistências perante a mudança, o que faz com que as famílias se sintam ameaçadas e não evoluam (Alarcão, 2002; Gimeno, 2001; Sousa et al., 2007).

Nas famílias “mais vulneráveis à desorganização e ao caos” (Almeida et al., 2016, p.60) existe não só a criação de representações sobre a sua realidade onde o conflito e os sentimentos de insatisfação, de desânimo e de incapacidade sobressaem, como também existem interações caóticas entre os

membros e entre o sistema familiar com o meio envolvente (Gimeno, 2001; Sousa et al., 2007), decorrentes, muitas vezes, de representações e percepções diferentes de cada um dos interlocutores. Isto faz com que a família crie e desenvolva “mecanismos compensatórios” (Alarcão, 2002, p.323) para tentar responder às situações de *stress*, cujos ajustes ocorrem de forma disfuncional e, segundo Gimeno (2001) e Sousa et al. (2007), não permitem que a família se adapte e se organize de forma adaptada às mudanças necessárias para a manutenção do seu equilíbrio e estabilidade.

Nas famílias multidesafiadas, devido às suas fronteiras pouco permeáveis entre subsistemas, a influência que isso tem em toda a família e à vulnerabilidade que está associada às famílias multidesafiadas, a sua capacidade de se organizar internamente, de manter um ambiente saudável e seguro para os seus membros e de se adaptar às exigências estará dificultada, podendo encontrar-se numa situação de risco psicossocial (Alarcão, 2002; Gimeno, 2001; Nunes & Nunes, 2015; Sousa, 2005). Ou seja, capacidade dos pais ou outros cuidadores desempenharem as suas funções parentais de uma forma positiva está afetada, o que influencia o bem-estar de toda a família, fragilizando-a (Macedo, Nunes, Costa, Nunes, Lemos, 2013; Nunes & Nunes, 2015) e coloca as suas crianças ou jovens em risco ou em perigo “por diversos fatores de natureza pessoal, relacional e/ou ambiental” (Portaria nº139/2013, artigo 4º, p.1943). Vários fatores podem influenciar negativamente esta situação, aumentando a vulnerabilidade familiar, tais como a precariedade económica e laboral, a monoparentalidade, ter de prestar cuidados a outro familiar, problemas conjugais, situações de violência familiar, baixa escolaridade dos pais ou outros cuidadores ou, ainda, outros acontecimentos de vida stressantes que tenham um impacto negativo e comprometam o desenvolvimento da família (Macedo et al., 2013; Nunes & Nunes, 2015).

Devido à influência negativa que estes acontecimentos de vida têm na vida de cada família, nas famílias multidesafiadas poderão não existir regras bem definidas, rituais familiares e/ou outras características que contribuem para o desenvolvimento funcional do sistema, que influi nas relações entre os

membros, afastando-os (Alarcão, 2002; Gimeno, 2001; Sousa et al., 2007). Também poderá existir uma “parentalidade perturbada” (Alarcão, 2002, p.323) e “stress parental” (Nunes & Nunes, 2015, p.105) que influenciam os laços de vinculação entre pais e filhos e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos filhos e a sua capacidade de adaptação ao meio (Gimeno, 2001; Sousa, 2005). Devido à “perturbação das funções parentais” (Alarcão, 2002, p.331), os filhos poderão ser alvo do processo de parentificação, assumindo responsabilidades que não correspondem ao que é esperado na sua faixa etária e, não existindo um ambiente de segurança, onde os irmãos se protegem reciprocamente quando se sentem ameaçados, há tendência que a família regresse a pontos de conflito, o que não permite aos seus membros manter uma relação equilibrada (Alarcão, 2002; Sousa, 2005).

Nas famílias multidesafiadas, a conjugalidade também poderá apresentar-se afetada pela existência de conflitos e de falta de harmonia, o que não permite o “amadurecimento das relações conjugais” (Sousa, 2005, p.23) para se tornarem estáveis e saudáveis. Segundo Sousa (2005), também apresentam uma “predominância física e relacional das figuras femininas” (Sousa, 2005, p.14), pelo que, por exemplo (e.g./p.ex.), o progenitor poderá apresentar características de “pai periférico” (Alarcão, 2002, p.333). Ou seja, um pai que desempenha um “papel secundário a nível económico e emocional” (Sousa, 2005, p.22) e não reconhece com facilidade as suas potencialidades e as da sua família (Coletti & Linares, 2010; Sousa, 2005).

A coexistência de problemas dificulta a capacidade de a família transformar os momentos de crise em oportunidades e de negociar as soluções possíveis para ultrapassar esses conflitos na sua vida (Alarcão, 2002; Gimeno, 2001; Sousa et al., 2007). No entanto, todas as famílias “têm recursos e competências que importa utilizar e ativar” (Alarcão, 2002, p.322), logo, nas famílias que não reconhecem as suas competências e não conseguem responder de forma adaptada às pressões e aos momentos de *stress*, emerge, assim, a necessidade de uma intervenção centrada nas suas potencialidades.

2.3. A RESPOSTA SOCIAL DOS CAFAPS E A INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL COM FAMÍLIAS MULTIDESAFIADAS

As famílias nem sempre se conseguem adaptar e regular de forma de forma adequada às influências que recebem ao longo do seu ciclo de vida, por isso torna-se essencial que existam respostas sociais para as apoiar socialmente e emocionalmente (Macedo et al., 2013; Nunes & Nunes, 2015). Estas respostas sociais deverão apostar numa intervenção que deverá ter em conta a singularidade de cada família e possibilitar que sejam trabalhadas não só as relações familiares, mas também “aumentar as competências parentais, (...) a redução do stresse parental” (Nunes & Nunes, 2015, p.105) ou intervir noutros aspetos de relevo para a melhoria da situação familiar. Tendo isto em consideração, surgem os CAFAPs como as respostas sociais com especial enfoque neste relatório, por terem a missão de intervir com famílias em risco psicossocial (Portaria nº139/2013, de 2 de abril).

De acordo com diretora técnica (DT) do CAFAP, os CAFAPs foram criados nos anos 90 e não eram reconhecidos enquanto respostas sociais. Após a criação da Portaria nº139/2013, de 2 de abril, os CAFAPs passaram a ser considerados respostas sociais típicas e celebraram os primeiros protocolos com as instituições. Na mesma portaria, apresentaram-se as orientações gerais do funcionamento e da intervenção dos CAFAPs que são adaptadas por cada CAFAP consoante a(s) sua(s) modalidade(s) de intervenção (MI).

As MI possíveis em cada CAFAP, segundo o Artigo 8º da referida Portaria nº139/2013, de 2 de abril, são a “preservação familiar”, a “reunificação familiar” e o “ponto de encontro familiar”.

A primeira modalidade referida, “preservação familiar”, permite intervir com as famílias “no seu meio natural de vida” (Portaria nº139/2013, artigo 8º, p.1943), ou seja, num contexto onde as crianças ou jovens permaneçam no seu seio familiar e em contacto com os progenitores ou responsáveis por eles, permitindo que se desenvolvam as respetivas relações familiares. A segunda

MI, “reunificação familiar”, incide na capacitação dos pais ou responsáveis pelas crianças e/ou jovens, para que os menores retirados do seu meio natural de vida (através de acolhimento institucional ou outro), regressem a casa e os progenitores, ou outros cuidadores sejam considerados capazes de dar resposta às necessidades das crianças e jovens que têm à sua responsabilidade, cumprindo, assim, com as suas funções parentais (Portaria nº139/2013, de 2 de abril). Por fim, o “ponto de encontro familiar” é uma MI que incide no trabalho com toda a família e na “manutenção ou o restabelecimento dos vínculos familiares” (Portaria nº139/2013, artigo 8º, p.1943), devido a situações de conflito parental e situações de divórcio ou de separação dos progenitores ou responsáveis pelas crianças ou jovens em questão (Portaria nº139/2013, de 2 de abril).

As MI referidas implicam momentos de contacto e de intervenção familiar, pelo que as primeiras duas modalidades referidas poderão acontecer em contexto domiciliário ou nos espaços do CAFAP e o ponto de encontro familiar ocorre nas instalações do CAFAP, uma vez que os encontros com as partes envolvidas devem ocorrer, conforme legislado, num “espaço neutro e idóneo” (Portaria nº139/2013, artigo 8º, p.1943).

Apesar da criação da Portaria nº139/2013, segundo as conversas intencionais com a DT do CAFAP, faltava uniformizar a forma de intervir dos CAFAPs, uma vez que, segundo o exemplo que foi dado, embora a lei trouxesse as diretrizes das três modalidades de intervenção, cada CAFAP tinha uma forma diferente de olhar para essa mesma modalidade. Isto trazia uma disparidade de intervenções e não se compreendia o que é previsto para cada MI (afetação dos técnicos consoante o referencial de famílias em acompanhamento, composição da equipa técnica (ET), objetivos da intervenção, entre outros). Por isto, existiu a necessidade de se criar uma rede nacional que permitisse unir os CAFAPs e compreender os diferentes pontos de vista existentes sobre a sua identidade e intervenção.

Em 2008, foi criada uma rede nacional que “foi proposto informalmente por este CAFAP, em 2008, à Direção da instituição que integra este CAFAP”

(DT do CAFAP). Segundo a DT (que pertence a esta rede desde a sua criação), “contactaram-se quase todos os CAFAPs de Portugal, de modo a perceber se haveria interesse nesta rede e quem gostaria de aderir. O objetivo inicial era partilhar experiências e modos de intervenção”. Através destes contactos, conseguiram reunir as informações necessárias de todos os CAFAPs interessados nesta iniciativa (localização geográfica, modo de funcionamento e perspetivas diferentes de intervenção), seguindo-se de “reuniões com o Instituto de Segurança Social (ISS) para se obterem informações para a criação e formalização da Rede perante essa mesma entidade” (DT do CAFAP).

Com a criação da Portaria nº139/2013, de 2 de abril, tornou-se necessário criar e formalizar dos estatutos desta rede nacional e, em 2016, passou a chamar-se “União Nacional das Pessoas Coletivas que desenvolvem a resposta social de CAFAP”. Segundo a DT, os estatutos estabelecem, p.ex., os objetivos da rede, os direitos e deveres dos CAFAPs associados, os órgãos sociais e as suas competências e “cada instituição tem que se fazer sócio para poder votar e participar nas decisões da rede”. Existem reuniões de direção mensais, via Skype, visto que cada elemento da direção é de uma zona diferente do país.

Apesar da criação da Portaria nº139/2013, de 2 de abril e da rede nacional, a DT do CAFAP refere que ainda existe falta de uniformização do modo de funcionamento dos CAFAPs. Porém, têm existido reuniões nesse sentido com o ISS sendo que, embora esta fase mais formal ainda esteja a decorrer, foi passado um questionário online a todos os CAFAPs pertencentes à rede nacional (33 CAFAPs) para identificar as principais dificuldades a serem levadas para o ISS, de modo a continuarem a tentativa de uniformização dos seus serviços a nível nacional. Tendo em conta o que foi possível saber, para o presente ano de 2019, esta rede nacional pretende aproximar os CAFAP entre si e às outras entidades, para que consigam reforçar os laços criados, expandir a rede nacional e atingir os objetivos futuros de uniformizar a intervenção dos CAFAPs, permitindo um reconhecimento crescente perante outras entidades.

Segundo a Portaria nº139/2013, de 2 de abril, a intervenção nos CAFAPs “compreende níveis diferenciados de intervenção de cariz pedagógico e

psicossocial” (Portaria nº139/2013, artigo 8º, p.1943) e deverá ir ao encontro das necessidades das famílias e permitir o seu processo de autonomização.

A intervenção psicossocial com famílias nos CAFAPs, parte do princípio de que cada “família tem competências para a mudança” (Sousa et al., 2007, p.41), pelo que os desequilíbrios de cada família deverão ser perspectivados como oportunidades de desenvolvimento e dever-se-á manter presente que estas famílias, devido à “necessidade de responderem a sucessivas crises” (Sousa et al., 2007, p.42), desmoralizaram perante a sua vida (Alarcão, 2002; Soriano, 2005; Sousa et al., 2007). Embora não consigam reconhecer as suas potencialidades, sentem que não estão felizes e mantêm o desejo de querer aumentar a sua qualidade de vida, o que reforça a importância da participação e envolvimento ativos, quer da família, quer dos profissionais rumo à mudança e à solução (Alarcão, 2002; Sousa et al., 2007).

Tendo em conta a importância que existe em conhecer cada família na sua totalidade, a intervenção no CAFAP deverá ter “uma visão holística do sistema familiar e das suas ligações com a comunidade” (Walsh, 2016, p.20), de modo a desenvolver “interações positivas entre os elementos da família” (Portaria nº139/2013, artigo 13º, p.1945) e mediar a relação da família com o contexto envolvente para reforçar as suas redes de apoio social (Portaria nº139/2013, de 2 de abril). Para que isto que seja possível, indo ao encontro do que está previsto na Portaria nº139/2013, de 2 de abril, Alvear et al. (2016) e Walsh (2016) são da opinião de que se poderá guiar a intervenção através de uma abordagem sistémica, pois, assim, poder-se-á conhecer e clarificar de forma abrangente a realidade familiar, tendo em consideração todas as interações intra e inter-sistemas, potenciando a (re)organização da família e promovendo o desenvolvimento das potencialidades de cada elemento. Do mesmo modo, a intervenção psicossocial através de uma abordagem sistémica deverá ter em consideração todos os pensamentos, sentimentos e objetivos de cada um dos seus elementos, de modo a que prevaleça um ambiente de compreensão por todos (Ausloos, 2003; Gimeno, 2001). Definir os problemas, priorizá-los e resolvê-los possibilita que a família vá

respondendo às suas necessidades e possa criar uma maior segurança e satisfação na caminhada que vai fazendo (Almeida et al., 2016; Alvear et al., 2019; Sousa et al., 2007).

No CAFAP, a família deverá ser considerada como “responsável pelas suas narrações, pelas suas histórias e construções” (Alarcão, 2002, p.32) e, tomando o papel de co-facilitador da mudança, é o verdadeiro promotor da mesma (Ribeiro, 2009). Assim, permite-se que a relação criada entre a família e o profissional seja co-colaborativa e, por sua vez, deverão manter a capacidade de escuta ativa, de reflexão e de aceitação incondicional pelo Outro (Coletti & Linares, 2010; Relvas, 1999; Ribeiro, 2009).

Estes aspetos são fulcrais para o desenvolvimento da relação, uma vez que muitas vezes estão perante famílias que são influenciadas negativamente nos momentos de maior *stress* ou durante as crises familiares, devido também à multiassistência a que estão sujeitas (Sousa, 2005; Sousa et al., 2007). Segundo Sousa (2005) e Sousa et al. (2007), embora a multiassistência se torne necessária para tentar colmatar os problemas de natureza diversa que as famílias têm que resolver, cria-se uma “teia de relações” (Sousa, 2005, p.106) que poderá trazer experiências não muito positivas para si. Assim, torna-se necessário que se diminuam as razões de desmoralização da família, restabelecendo a sua esperança nos serviços e, acima de tudo, na sua própria vida e que o trabalho entre os profissionais e as famílias, que se quer num processo co-construído, permita desconstruir alguma resistência que esteja associada ao processo de intervenção (Ausloos, 2003; Soriano, 2005).

Um profissional capacitado para concretizar uma intervenção psicossocial com famílias multidesafiadas deverá estar genuinamente motivado para ajudar cada uma e preparado para a imprevisibilidade do processo de intervenção, aprendendo a lidar com as situações inesperadas e com as emoções que podem suscitar em si (Alvear et al., 2016). Também deverá desenvolver a capacidade de questionamento para conseguir que as famílias reflitam sobre si mesmas, promovendo um ambiente seguro, onde possam (re)configurar a sua identidade e (r)estabelecer a sua autonomia, evitando,

assim, a sua dependência do profissional, emancipando-se (Alarcão, 2002; Ribeiro, 2009; Walsh, 2016). A emancipação referida, ao exigir a reflexão da família pela sua realidade e capacitação da mesma para alterar a sua situação, poderá, por isso, ter associado a si o conceito de conscientização.

A conscientização parte do princípio de que todos conseguem ser mais e melhores, procurando um aperfeiçoamento constante de si e do que o rodeia, atingindo um nível de consciência crítica maior (Damo et al., 2011; Freire, 1979). Cada família poderá atingir novos níveis de consciência de si e do mundo, procurando, através da reflexão e do ajuste, novas soluções para si, visando o autoquestionamento, a atualização constante de significações e a desmistificação da sua realidade (Freire, 1979).

A conscientização, aliada à intervenção psicossocial com famílias, facilitará a reflexão e a ação, criando uma nova oportunidade para potenciar o que de melhor existe nos indivíduos e na sua realidade, através de uma maior tomada de consciência crítica de si, dos outros e do contexto envolvente, em prol de uma transformação positiva (Damo et al., 2011; Freire, 1979), tendo em conta todas as suas necessidades, recursos, potencialidades e fragilidades. Poder-se-á, também, reforçar o papel das famílias como centro da ação e como o único capaz de olhar para a sua realidade de modo a conseguir ajustá-la às próprias necessidades (Almeida et al., 2017; Alvear et al., 2019).

A intervenção psicossocial com famílias visa uma “integração social consciente” (Timóteo & Bertão, 2012, p.15) e o processo de conscientização, poderá ver aqui um novo nível de complexidade na forma de como as famílias se posicionam perante a sua vida. Isto permitirá, à semelhança do que Freire (1979, p.15) refere, a “ação-reflexão”, onde se dá primazia à transformação pela relação estrita “consciência-mundo”. A intervenção psicossocial com famílias e a conscientização possibilitarão que as famílias sejam “capazes de integrar pensamento e ação e de, reflexiva e criticamente” (Timóteo & Bertão, 2012, p.16) contribuir para o seu processo de mudança. Torna-se desafiante esta relação entre a intervenção psicossocial e o processo de conscientização, visto que cada família terá a sua forma de se ajustar, o que reforça que “não

há modelo típico de resposta, senão tantas respostas quantos são os desafios” (Damo et al, 2011, p.7). Logo, assumir esta relação, que se torna complexa para as famílias que aceitam o desafio, requer cuidado pelas especificidades de cada uma e dos seus elementos, incluindo o respeito pelo seu tempo e espaço, de modo a que cada família percorra um caminho pleno de auto e hétero descoberta e de aperfeiçoamento contínuo. A intervenção psicossocial com famílias poderá, então, ganhar um novo sentido, ao tornar o processo de conscientização como parte da emancipação de cada uma (Freire, 1979).

Tendo em consideração o que acima foi exposto, a intervenção psicossocial com famílias no CAFAP deverá promover uma ação-reflexiva, que permita uma tomada de consciência do processo de mudança como contínua e inacabada, incentivando-as ao autoconhecimento e reflexão (Freire, 1979). Também deverá proporcionar um “encontro pessoal” (Soriano, 2005, p.82) que, mesmo ocorrendo em ambientes formais de intervenção e mantendo uma “relação assimétrica” (Soriano, 2005, p.83) devido aos papéis diferenciados desempenhados pelo profissional e pela família, cria uma oportunidade de proximidade que facilita a criação de condições de empatia e de co-colaboração necessários para o desenvolvimento adequado da relação (Ribeiro, 2009; Soriano, 2005; Sousa et al., 2007).

Em suma, a intervenção psicossocial com famílias no CAFAP pretende, de forma atenta, disponível e flexível, melhorar a qualidade de vida das famílias. É necessário que se tome consciência de que “o passado da vida familiar é relevante, mas inalterável” (Ausloos, 2003, p.70), pelo que a atenção de todos os envolvidos na intervenção deverá estar no momento presente e no que cada família pretende para o seu futuro, mas refletindo com a família sobre o seu passado, de modo a desconstruir preconceitos e profecias que obstaculizem a resolução dos problemas atuais. Os profissionais deverão demonstrar que a “crise e desafios fazem parte da condição humana” (Walsh, 2016, p.24), mas que a mudança é possível e que cada família terá a oportunidade de “recriar continuamente a (...) própria realidade familiar” (Gimeno, 2001, p.23), libertando-se do que estagna o seu desenvolvimento.

3. O CAFAP: CONHECIMENTO E ANÁLISE DA REALIDADE

Neste capítulo, pretende-se contextualizar o CAFAP onde se desenvolveu o projeto, com as profissionais que nele colaboram, na instituição que o integra e conhecer a sua realidade atual, a constituição e organização da ET e, também, a respetiva intervenção.

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAFAP

O CAFAP onde o projeto foi desenvolvido pertence a uma Instituição Particular de Solidariedade Social - IPSS, criada no início da década de 90, por profissionais dedicados à área da reinserção social. Os objetivos da instituição estão consagrados no seu Regulamento Interno e contemplam a prestação de serviços de apoio a crianças, jovens, adultos e famílias e a respetiva integração social e comunitária. Para além do CAFAP, a instituição integra duas outras respostas sociais: uma que se dedica ao acolhimento e inserção social de pessoas em situação de sem abrigo; e uma destinada a prestar apoio social a pessoas em risco psicossocial e económico, por estarem em situação de sem-abrigo, toxicodependência e/ou alcoolismo, e às respetivas famílias.

Segundo informações recolhidas através da análise do Regulamento Interno e nas conversas intencionais com as profissionais do CAFAP (Apêndice, Ap. A, pp.91-94), o CAFAP foi criado na primeira década do século XXI e formalizou a sua presença na intervenção com famílias pela tipificação dos CAFAPs em 2013, através da Portaria nº139/2013 de 2 de abril e do Acordo de Cooperação que o ISS estabeleceu com este CAFAP. Este Acordo de Cooperação foi fundamental para se definir a MI (cujos critérios se basearam nas características da intervenção do CAFAP antes da Portaria nº139/2013),

ajustou-se o modo de funcionamento e constituição da ET (horas laborais e a categoria profissional de cada elemento da equipa) e o número de famílias que podem ser acompanhadas, de acordo com as verbas existentes no ISS para apoiar esta resposta social. Durante a fase do acordo atípico (antes da Portaria nº139/2013), já existiam verbas do ISS atribuídas a este CAFAP para o acompanhamento de cada família, com o novo acordo não foi possível aumentar o financiamento existente, ficando definido que poderia acompanhar 47 famílias, na modalidade de “preservação familiar”.

Este acordo poderá ser alterado nos prazos de candidatura existentes para o efeito, através do Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP). Esta alteração poderia permitir que o CAFAP acrescentasse outra(s) modalidade(s) de intervenção, pois, segundo a Portaria nº139/2013, de 2 de abril, com a equipa atual, seria possível intervir, também, pela modalidade da “reunificação familiar”. Também poderia aumentar o número de famílias em acompanhamento, aumentar as horas laborais da ET ou outros critérios que potenciassessem o funcionamento do CAFAP. Como o Acordo de Cooperação em vigor é recente (concretizado em 2015) e tem em conta o financiamento possível por parte do ISS, não se preveem alterações num futuro próximo.

3.2. A EQUIPA TÉCNICA

Segundo a Portaria nº139/2013, de 2 de abril, para um referencial de 100 famílias (sendo o máximo que cada CAFAP pode acompanhar), a ET deverá ser composta por uma psicóloga, uma educadora social (ES) e uma assistente social (AS), a trabalhar a tempo integral no CAFAP. Tendo em conta a MI do CAFAP e o número de famílias que o CAFAP pode acompanhar, a ET definida para este CAFAP é de três profissionais: uma psicóloga, uma ES e uma AS, a trabalhar a tempo parcial (18 horas semanais).

A ET deste CAFAP, segundo as conversas intencionais concretizadas com profissionais que atualmente trabalham no CAFAP, apresenta uma alteração frequente das suas profissionais, devido à procura de melhores condições laborais e de melhores vínculos laborais. A ET inicial ao desenvolvimento do projeto era uma equipa formada desde novembro de 2018: tanto a psicóloga como a AS já tinham tido contacto com os serviços do CAFAP, sendo a primeira experiência da ES nesta resposta social. Em abril de 2019, a psicóloga da equipa foi substituída por uma outra profissional com a mesma formação e, em junho do presente ano, a AS também deixou de trabalhar no CAFAP, tendo sido esse lugar ocupado por outra AS já vinculada à instituição. Ambas as profissionais já tinham experiência profissional na área de intervenção com famílias. É de realçar que a antiga psicóloga da equipa gere o seu trabalho atual (trabalha na mesma instituição, embora seja noutra resposta social) com o trabalho que desenvolve no CAFAP em regime de voluntariado. Nenhuma das profissionais têm formação em mediação familiar.

A equipa é multidisciplinar cumprindo com a Portaria nº139/2013, 2 de abril, constituída por características do estilo interdisciplinar, pois, tal como nas equipas multidisciplinares, é constituída por profissionais com formações diversas que permite “um trabalho muito completo que junta diversas perspetivas sobre os problemas e as necessidades identificadas e a definição de estratégias de mudança” (DT) a desenvolver. Nesta equipa em particular, tal como se verifica nos estilos interdisciplinares, foi possível observar que as profissionais consideram fundamentais as diferentes áreas do saber e valorizam os pensamentos, os sentimentos e as diferentes perspetivas de intervenção. Foram diversos os momentos em que se observou o interesse das profissionais para procurarem diferentes opiniões e conselhos, numa perspetiva de complementaridade da intervenção concretizada e, sendo uma ET pequena, existe maior facilidade na comunicação entre os seus elementos.

A equipa reúne mensalmente para análise e discussão dos processos. Cada profissional partilha os casos que acompanha, reflete sobre a sua intervenção e o percurso que as próprias famílias têm tomado e, em conjunto, definem

novas estratégias de intervenção, se necessário. Com efeito, estes momentos de reflexão permitem melhorar o acompanhamento prestado às famílias, orientando o trabalho desenvolvido num espaço que se constitui como espaço de intervenção entre as profissionais. Embora alguns elementos da ET refiram a importância da supervisão e estando legislado que à ET “é garantida formação inicial e contínua pelas entidades promotoras que lhe asseguram, também, a respetiva supervisão e avaliação” (Portaria nº139/2019, artigo 23º, p.1946), tal não tem sido possível por falta de financiamento.

Estas reuniões permitem a realização de uma avaliação contínua do trabalho concretizado, tal como disposto no Regulamento Interno do CAFAP, bem como a revisão e reflexão do plano de atividades, avaliando o seu cumprimento e a necessidade de ajustamento nas atividades. As reuniões são muito importantes para a organização da intervenção, mas verificaram-se como não sendo suficientes, visto que, segundo as conversas intencionais com as profissionais e pelo que foi possível observar, há informações dispersas sobre o acompanhamento das famílias, sobretudo quando há alterações dos elementos das profissionais que integram a ET, faltando informações que ajudariam a continuidade da intervenção.

3.3. A INTERVENÇÃO NO CAFAP

Este CAFAP tem como objetivo primordial dar resposta às necessidades das famílias encaminhadas, sendo acompanhadas apenas as famílias que tenham ao seu encargo crianças e/ou jovens em risco ou em perigo, com morada fiscal no concelho onde o CAFAP se encontra sediado.

As profissionais do CAFAP, durante as conversas intencionais, afirmaram que o reconhecimento pela intervenção do CAFAP está a acontecer de forma gradual. A DT reforçou esta ideia e salientou que no CAFAP é possibilitado “uma maior proximidade, ao nível do conhecimento e do trabalho junto das

famílias, relativamente a outros serviços”. Afirmar, também, que a intervenção do CAFAP possibilita a presença em vários momentos da vida familiar, para o conhecimento das dinâmicas familiares através, p.ex., das visitas domiciliárias (VD) e de sessões individuais no CAFAP. As sessões são concretizadas individualmente, porque a ET reconhece ter dificuldades em gerir as sessões com a presença de mais do que um elemento da família, mesmo nas situações em que as famílias poderiam beneficiar com essa intervenção.

Segundo o acordo de cooperação estabelecido com o ISS, este CAFAP tem capacidade para acompanhar 47 famílias. Até ao momento, desde 2015, contam-se 98 processos acompanhados, dos quais 42 encontram-se ativos.

A intervenção no CAFAP acontece após o encaminhamento das famílias por parte das entidades referenciadoras (ER), surgindo os primeiros contactos com a família. Pelas conversas intencionais com as profissionais e pela análise dos processos de cada família acompanhada, dos 42 processos ativos, foi possível perceber que 16 famílias são encaminhadas pelo Setor de Assessoria Técnica aos Tribunais do Núcleo de Infância e Juventude (SATT/NIJ) e 17 famílias pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Sete famílias foram encaminhadas pelo Tribunal Judicial, através do Juízo de Família e Menores, um dos processos ativos surgiu por autorreferenciação e, por fim, existe um outro processo encaminhado pela Câmara Municipal.

Nas reuniões mensais da ET são estipulados os gestores de caso para cada processo. Atribuído o gestor de caso que irá acompanhar a família, esse profissional procede à convocatória de cada família através de contacto telefónico e, na impossibilidade de contacto com cada família, o gestor de caso envia uma carta para o domicílio da família a convocá-la.

De acordo com o processo de acompanhamento e de intervenção com as famílias no CAFAP, são agendadas pelo menos uma VD para se conhecer o ambiente familiar e social da criança ou do jovem. Agendam-se mais visitas consoante as condições habitacionais e as necessidades de Educação Parental.

O primeiro atendimento é concretizado com os pais, ou outros cuidadores, e com a(s) criança(s) ou jovem(ns) sinalizado(s). Tem um carácter informativo

relativamente à função do CAFAP no processo; de esclarecimento sobre o que foi partilhado pela ER relativamente à análise efetuada sobre a situação familiar e procura-se o parecer da família.

O CAFAP tem o cuidado de assegurar a confidencialidade e a privacidade das partilhas que são concretizadas. Assim, no primeiro ou segundo atendimento, a família e o técnico do CAFAP assinam o consentimento informado, o que permitirá que a família tenha a segurança de que as suas informações não serão partilhadas de forma indevida.

As sessões seguintes, que deverão estabelecer “relações de empatia, numa base mais informal, que facilitam o diálogo e a intervenção” (DT), permitem que vão surgindo os assuntos que se tornam de relevo para a intervenção. Estes momentos, podem ser facilitados através de estratégias (jogos ou outras atividades) utilizados em manuais ou programas já existentes, de modo a não só facilitar o conhecimento e o estabelecimento da relação com a família, como também trabalhar questões de relevo para os membros da família.

Um dos manuais mais utilizados na intervenção são o “Favorite therapeutic activities for children, adolescents, and families: Practitioners share their most effective interventions”, de Liana Lowenstein (Anexo B, pp.161). Este manual reúne inúmeras atividades que são considerados bastante eficientes para a intervenção seja ela individual, com famílias ou grupos. Estão organizadas em três secções: a fase inicial para conhecer, no caso do CAFAP, a família e os seus elementos; atividades mais específicas para o decorrer das intervenções; e atividades para a fase final da intervenção. As atividades podem ser ajustadas consoante as necessidades, existindo sugestões de materiais para as auxiliar. Também é utilizado, p.ex., o livro da “Parentalidade sábia: um programa para os desafios da parentalidade de adolescentes”, de Don Gordon. Este livro é utilizado nas sessões de educação parental e permite trabalhar diferentes questões que podem surgir durante o desenvolvimento das crianças e jovens. Há sugestões de estratégias para trabalhar, p.ex., a gestão e resolução de conflitos ou outras questões que possam ser relevantes

para as famílias. Os momentos de reflexão criados permitem desenvolver competências pessoais e parentais.

Para apoiar o acompanhamento concretizado às famílias, o CAFAP tem procedimentos que se tornam essenciais, tanto para o registo da situação familiar (e.g.: condições habitacionais), como para a intervenção (e.g.: Ecomapa – utilizado para se compreender as relações de proximidade e os tipos de relações com as pessoas que fazem parte da vida da família -, entrevistas iniciais para ambos os pais, ou outros cuidadores).

O Plano Integrado de Apoio Familiar (PIAF), estando legislado como parte integrante da intervenção (Portaria nº139/2013, de 2 de abril), não é utilizado atualmente no CAFAP. Caiu em desuso por apresentar características que, segundo as profissionais, dificultavam a sua utilização (pouco prático de se preencher; questões que não seriam relevantes para intervenção; dificultava o diálogo entre o profissional e a família por exigir informações tão específicas sobre a realidade familiar) e porque as profissionais não compreendiam o objetivo das informações que constavam no PIAF criado anteriormente.

Ao longo do processo de acompanhamento das famílias, poderão existir reuniões com outras entidades envolvidas no processo (e.g.: CPCJ) ou na vida das famílias (e.g.: escolas) para se discutir o que tem sido feito e o que se pode fazer futuramente. Este trabalho em rede, na realidade atual do CAFAP, vai existindo através de contactos telefónicos entre serviços ou em reuniões com as entidades envolvidas, embora com alguma dificuldade em articular os diversos serviços de forma eficaz e regular.

As profissionais afirmam que a dificuldade de manter a intervenção depende essencialmente da aliança criada ao longo das primeiras sessões. Defendem que, se não se conseguir integrar a família no CAFAP através de uma relação construtiva e equilibrada, existirão barreiras difíceis de superar (as famílias mudarem o número de telefone, perdendo-se o contacto; abstinência das sessões ou ter-se de contactar as ERs).

Quando os gestores de caso não conseguem entrar em contacto com as famílias, a ER é informada da não comparência das mesmas e, caso as ER

consigam que as famílias regressem às sessões no CAFAP, por norma, segundo as profissionais, as famílias consideram esse pedido como uma obrigação, o que prejudica o restabelecimento da aliança com o CAFAP. Neste caso, as famílias têm posturas diversas: há famílias que se desresponsabilizam face à situação e outras que se mostram ansiosas e afirmam que este regresso será diferente. A ET dá primazia ao diálogo para compreenderem o que originou a situação, procurando sustentar a intervenção através da empatia, o que é considerado pela DT como um ponto forte da intervenção deste CAFAP.

Ao refletir com as profissionais sobre as dificuldades encontradas no acompanhamento às famílias no CAFAP, é referido que, para além da precariedade do vínculo laboral existente na ET, os 42 processos ativos revelam-se um número elevado, estando a trabalhar a tempo parcial. Também notam uma motivação decrescente das famílias durante o acompanhamento; reconhecem que a motivação das próprias profissionais também poderia ser maior; e sentem que a intervenção poderia fazer mais pelas famílias. No parecer de uma das psicólogas e pelo que se pôde observar, estas questões poderão ser resultado da ausência de estrutura e organização da intervenção, incluindo o facto de cada profissional intervir consoante a sua própria visão do CAFAP, sem existir procedimentos comuns na ET, o que, por sua vez, dificulta a compreensão das famílias pelo trabalho desenvolvido.

Por outro lado, na grande maioria dos processos, a relação com o CAFAP é imposta pelas ERs. Logo, as profissionais sentem que têm o desafio acrescido de conquistar a confiança das famílias e de passar a mensagem de que no CAFAP têm uma oportunidade de reunir as condições necessárias para que as suas potencialidades sejam reconhecidas e consigam terminar com o Processo de Promoção e Proteção (PPP) ou de Regulação das Responsabilidades Parentais (RRP). Existe o cuidado de negociar com as famílias a marcação de VDs ou das sessões no CAFAP, pois, segundo as profissionais, a relação com as famílias rege-se pela confiança e pelo respeito pela privacidade das famílias e, por isso, apenas se concretizam VDs com o seu conhecimento.

4. AS FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO NO CAFAP

Neste capítulo existirá a caracterização geral das famílias acompanhadas no CAFAP. As informações foram recolhidas através da consulta dos processos das famílias, das conversas intencionais com as profissionais, da observação em atendimentos e VDs. Visto que existiu a oportunidade de acompanhar mais sistematicamente uma família, a família Silva (nome fictício), surge a sua caracterização e a contextualização da sua situação atual.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ACOMPANHADAS NO CAFAP

Das famílias com processo ativo atualmente no CAFAP (42 famílias), a maior parte (22 famílias) é monoparental, ou seja, a criança ou jovem sinalizado reside com um dos pais (20 crianças ou jovens vivem com a mãe, três com o pai). Seguem-se as famílias nucleares (10 famílias), em que a criança ou jovem reside com ambos os pais. Em nove famílias, as crianças ou jovens sinalizados estão sob a responsabilidade da sua família alargada (avós, tios ou outros) e uma família é uma família reconstituída, ou seja, a criança ou jovem sinalizado reside com um dos pais, após ter ocorrido o divórcio do casal parental e o(a) cuidador(a) responsável pela criança, reconstituiu família.

Através do que foi possível saber durante as conversas intencionais e observar através do contacto com algumas famílias, a maior parte das famílias acompanhadas têm muita dificuldade em autoanalisar-se e compreender o porquê da sua sinalização e encaminhamento, dificultando o reconhecimento do que se pode mudar na sua situação atual. Tendem a esforçar-se por demonstrar as suas capacidades e potencialidades de forma a que os técnicos reconheçam que podem cessar o processo, pelo que, por vezes, negam as

suas fragilidades que são visíveis para os outros. É comum os pais, ou outros cuidadores normalizarem a sua situação, afirmando que não compreendem o porquê de se considerar que o seu filho(a) está em risco ou perigo.

Tendo em conta as partilhas das profissionais, as famílias também demonstram que conseguem ajustar-se aos obstáculos que surgem na sua vida, mesmo não recorrendo às estratégias que as entidades consideram mais adequadas para resolver determinadas situações. É possível que as famílias recorram à sua rede de suporte para encontrarem soluções (e.g.: caso as crianças ou jovens tenham fraco aproveitamento escolar, as famílias tendem a recorrer à família alargada para ajudar na supervisão do menor).

As famílias acompanhadas, por terem de responder a vários serviços (CPCJ, SATT/NIJ, Tribunais, entre outros), segundo as profissionais, demonstram-se saturadas e cansadas dos processos.

A grande maioria das famílias (30 famílias) têm condições laborais que permitem providenciar, pelo menos, as necessidades básicas aos filhos, sendo uma situação mais frequente nas famílias monoparentais (17 famílias), seguindo-se pelas famílias nucleares (seis famílias) e alargadas (seis famílias) e a família reconstruída (uma família). No que concerne às habilitações literárias, embora existam muitos pais, ou outros cuidadores com uma baixa escolaridade, todos eles sabem ler e escrever.

Segundo as conversas intencionais com as profissionais, 21 famílias apresentam boas condições habitacionais (13 famílias monoparentais; cinco famílias nucleares e três famílias alargadas) e 20 famílias apresentam uma boa organização e gestão doméstica (10 famílias monoparentais; cinco famílias alargadas; quatro famílias nucleares e uma família reconstruída). Nas famílias com menos organização e gestão doméstica (15 famílias – sete famílias monoparentais; seis famílias nucleares e duas famílias alargadas), verifica-se que algumas habitações não têm espaços adequados para as crianças e jovens, tendo, p.ex., quartos destinados às crianças ou jovens demasiados cheios, bem como noutros espaços que poderiam ser otimizados para o convívio familiar.

Das famílias com processo ativo, 29 apresentam condições de higiene adequadas para a saúde e bem-estar dos seus elementos (15 famílias monoparentais; sete famílias alargadas, seis famílias nucleares e uma reconstruída). No entanto, oito famílias moram em casas com condições de higiene que comprometem a saúde e bem-estar da criança ou jovem (quatro famílias nucleares, três famílias monoparentais, uma família reconstruída).

Por conseguinte, 16 famílias apresentam competências parentais adaptadas às necessidades das suas crianças ou jovens (sete famílias monoparentais, cinco famílias alargadas e quatro famílias nucleares). Porém, é possível observar que em 25 famílias, os pais, ou outros cuidadores (15 famílias monoparentais, seis famílias nucleares, três famílias alargadas e uma reconstruída) apresentam competências parentais que não se adaptam às necessidades das suas crianças e jovens, tais como, segundo as profissionais, a imposição de regras e limites desajustados ou dificuldade de adequação das suas estratégias consoante a idade da criança ou jovem. Apresentam estilos parentais, maioritariamente permissivos (26 famílias - 13 famílias monoparentais; seis famílias nucleares; cinco famílias alargadas e duas reconstruídas). Seguem-se as famílias com um estilo autoritativo (12 famílias – cinco famílias monoparentais, cinco famílias alargadas e duas famílias nucleares) e negligente (oito famílias – quatro famílias monoparentais e quatro nucleares). Por fim, há três famílias com o estilo parental autoritário (duas famílias nucleares e uma família alargada).

Quer os pais, ou outros cuidadores, quer as crianças ou jovens, demonstram ter, p.ex. um baixo autoconceito, dificuldade em lidar com emoções, padrões de comunicação desajustados e/ou dificuldade na gestão de compromissos e de tempo. No caso dos menores, poderá resultar no fraco aproveitamento escolar (nove famílias – sete famílias monoparentais e duas famílias nucleares), desconhecimento das estratégias de resolução de conflitos (23 famílias – 13 famílias monoparentais, sete famílias nucleares e duas famílias alargadas), de comportamentos de oposição-desafio (14 famílias – seis famílias monoparentais, seis famílias nucleares e duas famílias

alargadas) e de indisciplina. Também se poderá observar comportamentos de predisposição ao risco (16 famílias – seis famílias nucleares, seis famílias monoparentais, três famílias alargadas e uma família reconstruída), sendo isto mais notório nas 28 famílias acompanhadas com menores do sexo masculino.

No que concerne ao acompanhamento no CAFAP, consoante o que as famílias partilham com as profissionais e do que foi possível observar, verificou-se que as famílias que aceitam e estão envolvidas no acompanhamento no CAFAP (26 famílias – 16 famílias monoparentais, seis famílias alargadas e quatro famílias nucleares), reconhecem a importância destes encontros. Isto porque referem que os pais e os outros cuidadores têm uma nova oportunidade de refletirem sobre si mesmos e, também, sobre as responsabilidades da sua função ou papel na vida das crianças ou jovens. As crianças ou jovens, por sua vez, reconhecem o CAFAP como um local livre de julgamentos, onde se sentem acolhidos e demonstram vontade de regressar. O à vontade criado permite que as partilhas surjam naturalmente e, de acordo com as necessidades sentidas ajustam-se os momentos de intervenção.

4.2. A FAMÍLIA SILVA

Durante o acompanhamento a esta família foi possível participar em todos os momentos do seu acompanhamento, desde a sessão de acolhimento no CAFAP, às VD e até participar nas reuniões de articulação com outros serviços envolvidas no processo (escola e CPCJ).

É importante realçar que os nomes apresentados para a mãe, “Cristina” e o filho, “Julinho”, da família Silva, são nomes fictícios, escolhidos pelos próprios, de modo a garantir a privacidade e anonimato das informações partilhadas. As letras que representam os outros elementos da família, não representam os seus nomes, também pelo mesmo motivo.

A família Silva é uma família monoparental (Ap. B, p.95), referenciada em março de 2018, à CPCJ devido a “comportamentos graves de indisciplina e agressividade, sobretudo em contexto escolar” (relatório de referência da CPCJ) por parte do “Julinho”. Foi a “Cristina” que se dirigiu à CPCJ para pedir ajuda, tal como refere, “aconselharam-me a ir lá pedir ajuda e eu fui, mas não sabia o que era”. Em novembro de 2018 foi concretizado o acordo de promoção e proteção para a família com a duração de um ano, baseada na medida de “apoio junto dos pais”, nomeadamente da mãe. Foram encaminhados para o CAFAP nesse mesmo mês e iniciou o seu acompanhamento a janeiro de 2019.

O agregado é constituído pela mãe, 52 anos, e pelo filho adolescente, 14 anos (Ap. C, pp.96-98). Desde março, habitam em casa do avô materno que faleceu em julho deste ano, vítima de uma doença oncológica, tendo sido uma fase de fragilidade para a família.

A “Cristina”, durante o casamento com o pai do jovem, F. (63 anos), teve três filhos: a T. (atualmente com 30 anos e com um filho); a V. (atualmente com 26 anos e com dois filhos); e o “Julinho” (o jovem sinalizado). Cada uma das irmãs do “Julinho” habita com o respetivo companheiro e filho(s). Quer o pai e as irmãs do “Julinho” vivem perto do jovem.

A nível de escolaridade, a “Cristina” estudou até ao 4º ano, tendo ido logo trabalhar como operária fabril. O F. estudou num seminário, tendo concluído o 12º ano, num curso de desenho. As filhas, V. e T., têm o 9º ano e ambas estão desempregadas, recebendo subsídios sociais.

A “Cristina” foi vítima de violência doméstica durante 26 anos, motivo que levou ao divórcio em 2014 e cujas situações de violência nunca foram presenciadas pelo jovem. No entanto, o “Julinho” descobriu as situações de agressão no ano de 2018, após escutar uma conversa entre a sua mãe e irmã V. (situação esta nunca verbalizada pelo jovem no CAFAP, mas partilhado connosco pela sua irmã V. e a sua mãe).

O pai do jovem, F., mora sozinho, trabalha na área da mecânica, tem um bom vínculo laboral e salário mensal e apresenta-se como sendo a quem os

filhos recorrem quando precisam de dinheiro. Não voltou a casar e tem um historial de alcoolismo que, durante as conversas intencionais, tanto a “Cristina” como o F., dizem ter influenciado os momentos de violência durante o seu casamento. O F. apresenta um distanciamento emocional perante os elementos da família (excetuado com os netos), não só pela forma de como ele próprio se posiciona perante os filhos (verbalizando a sua função material na vida deles), como também tendo sido verbalizado pela “Cristina”, pelo “Julinho”, pela V. e pelas profissionais da CPCJ.

Através das informações partilhadas pela “Cristina” e a V., a gestação do “Julinho” não foi desejada, tendo ocorrido durante a fase de violência do casal. Ambos os progenitores eram ausentes (devido ao seu trabalho), pelo que a V., na altura com 14 anos, ficou responsável por cuidar do irmão, assistindo-se ao fenómeno da parentificação. A V. e o marido são identificados pelo jovem e pela “Cristina”, como os elementos da família com quem o adolescente tem uma boa relação e quem mais apoia o jovem e a mãe no dia-a-dia. A irmã T. apresenta uma relação distante com a família.

Após o divórcio, a “Cristina” e o F. mantêm pouca comunicação, falando apenas por questões mínimas indispensáveis relativamente ao “Julinho”, principalmente pela prestação de ajuda financeira. Segundo a AS da escola, a CPCJ, a família do “Julinho” e pelo que se observou da família Silva, o jovem apresenta uma boa relação emocional e afetiva com a mãe, mas não tem o apoio afetivo-emocional do pai. A relação e comunicação com o pai é baseada no “mínimo indispensável” em prol das suas necessidades básicas. Existe uma boa prestação de cuidados básicos ao “Julinho”.

A “Cristina” casa-se pela segunda vez e o marido, C., torna-se uma figura de grande referência para o jovem, partilhando um vínculo forte. O C. adoece e acaba por falecer, vítima de uma doença oncológica e proporcionando uma grande perda para o “Julinho”, na altura com 11 anos.

A mãe tem muitas exigências na sua vida atual. É operária fabril, cuja profissão, embora lhe permita ter um bom vínculo laboral por estar efetiva e ter um bom salário, exige-lhe um horário alargado (10h/dia, folgando duas

vezes por semana). Por outro lado, a “Cristina” também presta cuidados à avó do “Julinho”, que se encontra numa fase avançada de uma doença oncológica, em tratamentos de quimioterapia, e que lhe ocupa o tempo livre (depois do trabalho para dar o jantar e ainda nas folgas). Segundo a “Cristina”, estes são os motivos que não permitem que ela acompanhe o percurso escolar e desenvolvimento pessoal do “Julinho”. A “Cristina” conta com o apoio da filha V. e do genro para acompanhar e educar o “Julinho”, o que lhe permite ter um bom suporte familiar e são quem ajuda a “Cristina” a, tal como afirma, “chamar o “Julinho” à razão por causa da escola e das companhias”.

A escola, a CPCJ e o CAFAP reconhecem que a “Cristina” se preocupa imenso com o “Julinho” e com a sua situação familiar e escolar, no entanto demonstra estar fragilizada por ter tantas responsabilidades e pouca ajuda para se organizar. Esforça-se para ajudar todos, afirmando ao longo dos encontros no CAFAP que “a minha missão aqui é para ajudar os outros”, mas reconhece que isso lhe tira o tempo para si própria e para o “Julinho”.

A relação entre a “Cristina” e a avó do “Julinho” está bastante fragilizada. Existem mais duas irmãs da “Cristina” que apresentam uma relação melhor com a mãe (uma das irmãs está a viver no estrangeiro e a outra ajuda a prestar os cuidados à mãe quando a “Cristina” se encontra a trabalhar). Durante as conversas intencionais, a “Cristina” relata a sua adolescência com muita mágoa, tendo sido, no seu entender, violentada psicologicamente pela sua mãe até aos dias de hoje. Esta violência psicológica é, segundo a “Cristina”, baseada em comentários depreciativos em comparação às suas irmãs, o sentimento de insatisfação por parte da mãe relativamente a quem “Cristina” demonstra ser (caracterizando-se como a mais frágil das três irmãs) e o reforço negativo constante da sua mãe. Refere que atualmente ainda é maltratada, mas prefere ficar de “consciência tranquila” e, como refere, fazer o seu “dever até ao fim”. Toda esta situação causa *stress* familiar e o próprio “Julinho” evita estar no mesmo ambiente com a avó, por sentir, tal como refere que “ela não trata bem a minha mãe e não se dão muito bem”.

A “Cristina” demonstra ter um estilo parental permissivo relativamente ao “Julinho”, não mantendo regras e limites de forma consistente e permitindo que o filho mantenha o seu comportamento, mesmo não concordando. O “Julinho”, por sua vez, não consegue significar positivamente os momentos que tem com a mãe. Durante os atendimentos, o jovem verbalizou que sente que a mãe “não me ouve”, sentindo-se sem ninguém com quem pode falar sobre si e as suas experiências. Por outro lado, a mãe e a V. afirmam que vão falando com o “Julinho” essencialmente para o consciencializar dos seus atos.

O jovem é considerado pela V., e pela sua mãe, como afável e cooperante em casa. O “Julinho” também demonstra grande sensibilidade pela família, em ajudar os mais novos e é protetor e empático com as primas e sobrinhos por esse motivo, partilhando que é “incapaz de bater em meninos mais novos, bato nos mais velhos para me defender se eles se meterem comigo, mas nos mais novos não, temos de os proteger”.

O pai, F., durante a conversa intencional no CAFAP, reforça que o “Julinho” é cooperante quando alguém precisa de ajuda. No entanto, o “Julinho” não consegue caracterizar-se positivamente a si mesmo, afirmando que não tem características boas e, independentemente daquilo que ele faça ou diga, refere que nunca nada vai estar bem para os outros. Demonstra-se desmoralizado pela família não confiar nele e os familiares confirmam que não confiam no jovem, sentindo necessidade de, tal como refere a mãe e irmã, “o controlar” e olhando para ele como, tal como verbalizado pela mãe, pela irmã e pelo pai, “uma criança”.

A mãe, irmã V. e pai, referem que o jovem “anda com más companhias”. Os colegas do “Julinho” influenciam-no a ir para zonas perigosas da cidade ou contextos de consumos, embora o jovem, pelos resultados dos últimos exames médicos, não consuma (e nunca teve outros problemas de saúde). O “Julinho” afirma que gosta do perigo, que não pensa nas consequências que poderão existir e apresenta um comportamento impulsivo quando se sente ameaçado por alguma situação (e.g.: para se defender de algum colega que o provoca, não pondera no que diz, nem nas respetivas consequências).

Relativamente às rotinas da família Silva, durante a semana a mãe trabalha das 8h às 20h, pelo que o “Julinho” não tem a supervisão da mãe durante todo o dia. O “Julinho” desloca-se para a escola de autocarro (tendo fácil acesso a transportes públicos) e demonstra no CAFAP que é muito organizado nos seus horários de manhã, para conseguir arranjar-se e chegar a horas do autocarro. A mãe tenta deixar sempre as refeições preparadas para o filho e os fins-de-semana são passados em família, tanto com a irmã V. e a respetiva família, como com a mãe (quando ela termina a prestação de cuidados à avó).

O “Julinho” teve um fraco aproveitamento escolar no ano letivo de 2018/2019, verificando-se uma situação grave de faltas e um desinteresse constante pelas atividades letivas, tendo sido a primeira vez que se verificou esta situação no seu percurso escolar e sendo o primeiro ano dele nesta escola. A diretora de turma, na reunião que se teve na escola com o CAFAP, reconhece que o “Julinho” é, tal como refere, “um bom rapaz”. Inscreveu-o no apoio ao estudo no 2º período, tendo faltado muito, sem qualquer supervisão na escola ou pela família. Outros profissionais da escola (através da reunião e contactos concretizados) afirmam que o jovem é indisciplinado, apresenta uma postura de oposição, de desafio e um comportamento impulsivo em contexto escolar, tendo dificuldades em resolver e gerir conflitos, bem como em refletir sobre as consequências dos seus atos.

Durante as conversas intencionais com o “Julinho”, ele refere que os professores implicam com ele e que se desinteressam por ele, acrescentando que se sente triste quando estão a ser injustos consigo e refere que “ou fico calado para não me chatear ou então respondo na mesma moeda como me falam”. Tem faltas disciplinares, faltas de material, de assiduidade e de pontualidade, que foram sendo melhoradas durante o terceiro período, nomeadamente as de material e de assiduidade. Foi suspenso três vezes desde janeiro de 2019 até ao final do ano letivo e acabou por reprovar, tendo que repetir o 6º ano pela terceira vez no ano letivo de 2019/2020.

5. AVALIAÇÃO DO CONTEXTO

Após a caracterização do contexto, onde foi possível conhecer a realidade, neste capítulo urge identificar e explorar os problemas e as necessidades.

Todas as necessidades e problemas foram identificados em conjunto, através do diálogo e da reflexão com os participantes do projeto sobre os aspectos observados, identificados e reconhecidos como condicionantes para o funcionamento deste CAFAP e para o bem-estar da família Silva.

- O CAFAP

Analisando a realidade do CAFAP, foi possível identificar o primeiro problema (P1): “Não haver uma intervenção com a família articulada entre as entidades referenciadoras e o CAFAP”.

Este problema, de acordo com o discurso das profissionais, tem subjacente a si a dificuldade em se manter a regularidade de reuniões interinstitucionais e de trabalho em rede, o que faz com que existam informações dispersas sobre as famílias em acompanhamento. Também se verifica que algumas decisões tomadas pelas ER sobre as famílias não são informadas para os serviços do CAFAP (e.g.: a passagem de casos da CPCJ para o tribunal de família e menores) ou, então, estas entidades exigem respostas imediatas aos problemas identificados nas famílias, desejando encaminhá-las, por vezes, sem ter ainda havido reuniões iniciais com o CAFAP ou tempo para o CAFAP reunir com a respetiva família. As profissionais do CAFAP partilharam que o P1 também se deve, sobretudo, ao desconhecimento acerca do acompanhamento que é feito com as famílias no CAFAP. Em conjunto com as profissionais e refletindo sobre este aspeto, surgiu a opinião de que o próprio CAFAP também se podia organizar melhor, de modo a contribuir de forma mais ativa para que este trabalho fosse feito.

Deste problema decorre a necessidade de melhorar a comunicação entre o CAFAP e as ER, reforçando o trabalho em rede e as reuniões interinstitucionais e a elucidação da identidade, e intervenção do CAFAP.

O segundo problema (P2) identificado foi: “Alteração frequente da equipa técnica”. A mudança frequente de profissionais da ET, tem subjacente a si o facto de a ET do CAFAP ser constituída por profissionais que trabalham a meio tempo, que saem do CAFAP quando encontram um vínculo laboral a tempo integral. Este facto influencia o tempo útil que existe para se conseguir intervir com cada família de uma forma eficiente. Segundo a DT, “é importante melhorar as condições laborais oferecidas às colaboradoras de forma a que possam encontrar estabilidade profissional e manterem-se por mais tempo no CAFAP”, evidenciando-se a precaridade do vínculo laboral das profissionais. Existe, também, o facto das profissionais trabalharem em regime de prestação de serviços, o que faz com que esteja subjacente ao P2 a oferta de melhores oportunidades de emprego noutros locais de trabalho, sendo necessário a melhoria das condições laborais oferecidas no CAFAP, para que as profissionais se consigam vincular à resposta social.

As profissionais preocupam-se com o fator de instabilidade a nível da durabilidade das relações com as famílias, sendo necessário relações que, para além de confiança e seguras, sejam duradouras. Tendo em conta o que foi possível observar e o que é partilhado pelas profissionais, a alteração dos elementos da ET influencia o facto das famílias serem multiassistidas pelos serviços e não tem tido em conta aspetos importantes para a intervenção, como o facto de não existir comunicação com as profissionais que acompanharam os processos anteriormente. Esta situação foi identificada como algo que dificulta o papel das novas profissionais que integram a ET, nomeadamente no que diz respeito a informações relevantes que se perdem de uma profissional para a outra (que, p.ex., não existiam nos registos escritos), o que contribui para a insegurança das novas gestoras de caso relativamente ao que foi partilhado pelas e com as famílias anteriormente. A falta de comunicação entre as gestoras de caso anteriores, faz com que as

famílias tenham que recontar a sua história e percurso familiar, sendo que, por isto, elas podem perder a motivação para comparecer no CAFAP (tal como, segundo as profissionais, se tem verificado com algumas famílias).

É de realçar que se observou e analisou que esta questão influencia a dificuldade de se trabalhar em rede (associado ao P1), porque, p.ex., a alteração dos gestores de caso, que não costuma ser comunicada às ERs, faz com que as entidades queiram contactar uma profissional com a qual já articulavam e acabam por perceber que já está outra pessoa nesse lugar.

Tendo em conta estas informações surge a necessidade de redução da perda de informação relevante na intervenção; que as famílias não fiquem desamparadas no começo da relação com outra gestora de caso; que as informações sejam passadas devidamente entre as profissionais e com o cuidado necessário perante as famílias.

Identificou-se outro problema (P3): “Dificuldade em manter um acompanhamento regular às famílias”. Este problema tem subjacente a si as condições laborais das profissionais (referidas no P2), a existência de um elevado número de famílias para as profissionais que colaboram no CAFAP e da motivação decrescente que as famílias têm ao longo do acompanhamento.

É de realçar que, para além das questões acima partilhadas, as profissionais sentem que a dificuldade de acompanhamento às famílias também se deve à forma como têm gerido o seu tempo. As profissionais autoquestionaram-se durante a reflexão sobre este problema, reconhecendo que estava na altura de compreender até que ponto têm aproveitado bem o tempo para acompanhar as famílias. Deste modo, este autoquestionamento permitiu que partilhassem que embora tenham apenas 18h semanais de trabalho no CAFAP, existe outro fator: o da sua própria motivação, que influencia a sua organização nos acompanhamentos concretizados, bem como a otimização e boa gestão do tempo no CAFAP.

As profissionais reconhecem que se a sua motivação aumentar poderão contribuir mais ativamente para a mudança do próprio CAFAP, investindo mais na intervenção. Ao ponderarem sobre um maior investimento na

intervenção, referem que algo que as motivaria seria a reorganização da intervenção, tornando-a mais colaborativa e estruturada. A seu ver, reorganizar a intervenção seria uma nova oportunidade para procurar como evitar a desmotivação e o desânimo das famílias durante o acompanhamento e, ao aproximar ambas as partes, facilitar a forma como as profissionais lidam com as diferentes realidades familiares (Ap. D, pp.99-101).

Tendo em conta este problema surge a necessidade da existência de uma intervenção mais próxima da família, mais estruturada e colaborativa; existência de continuidade na intervenção; reforço da motivação das famílias ao longo dos atendimentos; reforço da motivação da ET e reforço de estratégias para lidar e/ou combater a não comparência ou abstinência das famílias das sessões do CAFAP.

Considerando o quarto problema identificado (P4): “Dificuldade das profissionais em conseguir intervir através de uma abordagem sistémica e de mediação familiar”, na realidade atual deste CAFAP, embora as profissionais tentem trabalhar tanto com os pais ou outros cuidadores e as crianças ou jovens sinalizadas, as mesmas reconhecem a dificuldade de gerir as sessões com a presença dos vários elementos da família de forma a que todos beneficiem com a intervenção. Justificam esta dificuldade por terem pouco conhecimento ao nível da intervenção sistémica com famílias, não reunindo condições para se sentirem seguras para o fazer.

É de opinião geral que seria vantajoso se as profissionais desenvolvessem competências na abordagem sistémica e de mediação familiar, de modo a que conseguissem intervir “com vista a abrir a solução, onde as famílias participem na definição do problema, da solução e do respetivo caminho para essa mesma solução”, como refere uma das psicólogas, e mediar as relações familiares de forma a englobar os diversos elementos das famílias nas sessões. Uma das psicólogas acrescenta que esta mediação familiar traria “maior estrutura na intervenção e iria permitir que sentíssemos maior confiança em intervir” com mais do que um elemento da família presente. Iria permitir, também, que as profissionais aprendessem a gerir melhor os

conflitos familiares de uma forma saudável para todos e para a própria intervenção. A ES acrescenta que assim é possível a existência de uma oportunidade de reflexão conjunta com todos os membros da família, para ajudar a família a ajustar o seu percurso às suas necessidades.

As profissionais sentem que é necessário o desenvolvimento de uma intervenção sistémica, tal como previsto na Portaria nº139/2013, de 2 de abril: “a intervenção privilegia uma abordagem sistémica, intensiva e dinâmica” (Portaria nº139/2013, artigo 7º, p.1943). Ao refletir-se em como é que as profissionais poderiam adquirir e/ou desenvolver as competências referidas, as mesmas partilharam que sentem necessidade da existência de um profissional externo ao CAFAP que facilitasse a sua reflexão, referindo-se à figura de um(a) supervisor(a). Isto porque sentem que assim poderiam refletir sobre as suas práticas de uma forma mais eficaz e ter orientações para as suas ações com cada família, mas reforçam que isso se torna uma realidade difícil de alcançar, devido à dificuldade de financiamento da Associação para estas questões. Por conseguinte, também identificam a necessidade de desenvolver uma prática reflexiva, que permita uma intervenção guiada por um pensamento reflexivo e crítico; o reforço da formação dos elementos da ET.

Como último problema identificado (P5) temos a “Falta de materialização do PIAF”. Analisando a realidade atual deste CAFAP é verificado que os procedimentos de intervenção se encontram desajustados ao que está legislado, realçando a falta de materialização do PIAF e, também, a dificuldade em tornar a família parte ativa do seu processo. Assim, seria fundamental alterar os procedimentos para que todos os envolvidos compreendam o que é pretendido na intervenção e o que se vai concretizando durante a mesma.

Existiram dúvidas se a não-materialização do PIAF seria considerado um problema ou se uma estratégia para melhorar a necessidade de potenciar a intervenção de uma forma mais colaborativa. No entanto, uma vez que o PIAF é considerado pelas profissionais como crucial no processo de acompanhamento às famílias, é necessário que as famílias compreendam o seu papel na intervenção e que mantenham um papel ativo ao longo do

processo, logo, concluiu-se que o PIAF é a ferramenta base para um acompanhamento mais eficiente (Ap. E, p.102).

Através da identificação do P5, houve oportunidade para se refletir com as profissionais sobre a intervenção na sua totalidade (retomando reflexões concretizadas relativas aos problemas anteriores), pelo que se encontrou como necessidade principal a reestruturação geral da intervenção. Esta reestruturação passa por assegurar uma intervenção mais estruturada e permitir que as profissionais ajustem as suas práticas para dar resposta às necessidades que identificaram. Do mesmo modo, devido a toda a linguagem técnica utilizada pelas diferentes profissionais, dificulta o processo de compreensão por parte da família quanto aos objetivos da intervenção e de que forma é que o acompanhamento prestado poderá ser benéfico para si. Não só porque há necessidade de uniformização na forma de como as profissionais olham para o CAFAP, de modo a clarificar a identidade e funcionamento da resposta social, mas também que as famílias sejam o centro da ação e compreendam as diferenças no trabalho do CAFAP e da ER.

Ao longo das conversas intencionais, surgiu a reflexão de que a mudança na intervenção também passa pela postura das profissionais, pelo que as próprias têm de se autoanalisar e, segundo uma das psicólogas, compreender “se estes aspetos estão apenas relacionados com o contexto dessas famílias” ou se “o modo de ser ou estar” das profissionais estará a influenciar a intervenção. A psicóloga acrescentou ainda que a “capacidade de cativar as famílias pode ser melhorada a médio/longo prazo”.

Entre estas e outras questões que surgiram durante a avaliação de contexto (Ap. F, pp.103-104), é de notar que as profissionais reconhecem a necessidade de alterar a intervenção que desenvolvem e que o facto de funcionarem da mesma forma há tantos anos (sem estrutura, nem organização) torna urgente alterar a sua forma de intervenção.

Tendo em conta os problemas identificados foi possível analisar que existem dificuldades na partilha de informação e comunicação, quer seja intrainstitucional (P2) ou interinstitucional (P1, P2). Para além desta questão,

as profissionais reconheceram que a sua forma de intervir deveria de ser ajustada, evidenciando-se nas necessidades sentidas e identificadas nos P2, P3, P4 e P5. Por sua vez, através das reflexões produzidas nas conversas intencionais, estes quatro foram priorizados (Ap. G, pp.105-106). Os critérios de priorização basearam-se nos problemas que conseguiriam abranger um espectro mais abrangente de necessidades relativas à intervenção, considerando que as necessidades do P1 poderiam ser respondidas de forma mais adequada após a reestruturação da intervenção e redefinição do que é o CAFAP e da sua intervenção, permitindo que as profissionais ganhem outra segurança a falarem da resposta social e as entidades compreendam o que é feito no CAFAP. É importante referir que durante esta avaliação do contexto, as profissionais demonstraram-se disponíveis para todas as sugestões que potenciar a intervenção no CAFAP.

- A família Silva

A avaliação de contexto da família Silva decorreu de janeiro a março de 2019, através de conversas intencionais com o jovem, os seus pais e a irmã V. e contactos com a escola que frequenta (reunião com a diretora de turma, diretor da escola e AS da escola e contactos por telefone da gestora de caso do CAFAP para a AS da escola).

O primeiro problema identificado (P1) foi o “Fraco acompanhamento escolar ao jovem”. Este problema tem subjacente a si o facto de, segundo a AS da escola, não haver funcionárias suficientes para conseguir supervisionar os alunos quando estes faltam as aulas. Segundo o “Julinho”, quando há oportunidade de ficar com as funcionárias, passa o período de aula sem qualquer atividade, visto que, tal como refere “não me dão nada para fazer”. Este jovem não demonstra motivação e interesse pela escola, desvalorizando a sua situação escolar e, embora a diretora de turma o tenha inscrito nos apoios ao estudo, o “Julinho” não ficou motivado, nem considerou esses momentos como proveitosos para si. Através das conversas intencionais, o “Julinho” referiu que, em casa, quando regressa das aulas, costuma dedicar-se aos trabalhos de casa, mas não tem supervisão devido à situação laboral da

mãe e acrescentou que a “Cristina” nunca chega a saber o que ele tem para estudar ou fazer, porque opta por não lhe contar, visto que assim pode ir ter com os seus colegas.

Deste problema surge a necessidade de motivação do jovem pela escola, reforço do acompanhamento escolar e de mudança da postura adotada pelo jovem em contexto escolar.

O segundo problema (P2) identificado: “Dificuldade do jovem em refletir sobre si e sobre os seus atos” tem subjacente a si várias questões associadas ao seu contexto escolar e à sua perceção pessoal e da sua realidade.

Todos os momentos de tensão que ocorreram na escola de que se teve conhecimento (pela CPCJ, do “Julinho” e da “Cristina”) relatavam comportamentos impulsivos, onde o “Julinho” revelava pouca reflexão sobre os acontecimentos, sobre o que dizia ou fazia, e sobre o que os outros sentiriam nas situações, principalmente quando, tal como o jovem referia no CAFAP, o estavam a provocar. Não há relatos de violência física confirmados. As situações mais graves associadas ao jovem envolviam discursos pouco refletidos ao dizer “a primeira coisa que me vem à cabeça” (“Julinho”). O jovem também partilhou que quando se sente ameaçado não pensa em pedir ajuda, pois, como refere, não fala “com nenhum adulto com medo que me ponham numa situação em que não tenho culpa”.

O “Julinho” apresenta uma atitude e pensamento negativos relativamente a si e ao que e quem o rodeia, não conseguindo identificar aspetos positivos, motivações ou objetivos para si. Demonstra estar desmoralizado com a sua vida e tem presente não só o sentimento de que não pode confiar em ninguém, mas também que não tem ninguém que o escuta verdadeiramente. Também partilha que se sente injustiçado por fazerem afirmações que, para si, não são verdade, dando como exemplo de que gostaria de mudar “as mentiras que foram ditas” em contexto escolar.

Apesar do que foi referido em cima, o “Julinho” demonstra um grande espírito de entreatajuda com a sua família e em pessoas mais novas, tendo

partilhado relatos de situações na escola em que defende as primas quando sente que estão a ser discriminadas quer por professores, quer por colegas.

Deste problema surge a necessidade de reforço das potencialidades do “Julinho” e de reflexão sobre si e sobre a sua perspetiva da realidade, de modo a desenvolver o seu autoconhecimento, autoestima e autoconceito. Também existe a necessidade de desenvolvimento da capacidade de gerir e resolver conflitos e de reflexão sobre as consequências dos seus atos, procurando novas soluções para alterá-los.

O terceiro problema identificado (P3) foi a: “Elevada fragilidade emocional da mãe e pouco envolvimento na vida do filho”. A “Cristina” reconheceu a sua falta de disponibilidade para estar presente na vida do filho, estando também refletido nas palavras do “Julinho”, quando afirmou que “mais vale não falar com ela, ela não me ia ouvir”. A “Cristina” recorre frequentemente à V. para acompanhar o irmão e o “Julinho” referiu que, embora a irmã se preocupe com ele, não se sente confortável para fazer as suas partilhas, porque quando partilha as suas coisas “parece que o mundo acaba e ralha muito”.

A sobreocupação da “Cristina” não lhe permite estar presente e envolver-se em vários momentos da vida do filho, tal como na supervisão e acompanhamento do seu percurso escolar ou ser parte ativa no desenvolvimento pessoal do filho. Por outro lado, durante as conversas intencionais, a “Cristina” afirmou que tenta dialogar com o filho sobre os assuntos que a preocupam (como a escola) e tenta conversar com o “Julinho” para ele mudar de postura em contexto escolar. No entanto, noutros aspetos da educação do jovem, a mãe impõe regras e limites, mas verificam-se como sendo desajustadas e inconsistentes e não são mantidos de forma coerente, aceitando facilmente o não cumprimento das regras que tenta impor (e.g.: Quando o “Julinho” vai lanchar fora e deixa despesa no café para a mãe depois pagar, a “Cristina” conversa com ele, mas o “Julinho” não altera o seu comportamento e a mãe não coloca nenhuma regra e aceitando a situação).

A “Cristina” adota um estilo parental permissivo, tentando conversar com o seu filho sobre diferentes formas de agir, assumindo que através do diálogo

e sem estabelecer regras de forma clara, ele conseguirá autorregular-se, gerindo o seu próprio comportamento. Adotando o estilo parental permissivo, de acordo com Gaspar e Matos (2016, p.512), os pais “correspondem aos pedidos da criança, sem definição de normas ou deveres (...) não agem como modelos de comportamento” e evitam “atitudes de controlo e permitindo à criança gerir o seu comportamento” (Gaspar & Matos, 2016, p.512).

Durante as conversas intencionais, a “Cristina” partilhou que se sente perdida e sem forças para suportar as exigências do seu quotidiano. Apresenta uma grande sobrecarga emocional, consequência do *stress* familiar. Ainda verbalizou que queria voltar a ter tempo para si e para o seu filho e demonstra, também, que não reconhece as suas potencialidades, apresentando uma perspetiva negativa da sua realidade e dificuldade em reconhecer o que tem de bom na sua vida.

Deste problema existe a necessidade de trabalhar o autoconceito e autoconfiança da mãe; reforçar das suas potencialidades; analisar o que é possível fazer para reforçar a sua relação com o seu filho; reconhecer as soluções possíveis para melhorar a sua situação atual; reforçar as competências parentais.

Tendo em conta os três problemas identificados, através do que está subjacente a cada um e pelo que a literatura nos traz, poderá existir uma relação entre eles. O envolvimento parental, principalmente na fase da adolescência, sendo considerada a fase mais desafiante do ciclo vital, é crucial no desenvolvimento de cada jovem (Alarcão, 2002; Costa & Faria, 2017). A relação e envolvimento dos pais na vida dos filhos traz implicações diversas nas crianças ou jovens, nas suas relações com os outros, na perspetiva que têm de si mesmo e, também, no seu percurso escolar (Costa & Faria, 2017; Gaspar & Matos, 2016). Assim, ao priorizar-se os P2 e P3 (Ap. G, p.107), permitir-se-á responder às necessidades individuais de cada elemento da família Silva, mas também trabalhar as relações familiares entre mãe e filho e, em conjunto, procurar influenciar positivamente o P1.

6. DESENHO DO PROJETO “REFLET(IR)” E AVALIAÇÃO DE ENTRADA

O nome do projeto, “REFLET(IR)”, resultou das reflexões e partilhas com os seus participantes, concluindo-se que é a reflexão que nos move. É a reflexão que nos permite “ir além” e, através do autoconhecimento que esta proporciona, cria-se uma oportunidade de nos (re)aproximar de nós mesmos, refletindo sobre quem somos, quem gostaríamos de ser, compreender aquilo que fazemos e, por conseguinte, efetuar as mudanças necessárias para caminhar rumo ao que parecia, à primeira vista, difícil de alcançar. “REFLET(IR)” faz sentido para o nome desde projeto, visto que a participação dos seus intervenientes envolve, também, a liberdade de se descobrirem a si mesmos, aos seus recursos e potencialidades, (re)significando a sua realidade e investindo nela de forma consciente e reflexiva.

Neste capítulo será possível conhecer qual a finalidade do projeto e quais foram os objetivos definidos, as estratégias selecionadas e as ações desenvolvidas. Posteriormente, concretizar-se-á a avaliação de entrada do projeto “REFLET(IR)”, onde se irá refletir sobre o desenho do projeto, avaliando-o, e compreendendo a sua exequibilidade, coerência e congruência, considerando as necessidades sentidas, problemas priorizados, finalidade, objetivos, estratégias e ações desenvolvidas (Stufflebeam & Shinkfield, 1987).

6.1. FINALIDADE, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

Dos problemas priorizados e das necessidades que surgiram é requerida uma mudança nas formas de pensar e de agir, passando por uma sensibilização e reconhecimento pela situação atual de cada realidade do

contexto do projeto. Assim, definiu-se como finalidade do projeto “Promover a melhoria das práticas do CAFAP para um atendimento às famílias mais próximo, integrado e sistémico”.

Para que essas mudanças aconteçam é necessário que, através de uma lógica de reflexão-ação, exista o reforço do potencial de todos os intervenientes, de modo a influenciar positivamente os contextos envolventes quer à realidade do CAFAP, quer à da família Silva. Tendo em conta a finalidade, o projeto “REFLET(IR)” integra dois subprojectos, um assente nas necessidades de reestruturação e de mudança das práticas da equipa do CAFAP (subprojecto 1); e o subprojecto 2, desenhado a partir dos problemas e necessidades identificados com a família Silva.

- O CAFAP

Tendo em conta a finalidade do projeto e as necessidades em comum dos problemas P3 e P4, relacionadas com as práticas das profissionais, estipulou-se como objetivo geral (OG): “Promover a melhoria das práticas profissionais da ET” (OG1). Como objetivos específicos (OE) definiram-se: “Identificar como melhorar a intervenção” (OE1); “Ser capaz de ter um espírito crítico e reflexivo para concretizar as mudanças necessárias” (OE2); “Ter uma prática reflexiva na intervenção” (OE3); “Ser capaz de aumentar e manter a motivação das famílias e das profissionais ao longo da intervenção” (OE4).

Para ir ao encontro das necessidades encontradas nos P2, P4 e P5, referentes a questões relacionadas à intervenção do CAFAP, estipulou-se como OG2: “Contribuir para a (re)estruturação da intervenção do CAFAP”. Como OE definiram-se: “Identificar como integrar uma abordagem colaborativa na intervenção concretizada no CAFAP” (OE5); “Identificar o que é necessário mudar na intervenção” (OE6); “Tornar os objetivos da intervenção mais claros e perceptíveis para todos os intervenientes” (OE7).

Como constrangimentos existem o pouco tempo disponível das profissionais da ET por estarem a tempo parcial no CAFAP, o elevado número de famílias por profissional e questões institucionais, como a falta de

financiamento para ações externas. Também foi identificado como constrangimento a alteração das profissionais da ET.

Esta resposta social tem como recursos materiais: impressora, computadores e materiais para desenho e pintura (cartolinas, papel, material de escrita). Como recursos físicos do CAFAP, existe a sala de atendimentos, o gabinete da ET e o pátio. Como recursos humanos externos à Associação existe uma Terapeuta Familiar e uma Mediadora Familiar, ambas com mais de dez anos de experiência profissional na área da intervenção com famílias.

Como potencialidades, as profissionais reconhecem e estão recetivas à mudança e a novas ideias, sendo uma equipa unida e que valoriza os saberes de cada profissional. Existe intervisão dentro da equipa, através de partilhas contínuas sobre as suas práticas, o que permite apoiarem-se mutuamente, e existem, também, reuniões mensais da ET. As profissionais também procuram basear as relações criadas com as famílias na confiança, na honestidade e na empatia e também cumprem com o que é exigido em termos de privacidade e confidencialidade de cada família. As profissionais procuram adaptar a intervenção a cada família tornando flexível a marcação de sessões (existindo alguns a acontecer fora das horas laborais) e ajustando as sessões consoante as necessidades de cada membro da família.

- A família Silva

Tendo, de novo, em consideração a finalidade do projeto, visto que o P2 se refere à dificuldade existente no “Julinho” de refletir sobre si e sobre os seus atos, estipulou-se como OG1: “Promover o autoconhecimento”. Como OE definiram-se os seguintes: “Ser capaz de reconhecer as suas capacidades e características” (OE1); “Reforçar a capacidade de se colocar no lugar do Outro” (OE2); “Ser capaz de exprimir os sentimentos” (OE3). Como OG2 estipulou-se: “Conhecer diferentes formas para resolver conflitos”. Como OE definiram-se os seguintes: “Desenvolver a capacidade de analisar diferentes soluções para os conflitos” (OE4); “Ser capaz de pedir ajuda” (OE5); “Ser capaz de comunicar adequadamente” (OE6).

No que concerne ao P3, relativo à fragilidade emocional da mãe e falta de envolvimento na vida do filho, estipulou-se como OG3: “Promover o autoconhecimento”. Como OE, foram delineados os seguintes: “Ser capaz de reconhecer as suas capacidades e características” (OE7); “Ser capaz de procurar os recursos que tem para melhorar a sua situação” (OE8); “Ser capaz de reconhecer o que tem de bom na sua vida” (OE9). Definiu-se o OG4, da seguinte forma: “Analisar a influência que a falta de envolvimento da mãe tem na vida do filho”, e os respetivos OE: “Analisar diferentes soluções para aproveitar o seu tempo com o filho” (OE10); “Refletir sobre a importância do seu papel na vida do filho” (OE11); “Desenvolver competências parentais” (OE12).

Existem como constrangimentos a alteração das profissionais que acompanham a família; a existência do processo de promoção e proteção, como fonte de “obrigatoriedade” da sua comparência no CAFAP, causando pressão na família, como é referido, p.ex., pelo jovem, “sou obrigado a vir aqui e a ir às aulas, senão tiram-me da minha família” ou pela mãe, “Não sei o que fazer, estou sem forças. Tenho medo que me tirem o meu filho”.

Como potencialidades, a “Cristina” e o “Julinho” apresentam uma relação de proximidade com a V. e o respetivo marido. Do mesmo modo, a família reconhece a necessidade de mudança, demonstra aceitação e interesse pelo acompanhamento nesta resposta social e o jovem preocupa-se com a sua família alargada, sendo muito protetor relativamente às primas e sobrinhos, mantendo uma relação afetuosa com a sua mãe.

Para o desenvolvimento do projeto e de modo a alcançar os objetivos delineados para o CAFAP e a família Silva, selecionaram-se as seguintes estratégias: as conversas intencionais e os momentos de partilha, debate e reflexão, onde se pretendia que os participantes refletissem através de uma lógica de reflexão-ação. Ou seja, procurava-se que as reflexões provocassem alterações na sua forma de pensar e de agir, de modo a que fossem os participantes a descobrir e a tomar as decisões, tendo sempre em conta o seu bem-estar e as suas necessidades. Também se utilizaram o eco mapa,

atividades do manual de Liana Lowenstein, “Favorite therapeutic activities for children, adolescents, and families: practitioners share their most effective interventions” e o *role-play*.

Tendo em conta as informações acima, foram desenvolvidas três ações.

A ação 1, denominada “A mudança está ao nosso alcance!”, foi desenvolvida com as profissionais do CAFAP, no período de fevereiro de 2019 até setembro de 2019. As profissionais sentiam-se sem motivação para conseguir fazer algo de diferente no CAFAP e sem oportunidade para conseguir tentar mudar, daí a escolha para o nome da ação. Pretendia-se concretizar o OG1 e o OG2. Com o OG1, seria possível, através de uma prática reflexiva, desenvolver novas competências nas profissionais. O OG2, contribuiria para iniciar o processo de reestruturação da intervenção, de modo a ir ao encontro das necessidades sentidas que são consideradas como fundamentais para potenciar a intervenção.

As duas ações desenvolvidas com a família Silva, ocorreram desde janeiro de 2019 até setembro (ação 3) e outubro (ação 2) de 2019.

A ação 2, desenvolvida com o “Julinho”, foi denominada “Quem sou e como me dou”. O nome surgiu em seguimento do trabalho que se fez com o jovem e as reflexões concretizadas. Pretendia concretizar o OG1 e o OG2, onde se explorou, essencialmente, o seu autoconhecimento (“Quem sou”) e a forma como reage nos momentos de maior conflito, como gere as emoções e adapta a sua forma de reagir e comunicar (“E como me dou”).

A ação 3, dedicada à “Cristina” e à sua relação com o seu filho, tem o nome de “(Re)ajustar”. Este foi o nome escolhido com a “Cristina”, visto que a ação se baseou em refletir sobre si e sobre a sua realidade, (re)ajustando-se de acordo com as necessidades sentidas. Esta ação pretendia concretizar o OG3 e o OG4. Para concretizar o OG3 pretendia-se que a “Cristina” (re)descobrisse as suas potencialidades, visto que se apresentava desafiada pelo meio e não se valorizava a si mesma. Para o OG4 pretendia-se refletir com a “Cristina” sobre o que necessitava para se reerguer com a força necessária para analisar o que conseguia ou não fazer neste momento pela sua relação com o filho.

6.2. AVALIAÇÃO DE ENTRADA E INDICADORES DE AVALIAÇÃO

Os participantes, através das conversas intencionais, consideraram que a finalidade, formulada com a participação de todos, ia ao encontro do que se pretendia com o projeto. Também afirmaram que os problemas priorizados estavam relacionados com o que seria necessário alcançar, neste momento, em cada realidade.

Em reflexão conjunta sobre os objetivos definidos, no que concerne aos objetivos para o CAFAP, os participantes consideraram que iam ao encontro das necessidades identificadas pelas profissionais. Os objetivos para a família Silva exigiram mais tempo a serem definidos, visto que os encontros se concretizavam consoante a disponibilidade da antiga gestora de caso e, devido à irregularidade na presença da “Cristina” nas sessões, foi necessário mais tempo para a conhecer e, com ela, compreender quais seriam as necessidades da família. Os objetivos definidos para a família Silva foram considerados, pelos participantes, importantes para potenciar a mudança na família e começar a traçar, com eles, um novo caminho para si.

As estratégias selecionadas, porque exigem participação e envolvimento de todos os participantes, parecem ser indicados aos objetivos a alcançar.

Através da primeira ação, “A mudança está ao nosso alcance”, e os objetivos definidos, definiram-se como indicadores de avaliação (Ap. H, pp.108-109) que as profissionais se auto questionem e adquiram um pensamento mais crítico e reflexivo sobre as suas práticas, tornando-se mais atentas às necessidades do CAFAP e das famílias que acompanham; que as profissionais se envolvam na reestruturação da intervenção e tenham a motivação necessária para refletir sobre as suas práticas e dar continuidade ao processo de mudança iniciado com o projeto “REFLET(IR)”; que as profissionais se envolvam na reestruturação; que a intervenção seja potenciada através de uma abordagem mais colaborativa; e que se consiga clarificar o que se pretende com a intervenção no CAFAP.

Para contornar os constrangimentos identificados, ajustou-se o desenvolvimento da ação à disponibilidade de cada profissional, sem calendarização pré-definida. Pretendeu-se, também, explorar as opções existentes que não exijam financiamento.

Relativamente às ações 2 e 3, estas deveriam ocorrer com respeito pelo tempo e espaço da família. Para a ação 2 espera-se que o “Julinho” reconheça a necessidade de mudança e que identifique e signifique as suas características. Espera-se que ele reflita sobre o seu comportamento, descobrindo novas formas de proceder nos momentos de tensão. Também se espera que o “Julinho” consiga partilhar o que sente sobre si, sobre os outros e sobre a sua realidade; que, através do autoconhecimento, reconheça em si a capacidade de compreender o que os outros sentirão perante a sua postura nos momentos de tensão (sobretudo em contexto escolar); e que consiga partilhar o que sente sobre si, os outros e a sua realidade. Na ação 3 espera-se que a “Cristina” comece a recuperar a autoconfiança, a motivação e que consiga identificar as suas potencialidades, trabalhando como pode tirar partido delas na sua vida e na relação com o seu filho, reforçando, também, as suas competências parentais. Os objetivos para a “Cristina” poderão ser ambiciosos para alcançar até ao término do projeto. Porém, como existe interesse, por parte da ET, em dar continuidade ao trabalho desenvolvido, considerou-se que os objetivos definidos, mesmo que não fossem alcançados até o final do projeto, seriam objetivos a trabalhar posteriormente.

Tendo em conta os objetivos e indicadores de avaliação (Ap. H, pp.109-111), ações 2 e 3 revelam-se de extrema importância para que o “Julinho” e a sua mãe possam refletir sobre si e sobre a sua realidade. Por isso, para contornar os constrangimentos, pretende-se-á dar o tempo necessário a “Cristina” para se organizar, aproveitando todos os momentos possíveis para intervir. Pretende-se, também, criar no CAFAP um espaço que se reja pela honestidade e pela confiança, aumentando o sentimento de co-colaboração, e que se tenha o cuidado necessário pela família, se surgir alguma alteração das profissionais da ET, que implique o seu acompanhamento no CAFAP.

7. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO “REFLET(IR)” E AVALIAÇÃO DO PROCESSO

De modo a compreender-se o trabalho desenvolvido em cada ação, explicando como se organizaram cada uma e o que foi feito, tendo em consideração os objetivos definidos e o desenho do projeto, apresenta-se, de seguida, as ações desenvolvidas no projeto “REFLET(IR)”.

Ação 1 - “A mudança está ao nosso alcance”

A ação 1 foi desenvolvida de forma sistemática e contínua, ao longo das conversas intencionais com a ET, para se tratar da análise dos documentos do CAFAP e para se refletir sobre as práticas no trabalho com as famílias.

Da análise do regulamento interno e dos procedimentos utilizados na intervenção foi possível identificar lapsos, analisados com as profissionais da ET, tendo seguido a informação para a DT. Relativamente à análise dos procedimentos, ao observarmos¹ e refletirmos sobre o seu conteúdo e pertinência na intervenção, as profissionais concordaram e reforçaram que tem de existir coerência na intervenção, “Isto realmente não faz sentido continuar assim, contradiz o que se pretende no CAFAP”, referiu uma das psicólogas, durante as conversas intencionais em janeiro.

Em fevereiro de 2019, decidiu-se, em conjunto e com a aceitação da DT, que o primeiro passo seria a alteração dos procedimentos de intervenção, o que iria permitir comunicar com as famílias de outra forma. Estas alterações incidiram principalmente nos procedimentos relativos às VDs, ao acordo

¹ Durante a apresentação do desenvolvimento do projeto, porque a autora deste relatório foi um elemento participativo no processo, será utilizado o sujeito na primeira pessoa do singular ou do plural, sempre que se justifique.

familiar, ao PIAF e às entrevistas concretizada às famílias (quer as individuais, quer aos cuidadores). Para se conseguirem alterar estes documentos, em conjunto, fomos partilhando opiniões e saberes, de modo a refletir sobre o que faria maior sentido de alterar (Ap. I, pp.112-134).

Existiam questões relativas à intervenção sistémica e suas especificidades que foram reconhecidas não serem consideradas na prática. Questões estas como o conhecer as particularidades da fase do ciclo vital em que a família se encontra, para se compreenderem reações, posturas e os desafios pelos quais as famílias estariam a passar, desafios estes expectáveis ou não para aquela fase do ciclo de vida. Ou, ainda, fazer circular a informação dentro do sistema familiar, envolvendo os restantes membros da família na intervenção.

Foram disponibilizadas várias referências bibliográficas para as profissionais e as duas psicólogas da equipa mostraram-se disponíveis para ler algumas das obras. Fui partilhando, também, as leituras que ia fazendo sobre esta temática com a AS e a ES, de modo a evidenciar a importância de se abranger o conhecimento na compreensão de cada família. Com o continuar da ação, todas as profissionais reconheceram a pertinência de incluir nos procedimentos novos conhecimentos adquiridos e fundamentados pela literatura, de modo a serem consideradas na intervenção, tais como, p.ex., o genograma, tipos de família e fase do ciclo vital e outras questões que permitem contextualizar e conhecer as famílias e as suas dinâmicas familiares ou relacionais. Quando se oficializaram os novos procedimentos e se passaram a utilizá-los (maio de 2019), concordaram que o facto de termos, p.ex., incluído no PIAF questões como o tipo de família e a fase do ciclo vital, permitiu que as profissionais ficassem mais sensibilizadas para estas questões.

Considerámos ser importante procurar profissionais externos ao CAFAP que facilitassem as reflexões e a atualização de Saber que a ET ambicionava. As profissionais sentiram-se motivadas para procurar novas soluções, pelo que uma das psicólogas do CAFAP teve a iniciativa de se reunir com uma Terapeuta Familiar em maio de 2019, para perceber o que se poderia fazer mais para potenciar a intervenção. Concluiu-se que seria pertinente criar e

redigir um manual de intervenção que permitisse consolidar a identidade do CAFAP e existir um discurso mais consistente sobre o CAFAP e a sua intervenção (missão, princípios, objetivos, eixos de intervenção, etc.). É de realçar que a Terapeuta Familiar terá acesso ao manual, de modo a dar o seu parecer antes de ser formalizado no CAFAP.

A AS, que em julho de 2019 começou a fazer parte da ET, ao trabalhar também na CPCJ e ao ter conhecimento deste manual, referiu que seria uma mais valia e que quando a intervenção estivesse reestruturada, iria sugerir na CPCJ uma reunião para apresentar a nova forma de intervir do CAFAP.

Como se foi evidenciando a importância de supervisão à equipa e a pertinência do desenvolvimento de competências ao nível da mediação familiar, entrei em contacto com mediadores familiares, de onde surgiu uma recomendação de uma profissional que desenvolve grupos de prática reflexiva e supervisão na área da mediação familiar. Surgiu uma reunião, em junho de 2019, em que eu estive presente com uma das psicólogas do CAFAP.

Com esta reunião foi possível criar uma nova oportunidade para a equipa: incluí-la nos grupos de práticas reflexivas gratuitamente. Estes grupos reúnem uma vez por mês na cidade em que o CAFAP se encontra, durante duas horas e meia, num horário pós-laboral. As profissionais desconheciam a existência destes grupos, e disponibilizaram-se de imediato em participar.

O grupo de práticas reflexivas compreende um grupo de pessoas de áreas distintas (mediação familiar, direito, psicologia, educação social e outros), com o objetivo de dialogar sobre a intervenção com famílias. A diversidade das áreas de formação e intervenção permitem o acesso a conhecimentos distintos e a diferentes formas de intervir junto da família, o que pode ser benéfico para a construção da identidade do próprio profissional e da sua intervenção. Os encontros poderão ser de tema livre ou com objetivos mais específicos, onde cada profissional tem a oportunidade de partilhar as suas dificuldades e, devido ao consentimento informado que garante a privacidade e anonimato dos participantes, é possível levar casos de famílias para serem discutidos em grupo, existindo supervisão da Mediadora Familiar. Até ao final

do projeto, as profissionais aproveitaram sugestões para a própria reestruturação da intervenção, como deixar de ler a ficha de referência da ER, na primeira sessão no CAFAP com as famílias. Consideraram esta mudança importante uma vez que, através das reflexões dos grupos de prática reflexiva, concluíram que esta era uma prática que poderia ser um constrangimento para relação inicial com as famílias e, visto que o CAFAP pretende dar voz às famílias, importa primeiro escutar o que elas têm a dizer e a contar a sua história, não moldando o primeiro encontro no CAFAP consoante a representação e análise da ER perante a sua realidade.

Em seguimento à abordagem colaborativa que se pretende ter na relação criada com as famílias, e visto que algumas famílias já tinham demonstrado vontade em dar sugestões para iniciativas futuras no CAFAP, em reunião de equipa (julho de 2019) refletiu-se sobre como se poderia recolher essas sugestões. Surgiu a ideia de se colocar uma caixa na entrada no edifício do CAFAP, de modo a recolher, de forma anónima, desabaços, opiniões ou sugestões das famílias (Ap. J, p.135). O conteúdo desta caixa servirá para promover diversos temas nos grupos multifamiliares que se pretendem concretizar na intervenção futura do CAFAP e, também, para as próprias profissionais compreenderem de que forma podem melhorar a intervenção. Esta iniciativa poderá trazer motivação para as famílias, dando oportunidade para elas terem voz, e para as profissionais, no sentido de terem novos temas a desenvolver com as famílias, que sejam do seu interesse.

A caixa foi colocada em agosto de 2019, tendo todo o material de escrita perto da caixa e as famílias poderiam, de forma anónima, escrever o seu parecer. Das famílias que são acompanhadas no CAFAP, todas sabem ler e escrever. Ficou definido que se informassem as famílias nas respetivas sessões com a gestora de caso, de modo a aproveitar a relação das gestoras de caso com as famílias para as incentivar a participar. Durante o mês de agosto, ao coincidir com as férias das profissionais, não se conseguiu informar a grande maioria das famílias e até finais de setembro, obteve-se uma opinião de que “tenho pena que a equipa do CAFAP esteja sempre a mudar”. Para além da

caixa, consoante se ia deixando as famílias à vontade para deixar o seu testemunho, algumas foram verbalizando a sua vontade em, p.ex. “ter um espaço onde eu, enquanto pai, pudesse conversar com outros pais”. Estes dois testemunhos contribuíram para a reflexão das profissionais e reforçou a importância das mesmas continuarem a organizar a intervenção para conseguir dar respostas às necessidades expressadas pelas famílias.

As famílias já tinham demonstrado que observavam o que estava ao seu redor na sala de atendimentos e utilizavam os objetos presentes, para metaforizar situações do seu dia-a-dia. Por isso, na reunião de equipa de julho de 2019 foi referido que a sala onde se concretizam as sessões com as famílias poderia ser melhorada. Esta alteração consistiu em colocar objetos que permitissem otimizar a sala de atendimentos como recurso para enriquecer os momentos de encontro com as famílias no CAFAP, permitindo que os intervenientes na intervenção possam recorrer ao contexto envolvente da sala para facilitar as suas partilhas e, por exemplo, metaforizar características das relações familiares ou da relação do CAFAP com a família, permitindo personalizar as sessões (Ap. K, p.136).

Em agosto de 2019 também se deu outro grande passo para o CAFAP: a equipa conseguiu reunir crianças acompanhadas no CAFAP com vista à criação de uma intervenção em grupo. Desde fevereiro que era notória a vontade de criar um grupo de pais, de crianças ou de jovens, mas as profissionais tinham receio: “E se acontecer o efeito contrário?”, ES; “Tenho receio que as crianças e jovens se reforcem negativamente”, uma das psicólogas.

Em agosto concluiu-se que seria possível observar o ambiente entre as crianças, sem que o objetivo fosse “a primeira sessão do grupo de crianças”. A ES sugeriu marcar uma atividade, pelo que se fez um convite geral às crianças do CAFAP, tendo cinco delas confirmado a sua presença (três rapazes de 8, 9 e 11 anos e duas raparigas de 10 e 16 anos de idade). Estruturou-se o encontro, de modo a que existisse, inicialmente, uma atividade de apresentação entre as crianças e jovem e facilitadores do grupo para que se seguisse para uma outra atividade. Durante o encontro foi possível refletir com as crianças sobre

aquele momento, se gostariam que voltasse a acontecer e o que sugeriram que fosse a atividade principal do próximo encontro (Ap. L, pp.137-141). As crianças e adolescente demonstraram espírito de entreatuda e, embora tenham existido momentos que causaram desconforto a alguns elementos, o grupo reforçou-se positivamente. O parecer final foi positivo, pelo que as profissionais referiram que a atividade permitiu observar que as crianças foram um apoio umas para as outras, e possibilitou, na opinião da ES, “sentirem-se companheiros e em companhia”, sendo “uma mais valia para conseguir criar algo com eles e ajudá-los a crescer perante os seus pares”.

Ações 2 e 3

No que concerne às ações 2 e 3, de modo a salvaguardar as partilhas da esfera privada que foram concretizadas, preservando a privacidade de todas as conversas durante as ações, não serão partilhados os registos das sessões com a família Silva, utilizando-se apenas informações que permitam compreender o seguimento do trabalho concretizado com ambos os elementos desta família.

Para além do acompanhamento nas instalações do CAFAP (Ap. M, pp.142-146), também foram concretizadas três VDs: uma casa da família Silva, em fevereiro de 2019; outra, em maio de 2019, a casa do avô materno do jovem, onde atualmente mora a família Silva; e uma VD a casa da V. em julho de 2019, visto que o “Julinho” estava a passar lá as suas férias.

Ação 2 – “Quem sou e como me dou”

A ação 2, denominada “Quem sou e como me dou”, desenvolveu-se com o “Julinho” em 17 encontros no CAFAP, desde fevereiro de 2019 a outubro de 2019, com a duração de 1h a 1h30. No início, a marcação das sessões dependia da disponibilidade da antiga gestora de caso para gerir os diversos processos das famílias que acompanhava e, após ter deixado de exercer funções no CAFAP em junho de 2019, as sessões passaram a ser realizadas semanalmente, comigo e com o “Julinho”, num total de seis encontros.

O primeiro encontro com o jovem foi em janeiro de 2019, numa reunião em articulação com a escola que frequenta, onde esteve presente a diretora de turma, o diretor da escola, a AS da escola, a AS do CAFAP, eu, o “Julinho” e a mãe. Esta reunião foi marcada para informar a “Cristina” sobre a situação escolar do filho e a AS da escola convidou o CAFAP para conhecer a família. A reunião centrou-se no comportamento do jovem e na sua falta de interesse pelas aulas, tal como foi referido pelos profissionais da escola. O “Julinho” foi responsabilizado e culpabilizado pelas suas condutas, havendo um clima de tensão. Porém, a diretora de turma tentou reforçar positivamente o “Julinho” e a então gestora de caso do CAFAP procurou dar voz ao “Julinho” visto que se apercebeu que ele ainda não tinha dado a sua opinião.

A AS do CAFAP e eu refletimos sobre o facto desta reunião poder ter sido um mau começo para aquilo que seria eventualmente a relação entre o CAFAP e o “Julinho”. Era a primeira vez que ele tinha contacto connosco e iria associar-nos àquele momento, onde fora apresentado de forma nada voluntária e numa reunião que lhe causou desconforto ao conversar de assuntos bastante sensíveis (eventuais consumos de substâncias ilícitas, fumar tabaco, comportamentos indisciplinados em contexto escolar, situação de faltas, entre outros), tendo referido no CAFAP que “teria mudado as mentiras que foram ditas” (e.g.: ele consumir substâncias ilícitas). Considerando esta reflexão, os atendimentos de fevereiro e março dedicaram-se a conhecer o “Julinho” e procurar o que ele queria partilhar connosco, conversando sobre os seus gostos, sobre como tinha corrido a sua semana (surgiam quase sempre questões que permitiram falar sobre a situação escolar) e aproveitando o que ele nos trazia para refletir sobre os acontecimentos e sobre a forma de mudar algumas coisas que não o deixavam muito satisfeito.

O “Julinho” não esperava encontrar no CAFAP um espaço de partilha e de colaboração que, através da sua admiração quando se lhe pedia opinião, demonstrou que não esperava poder ter voz nos atendimentos. A utilização do diálogo e da escuta ativa foi muito importante para se criar uma boa base

de partilha, para que o “Julinho” sentisse que poderia efetivamente ser ouvido nos momentos de encontro no CAFAP, partilhando as suas opiniões.

Esta fase inicial da relação foi crucial para se começar a criar um ambiente onde o “Julinho” se sentisse confortável no CAFAP. Utilizámos, p.ex., o eco mapa, para compreender as relações de proximidade que existiam na sua vida. Visto que muitas das suas partilhas se relacionavam com a escola e a sua relação com os colegas e professores, o “Julinho” afirmava que sentia necessidade de deixar claro o seu ponto de vista, tendo-se apercebido pelos nossos encontros no CAFAP que a forma de se expressar poderia ser diferente (refletir mais no que diz, formulando a sua resposta de forma clara, tendo uma maior sensibilidade pelos outros). Conversávamos essencialmente sobre a importância de comunicar de forma adequada e de nos colocar no lugar do outro. Utilizou-se o *role-play* para que o “Julinho” trabalhasse aspetos da comunicação e relação, p.ex., para que refletisse sobre diferentes maneiras de dar a sua opinião, de forma a transmitir a sua mensagem de forma mais correta. O “Julinho” refere que responde mal aos professores quando sente que estão a acusá-lo injustamente e diz que poderia mudar a forma de como responde, mas que não se lembra disso quando tem de o fazer. Fomos conversando sobre a sua impulsividade e receio de ser mal julgado.

Ele recorria com frequência ao silêncio quando surgiam assuntos que o deixavam desconfortável (conversando mais facilmente sobre a sua situação escolar, embora também se conversasse sobre a sua família). Nos momentos em que o jovem se silenciava, devolvíamos que poderia falar apenas quando ele se sentisse preparado para conversar e reforçávamos que tudo o que ele partilhava naquele espaço era confidencial e que nós acreditávamos que ele tinha uma opinião a dar.

A relação com o “Julinho” foi melhorando, pelo que a finais de fevereiro, ia comentando que estava a gostar de ir ao CAFAP, pois “Isto é fixe”. Em março de 2019, ele afirmou, claramente, num dos encontros, “Eu gosto de vir aqui”.

A partir de março, o “Julinho” chegou a aparecer no CAFAP sem atendimento marcado, demonstrando vontade em conversar comigo.

Aproveitámos sempre os momentos para conversar sobre o que fazia maior sentido para si: a sua perspetiva relativamente ao que acontecia na escola, a sua forma de resolver os assuntos, os seus sentimentos relativamente à sua família, entre outros. Em seguimento a estes momentos, o jovem respondia, p.ex., “senti muitas coisas ao conversarmos sobre isto, mas ainda não quero partilhar”; “na última semana consegui melhorar algumas coisas na escola”.

Em abril de 2019, o “Julinho” passou a fazer partilhas que permitiram começar a compreender como é que o jovem se sentia perante si e os outros: “Ninguém me ouve verdadeiramente”, “Não consigo confiar em ninguém e, por isso, sinto-me mais seguro se não falar”, “Sinto-me sozinho, embora nunca esteja sozinho”. Foi através de partilhas deste género que se tornou possível começar a explorar as perceções da sua realidade. Consoante os temas que o “Julinho” ia trazendo para as sessões, os momentos de silêncio do jovem foram diminuindo, tornando-se possível desconstruir os assuntos que ele trazia e procurando compreender a sua perspetiva sobre si e a sua vida. Tendo em conta as suas partilhas, foi possível observar que o “Julinho” tinha uma baixa autoestima, poucos objetivos futuros e uma representação negativa sobre si e sobre o que faz, “Não tenho coisas boas em mim” ou que “Vou ouvir (vão ralar) de qualquer maneira”, acrescentando que não iria valer a pena mudar, porque iam chamá-lo à razão de qualquer forma.

Tornou-se claro que o diálogo, por si só, já não seria o suficiente para abordar determinadas questões, tendo-se optado (após perguntar ao jovem se ele consideraria boa ideia) por concretizar atividades que permitissem trabalhar alguns aspetos de forma mais intencional durante as sessões. Assim, utilizaram-se atividades do manual “Favorite therapeutic activities for children, adolescents, and families: practitioners share their most effective interventions”, da autora Liana Lowenstein (2011).

Em abril iniciou-se a atividade “A linha da vida” (Lowenstein, 2011, p.14), em que o “Julinho” tinha de desenhar uma linha que representasse a sua vida. Nesta linha seriam exploradas as situações que identificasse como as mais significativas para si no seu passado, no presente e futuro. Ele diz que

relembrou situações passadas, mas negativas, não as querendo partilhar, “Estou a lembrar-me de muitas coisas passadas, mas não quero dizer”.

Através da atividade, o jovem fala de como reage às situações atualmente, afirmando que adaptou a estratégia de se rir de todas as situações menos boas, referindo que “É a minha forma de me proteger”. Quando explorámos este assunto, ele afirma que quando as emoções negativas (re)aparecem, lida com elas a rir, para aliviar a situação. Refletimos em conjunto sobre diferentes emoções (através de imagens presentes na sala, das personagens do filme “Divertidamente”, realizado por Pete Docter e Ronnie Del Carmen, em 2015) e a importância de nos permitirmos sentir cada uma delas.

O “Julinho” não conseguiu completar a parte referente “ao seu futuro”, mas visto que permitiu que refletíssemos sobre si e sobre o seu presente, incluiu-se, em maio de 2019, uma nova atividade do mesmo manual de Liana Lowenstein (2011): “Eu sou, eu não sou, eu penso que sou” de modo a que ele reconheça as suas potencialidades e fragilidades.

A atividade “Eu sou, eu não sou, eu penso que sou” (Lowenstein, 2011, p.10), foi uma atividade que demorou três sessões (Ap. N, pp.147-148). Foi importante respeitar o tempo do jovem para explorar as características que considera ter (identificando as características que mais gosta e as que menos gosta de ter e de que forma elas influenciam o seu quotidiano). O jovem distribuía diversas cartas, cada uma com uma característica diferente, pelos três grupos: “Eu sou”, “Eu não sou”, “Eu penso que sou”. Consoante as características de que falávamos, o “Julinho” tinha momentos em que se silenciava, mas este silêncio era diferente do silêncio nas sessões iniciais. O silêncio de agora era seguido de reflexões, em que o jovem afirmava de seguida que “Nunca tinha pensado nisto” ou, noutras vezes, silenciava-se, justificando que não era por não querer responder, mas sim porque “Tenho medo de dizer algo mal”. Tornou-se importante lembrá-lo de que não existiria qualquer tipo de julgamento ao que ele poderia dizer, visto que iríamos sempre procurar lidar as com as situações da melhor forma.

Ao longo das sessões, fui perguntando ao jovem o que é que ele levava consigo de aprendizagens ou reflexões, pelo que ia demonstrando uma capacidade crescente de sintetizar as ideias que mais sentido lhe fizeram. O reforço à confidencialidade e a empatia que se manteve ao longo das sessões, permitiu que o jovem fosse sentindo que realmente tinha uma oportunidade para partilhar os seus sentimentos sobre as situações, as suas ideias e convicções. Também verbalizou que gosta de ir ao CAFAP, afirmando em junho de 2019 que “Aqui sou mais honesto e consigo confiar mais em si”.

Foram surgindo questões relativamente à sua relação com a família (“Eu digo à minha mãe que ela pode confiar em mim. Eu ando com pessoas que fumam ganzas, eu sei que isso não é bom, por isso é que não fumo nada. Apenas os acompanho e quando eles vão fumar, avisam-me e eu afasto-me por causa do cheiro”); com os colegas (“Há pessoas com quem gozo, com outras brinco. Depende dos limites que eu veja em cada um”); e com os professores (“Se alguns professores fossem diferentes, eu ia gostar mais da escola. Eu gostava de um professor de inglês da minha escola anterior”). As suas partilhas foram sendo exploradas aquando a concretização da atividade, em que possível conhecer melhor o “Julinho”, compreender o que ele sente e o que gostaria que acontecesse nas situações em se sente menos bem.

O jovem refletiu sobre alguns dos seus sentimentos e reações, bem como sobre as situações em que surgem. Como exemplo, o “Julinho” referiu que fica ansioso “principalmente quando têm para dizer coisas boas sobre mim” ou então que é indeciso quando tem de decidir entre fazer algo bom ou mau, como quando “estava a jogar à bola e um colega meu chamou-me “filho da *”. Não gostei e fiquei indeciso entre bater-lhe e não bater”.

Uma vez que o adolescente foi capaz de identificar diversas situações, onde revê (predominantemente) as características que ele menos gosta nele, passámos a refletir como é que ele poderia gerir isso no seu quotidiano. Daqui surgiu a adaptação de outra atividade do manual de Liana Lowenstein, na versão original “O Menu da Raiva” foi adaptado para “O menu das características”. Consistia, à semelhança de um menu normal de restaurante,

expor as opções que existem para o “Julinho” refletir sobre as características que ele considera que o influenciam negativamente, bem como o que pode fazer para gerir os seus conflitos da melhor forma possível.

Apenas existiu oportunidade para concretizar uma sessão dedicada a esta atividade, visto que a assiduidade do “Julinho” diminuiu. Neste momento, o “Julinho” ordenou as características que, segundo ele, “não queria mesmo nada ser” e foi sendo capaz de encontrar soluções para si, embora ainda com alguma dificuldade. Ia-me ia pedindo ajuda quando se sentia confuso, o que se revelou como mais uma conquista, uma vez que partilhou por diversas vezes que não tinha o hábito de pedir ajuda a ninguém. Explorámos mais a sua perceção sobre as suas características, pelo que o jovem organizou as ideias ao aproveitar o raciocínio da atividade “Eu sou, eu não, eu penso que sou”, para reforçar positivamente as características que ele considerava menos boas, “Para deixar de ser vingativo, tenho de ser mais calmo”.

Em julho não se conseguiu marcar sessões com o “Julinho”, visto que se mudou para casa da irmã V. para passar as férias de verão e faleceu, nessa altura, o seu avô. Estes dois acontecimentos foram momentos que alteraram bastante a assiduidade e pontualidade do jovem. Relativamente à morte do avô, foi dado tempo à família para se recompor da perda, pelo que contactei a mãe do jovem durante esta fase para saber como estavam e ligámos à irmã do jovem para perceber se haveria oportunidade de fazermos uma VD a sua casa. Conseguimos fazer a VD a casa da V. nos finais de julho, após uma primeira tentativa desmarcada no próprio dia. Esta VD correu bem, onde eu e uma das psicólogas do CAFAP fomos bem recebidas e, tendo sido a primeira vez que observávamos a relação da V. com o “Julinho”, compreendeu-se que a V. tenta sensibilizar o irmão para a sua situação atual, adotando um estilo autoritário, referindo, p.ex., “à mínima falha, vai para um colégio”.

Em agosto conseguiu marcar-se uma sessão com o jovem, cujo objetivo principal era perceber como tinha corrido o último mês. Demorou apenas vinte minutos, porque a V. ligou-lhe duas vezes a pedir para ele ir embora para irem à praia. Devolvi ao jovem como me sentia relativamente à sua

ausência, e refletimos em conjunto sobre se existiu algo durante as sessões que o tivesse deixado desconfortável ou que não tivesse gostado. O “Julinho” afirma que continua a gostar de ir ao CAFAP, mas que “ando só ocupado com as férias”. Ao conversar sobre a sua mãe, o jovem partilha que não tem estado com ela, “Tenho saudades de estar com a minha mãe, mas ir para lá significa que vou estar sempre fechado no quarto. Que seca”. Ao explorar o assunto, ele partilhou, de novo, a falta de confiança que sente que a mãe tem nele, colocando-se no lugar da mãe, “Ela tem medo que eu me meta nas drogas, porque andei muito tempo com amigos que o faziam e também pensa que ando com más companhias. Eu compreendo a preocupação dela, mas não sei o que fazer para que ela confie em mim”. Por causa da insistência de V. para que “Julinho” fosse embora, não houve tempo para explorar mais este assunto. O jovem saiu e agradeceu, pela primeira vez, pela nossa conversa.

A finais de setembro conseguiu-se estar com o “Julinho” uma vez, tendo-se dedicado esse tempo para compreender o ponto de situação atual da sua vida. Foi possível perceber que voltou a morar com a sua mãe durante a semana e que fica em casa da irmã aos fins-de-semana. Embora o jovem tenha reprovado e esteja a repetir o sexto ano pela terceira vez no presente ano letivo, ele fala do seu regresso às aulas de uma forma positiva e que quase todos os seus professores são diferentes do ano anterior. Refere que não tem tido faltas e que “sei que isto (ter maior aproveitamento escolar) é importante para que eu fique com a minha família”. Demonstra, também, interesse para conversar mais sobre o seu ponto de situação, “podemos ficar a falar mais um bocado?”, conversando essencialmente sobre a escola.

Em outubro, o encontro permitiu dar continuidade ao restabelecimento da relação iniciada na sessão anterior. Após se conversar sobre como tem gerido o seu tempo entre a escola, amigos e família, sobre como se tem sentido e outros assuntos de relevo, concretizámos uma outra atividade, adaptada do manual de Liana Lowenstein, “The magic key” (Lowenstein, 2001, p.17). O “Julinho” partilhou o que iria encontrar se pudesse abrir três portas: a da felicidade, o do sonho e o do medo, o que permitiu contextualizar a sua

situação atual. A maior felicidade era que “isto tudo acabasse, estou cansado da confusão” (referindo-se a todas situações que lhe têm tirado, como refere, “a paz” – processo na CPCJ ou situações do ano letivo anterior em contexto escolar). A porta do sonho abriria, como refere o “Julinho”, “eu sair da escola (...) a escola impede um bocado eu ganhar dinheiro para conseguir fazer coisas diferentes e impede bastante eu ter liberdade”. Relativamente à porta do medo, o jovem partilha que tem medo “que o processo não acabe ou que o processo termine e que eu faça alguma asneira e que reabra”. Refletimos sobre as potencialidades do jovem, em que ele refere “acredito um bocadão em mim, mas há um bocadinho em que não acredito”, pelo que retomámos as conclusões da atividade do “eu sou, eu não sou, eu penso que sou” e do “menu das características”, para completar as reflexões destas suas partilhas.

Neste mesmo encontro, conversei com o “Julinho” sobre a chegada de uma nova mudança para os dois: o término do projeto e a ES concretizar os encontros futuros com o jovem. Embora já tivéssemos conversado sobre o término do projeto noutros momentos, o jovem demonstrou desconforto e alguma tristeza. Reforcei que continuaria presente nas próximas sessões para refletirmos em conjunto sobre esta fase de mudança e ele demonstrou-se disponível para a presença da ES na sessão seguinte. Conseguiu-se marcar mais três encontros em outubro para a avaliação de produto e passagem de caso para a ES. Um destes encontros aconteceu após o término do projeto.

Ação 3 – “(Re)ajustar”

A ação 3, “(Re)ajustar”, surgiu no seguimento da necessidade reforçar as potencialidades da “Cristina” e trabalhar a sua relação com o seu filho. Foram realizadas um total de dez encontros individuais e três em conjunto com mãe e filho. As sessões aconteciam consoante a disponibilidade da “Cristina”, no seu dia de folga (2ªfeira). Ficou combinado com a “Cristina” ligarmos às segundas-feiras de manhã para saber se ela se poderia deslocar ao CAFAP, no próprio dia. Esta adaptação à rotina da mãe foi crucial, de modo a que ela gerisse o seu tempo e compreendesse que teria sempre oportunidade de ir ter ao CAFAP no seu dia de folga, se assim conseguisse.

Em janeiro de 2019, a “Cristina” chegou ao CAFAP muito amedrontada e com uma visão muito negativa sobre a sua situação, nomeadamente do processo na CPCJ, realçando o quanto não quer perder o seu filho. Foi um começo de intervenção acompanhado de muita fragilidade, visto que esta mãe estava muito vulnerável e não compreendia qual seria o contributo do CAFAP, tendo em conta que, segundo ela, “me querem retirar o meu filho”.

Fomos reforçando que o objetivo do CAFAP era a preservação familiar e para que a mensagem passasse da forma correta, as sessões e as VDs foram cruciais para desenvolver uma relação de forma positiva, baseada na empatia e compreensão pelas dificuldades da família, que a própria reconhecia como sendo positiva, “vir aqui faz-me bem” (“Cristina”), o que lhe permitia sentir um alívio que não era proporcionado em outros sítios.

A “Cristina” tinha necessidade de desabafar as suas angústias e medos e, por isso, ajustaram-se as sessões no CAFAP de modo a que existisse tempo para a “Cristina” conversar sobre as questões que a preocupassem e que pudesse concentrar-se em si e na sua situação com o seu filho.

A “Cristina” apenas compareceu no CAFAP uma vez em fevereiro e em março, onde se abordaram as suas preocupações e se conheceu melhor a sua perspetiva da família. Em abril, houve dois encontros e, num deles, esteve também o “Julinho”. Nestas sessões abordaram-se questões relativas a competências parentais e percebeu-se que um objetivo da “Cristina” era procurar um centro de explicações para o filho. Devido a um dos gostos recentes do “Julinho”, a dança, concluiu-se que seria bom equilibrar ambas as vontades da mãe e do filho. Ambos afirmaram que seria uma boa ideia e que reuniam condições financeiras para tal. A família ficou encarregue de se organizar nesse sentido, mas nunca se veio a concretizar, porque a “Cristina” afirmou que não teve tempo para procurar e, quando se perguntou se havia alguém que pudesse ajudar ou se nós poderíamos ajudar, a “Cristina” refere que queria que fosse algo a fazer entre mãe e filho.

Em maio de 2019 conseguimos estar com a “Cristina” uma vez no CAFAP e outra numa VD já na casa do avô do “Julinho”. No encontro no CAFAP existiu

oportunidade de a “Cristina” refletir sobre a sua relação com o seu filho e sobre os momentos bons que tem tido ou que teve na sua vida, tendo partilhado que “existem mais coisas más do que boas”; no entanto, após a “Cristina” ter escrito algumas memórias e relembrado algumas pessoas importantes para si, começou a recordar outras situações que lhe traziam muita alegria (e.g.: infância dos filhos), afirmando que “ando com tanta coisa na cabeça, já não me lembrava destas histórias”. Na VD, fui eu e a nova gestora de caso (uma das psicólogas do CAFAP), a “Cristina” partilhou que embora não tenha escrito mais coisas boas que tenha tido na sua vida, que se tem lembrado de imensos momentos e que tem pensado neles.

Nestes dois encontros de maio, percebeu-se que a “Cristina”, por iniciativa própria, tentou adotar com o filho algumas estratégias educativas em função do seu comportamento, determinando regras pouco definidas para o “Julinho” atingir recompensas monetárias. Estas estratégias não deram resultados positivos, visto que o “Julinho” ficou de férias e foi pedir o dinheiro ao pai para obter a quantia desejada.

Em junho conseguimos marcar duas sessões, onde foi possível refletir relativamente à perceção que esta mãe tem de si. Ela voltou a partilhar as suas angústias, mas também recordou o seu passado e a sua adolescência. A “Cristina” sente que ainda sofre de pressão por parte da sua mãe, dizendo que a mãe reforça muitas vezes que “Tu não fazes nada. Andas é na moina”. Esta questão traz muito sofrimento à “Cristina”, que refere que “A minha missão aqui não é ajudar-me a mim, mas sim os outros” e que a mãe dela não reconhece o esforço que é feito por parte da “Cristina” para conseguir gerir todas as responsabilidades que tem. Estas duas sessões permitiram conversar com a “Cristina” sobre a sua autoperceção, tendo afirmado que “Isto é muito interessante. Nunca tinha olhado desta forma para mim mesma”.

Em julho conseguimos estar com a “Cristina” uma vez. Neste atendimento, a “Cristina” partilhou informações sobre a sua vida e sobre a vida dos seus filhos, que disse não ter ainda revelado em outros serviços. Isto foi

importante porque trouxe novas informações para conhecermos melhor, especificamente, o percurso da irmã V. e a história familiar da família.

Os contactos com a “Cristina” permitiram instalar uma relação de confiança, reconhecida por ela. A “Cristina” verbalizou o quanto sentia diferença no seu à vontade no CAFAP, partilhando que “realmente vir aqui conversar convosco faz-me bem”. Também foi importante termos reforçado que o facto de a “Cristina” ir ter ao CAFAP, já é sinal de que consegue arranjar tempo para si. O à vontade que se foi criando facilitou a continuidade do acompanhamento, visto que a “Cristina” demonstrava que refletia sobre o que conversávamos, mesmo sem comparecer com regularidade no CAFAP, tal como se verificava nos momentos em que chegava às sessões a afirmar que “Fiquei a pensar no que falámos” e partilhava as estratégias que adotou, p.ex., “De modo a ter o Domingo livre, falei com a minha filha mais velha e ela substituiu-me a limpar a casa da minha mãe. Assim ela ganha mais vinte euros e eu fico com esse dia livre”. Sendo parte dos objetivos que tínhamos definido, em compreender de que forma poderia melhorar a sua situação atual em prol de conseguir estar mais presente na vida do filho.

A “Cristina” encontrou, no CAFAP, um local onde ela poderia refletir sobre ela mesma, mas a irregularidade da sua presença nos atendimentos tornou difícil dar resposta a todas as necessidades sentidas. Fomos mantendo o contacto por telemóvel e ela ia partilhando o seu quotidiano. Apareceu sempre a horas, ligando quando não podia comparecer ou então aparecendo de forma espontânea. Colaborou ativamente durante as sessões.

Esta mãe e filho irão continuar a precisar de ajuda relativamente ao reforço da sua relação. No entanto, numa VD e em duas sessões no CAFAP foi possível compreender que ambos conseguem partilhar o que sentem através de, p.ex., pequenos *role-plays*, onde refletiam, em conjunto, sobre o que cada um sentiu e que implicações teve para a sua família. Embora o “Julinho” não tenha muito à vontade para se exprimir em frente da mãe, foi possível verificar que ele consegue aproveitar os momentos no CAFAP para o fazer e isso é algo a ter em consideração na intervenção futura.

8. AVALIAÇÃO DO PRODUTO

O projeto “REFLET(IR)” baseou-se na premissa de que a reflexão possibilita procurar em nós o que de melhor existe, perspetivando cada participante como uma pessoa ativa e capaz de atingir novos níveis de consciência sobre si e sobre as suas práticas ou ações. Teve em consideração as necessidades sentidas pelos seus participantes, tendo-se procurado escutar ativamente cada um. Das ações desenvolvidas existiram resultados distintos e, de forma geral, a ação 1 e 2 obtiveram melhores resultados do que a ação 3 (Ap. O, pp.149-155).

As profissionais consideraram que a oportunidade de desenvolver um projeto que contribuísse positivamente para o futuro do CAFAP, seria algo motivador e promissor. Isto permitiu que as profissionais demonstrassem interesse em prolongar as ações, visto que assumiram que, tal como referido pela ES, “não podemos ser uma má influência no processo de intervenção” e, por isso, uma das psicólogas acrescenta que “este projeto marcará uma nova fase no CAFAP”. Foi referido, também, que o projeto permitiu abordar assuntos que nunca tinham sido conversadas, “as equipas anteriores iam intervindo consoante o que se consideravam melhor, sem qualquer orientação ou estrutura”, como refere uma das psicólogas. Embora, num primeiro momento, as profissionais tivessem estranhado o incentivo à sua participação ativa no projeto, por desconhecerem em que consistiam os projetos baseados na metodologia da IAP, a sua perspetiva foi sendo alterada consoante se desenhava o projeto, permitindo que as profissionais percebessem que era possível investir na mudança pretendida e que teriam a oportunidade de se envolver ativamente nessa mesma mudança.

O desenvolvimento da ação 1 permitiu dar resposta a um leque alargado necessidades. A avaliação do produto para esta ação foi concretizada em setembro de 2019 e, visto que não se conseguiu organizar o tempo de todas

as profissionais para realizarem a avaliação do produto, tendo em conta que a avaliação aconteceu numa altura em que algumas das profissionais iam de férias e considerando o seu horário laboral, recolheu-se o parecer das profissionais da avaliação do produto por escrito.

Tendo em consideração os seus indicadores de avaliação (Cf. subcapítulo 6.2.), foi possível concluir que o OG1 pôde ver os OE respondidos, exceto o OE4, que necessitará de mais tempo para se perceberem os resultados. O OG2 foi alcançado na sua totalidade.

Uma das psicólogas do CAFAP, motivada em alterar a sua intervenção começou uma formação em Terapia Familiar que a sensibilizou para determinadas práticas. Esta psicóloga reconhece que o projeto trouxe algo novo para o CAFAP, a equipa passou a autoquestionar a sua forma de intervir, motivando-se para procurar novas soluções (OE1), passando a pensar de forma mais crítica e reflexiva sobre si e as suas práticas (OE2 e OE3). Com o apoio dos grupos de prática reflexiva, há uma nova oportunidade para reforçar essa reflexão. Tal como afirmou uma das psicólogas, “este foi um passo determinante na procura de uma intervenção consciente, seja da presente equipa do CAFAP ou de futuras. (...) Só vejo vantagens em continuar”. Pelo que a outra psicóloga reforçou que considera que irão promover o “potencial de aprendizagem” da equipa.

O projeto permitiu, na opinião da DT, “trazer um novo alento à ET” e sensibilizá-la para uma nova forma de pensar e de agir. Tal como afirmou uma das psicólogas, “contribuiu para o meu hábito de autorreflexão e autocrítica de forma muito positiva, (...) finalmente não sou a única que questiona, que critica e que quer aprender a fazer diferente”. A ES acrescentou que o projeto “(...) deu-nos a força de pôr realmente em prática ao invés de idealizar sem definir metas”. A outra psicóloga afirmou que “pode ter sido um bom início de um longo caminho que este CAFAP ainda tem a percorrer e que, certamente, irá ter continuidade após o seu término”.

O autoquestionamento possibilitou que as profissionais estivessem mais atentas às necessidades do CAFAP (“a atitude das profissionais já é

diferente!”, como partilhou uma das psicólogas), e, através do auto e hétero questionamento, criaram um ambiente de grande sinceridade e de partilha. Isto permitiu procurar qual seria, efetivamente, a identidade do CAFAP e o que se pretendia com a sua intervenção. Tal como afirmou a DT: “Dessa introspeção conjunta, da partilha constante e de uma atitude mais crítica e pensada sob várias perspetivas, surgiram novas ideias, novas atividades, novas formas de abordar as famílias em acompanhamento”.

A criação do manual de intervenção permitiu alcançar o OE5 e OE7, uniformizando os procedimentos e a identidade do CAFAP, tornando a intervenção mais colaborativa e com respostas mais diversificadas (p.ex.: integrando na intervenção a formação de grupos multifamiliares, de crianças ou de jovens). Uma das psicólogas afirmou que a criação do manual “pode ser fundamental para novos técnicos que não tenham experiência na área, bem como na possibilidade de apresentar o CAFAP de forma mais estruturada aos restantes serviços e famílias”. A ES acrescenta que “quem vier consegue facilmente perceber aquilo que (...) deve mover uma equipa de CAFAP”.

A equipa conseguiu trazer uma abordagem colaborativa para o CAFAP, tendo sido referido por uma das psicólogas que “eliminar a atitude solucionadora de todos os problemas (...) é a verdadeira revolução e o verdadeiro crescimento que o CAFAP necessitava”. Através das novas soluções encontradas (OE6), como a caixa colocada na entrada do CAFAP e a redecoração da própria sala de atendimentos, criaram-se oportunidades que se consideram com muito potencial para o futuro. É afirmado pelas profissionais que esta caixa permitirá dar voz às famílias e uma adaptação genuína às suas necessidades. A colaboração reforça-se quando, pela primeira vez, juntaram algumas crianças acompanhadas no CAFAP, tendo ficado decidido dar continuidade a esses momentos. Estas iniciativas permitirão alcançar o OE4, pois escutar as famílias e criar os grupos de pais, crianças ou jovens, irá marcar uma nova fase na relação do CAFAP com as famílias.

O OE4 necessitará de mais tempo para ser concretizado, visto que a primeira atividade com as crianças do CAFAP, a caixa de sugestões e as

alterações na sala de atendimentos aconteceram em julho e agosto, o que diminuiu o tempo disponível para obter resultados até o término da ação e compreender de que forma se contribuiu para efetivamente motivar e aproximar as famílias ao CAFAP. No entanto, visto que as profissionais afirmam que o projeto traçou objetivos que terão continuidade futura, acreditam que as iniciativas irão permitir concretizar este OE, a médio prazo.

Para que o OE4 seja alcançado, também é necessário que as profissionais tenham presente de que é a família a verdadeira promotora da mudança. A ES partilhou que serem as famílias a definir os seus objetivos foi uma aprendizagem que adquiriu, partilhando que “foi uma das coisas mais importantes que aprendi: não depende só de nós, nem temos de definir nós os objetivos, pois os objetivos das famílias poderão ser outros (...)”. No entanto, uma das psicólogas afirmou que “ainda acho que é difícil (...) considerar o Outro o especialista da sua vida, (...). Novo desafio!”. Embora nem todas reconheçam que tenham adquirido as mesmas aprendizagens, verificou-se grande receptividade por parte das profissionais em passar a ter isto em consideração, reforçando que o grupo de práticas reflexivas e as restantes iniciativas potenciarão este aspeto para se considerar na prática.

Alterar e reforçar aspetos importantes da intervenção (OE6) exige que, tal como a ES referiu, “nós tenhamos que nos reinventar toda a vez que for necessário”. Por isso, as profissionais dão valor ao projeto desenvolvido e reconhecem que agora têm as portas abertas para continuarem o processo de mudança, tal como foi explicitado por uma das psicólogas ao enunciar que “este projeto foi colaborativo e catalizador da mudança no CAFAP e suas gentes. Vimos as fragilidades, as capacidades, as potencialidades e as ameaças”. O CAFAP, segundo as profissionais, começou uma nova fase, sendo o projeto “um apoio forte para as mudanças que tínhamos de fazer”, na opinião de uma das psicólogas. Dando resposta às necessidades sentidas, a reestruturação iniciada centrou-se tanto nas profissionais, como nas famílias, como era esperado, “o CAFAP tornou-se mais próximo das famílias, mais

“cuidado” e rigoroso. Mais metódico, mais organizado em termos de ideias e permanentemente em avaliação” (DT).

Relativamente às ações dedicadas à família Silva, visto que não houve oportunidade de voltar a encontrarmo-nos com a “Cristina”, até ao fim do projeto com tempo para avaliar as ações, refletiu-se com as profissionais sobre ambas as ações. O “Julinho” concretizou a avaliação de produto sobre a ação 2, durante três sessões. Relativamente à ação 3, o jovem refere que sente que a mãe continua triste e sem tempo, focada na sua avó.

Tendo em conta os indicadores de avaliação, considerou-se que o jovem atingiu o que era esperado no OG1. O jovem que chegou ao CAFAP a afirmar que “não tenho coisas boas”, com a ação 2 e devido às estratégias utilizadas, conseguiu identificar e significar as suas características, reconhecendo o que tem de melhor em si (OE1). Ter-se recorrido à atividade do “Eu sou, eu não sou, eu penso que sou” foi referido pelo jovem como tendo sido “a atividade que mais gostei porque deu para pensar mais sobre mim”.

Verificou-se que o facto de se ter atingido este OE permitiu dar uma nova segurança ao “Julinho” para refletir sobre o que ele sentiria ou faria no lugar dos outros (OE2) nos momentos de conflito, identificando o que poderia fazer diferente, referindo, “senti que descobri soluções para as coisas” e “aprendi que tenho de pensar mais antes de falar ou fazer”. Aquando estes dois OE, foi possível ir ao encontro do que seria esperado no OE4, uma vez que através do que o jovem trazia do seu quotidiano para a sessão, foi possível ir-se abordando diferentes soluções para os conflitos. Estabelecer uma relação de confiança com o “Julinho” permitiu que ficasse confortável para exprimir o que sente em diversas situações (OE3), relacionando as suas características com situações do seu quotidiano, referindo, durante a avaliação do produto que “foi um bocado seca ter de pensar muito, mas consegui pensar sobre mim e pensar é uma coisa boa”. O “Julinho” também partilha que, na escola, também houve quem notasse diferenças no seu comportamento, “a única professora que tenho igual à do ano passado, a de matemática, diz que estou diferente, para melhor”, acrescentando que isso o deixa muito feliz.

Embora o OE4 fosse sendo alcançado enquanto se conversava com o jovem sobre as suas situações do dia-a-dia, se tivesse existido oportunidade de terminar o exercício “Menu das características”, e realizado outros exercícios com os mesmos objetivos, poder-se-ia ter alcançado este objetivo, visto que o “Julinho” estava a conseguir completar os seus raciocínios.

No que concerne aos OE5 e OE6, estes não foram alcançados. Estes objetivos foram definidos numa fase mais tardia (meados do 3º período escolar), por conseguinte ao que o jovem trazia para as sessões, em sequência às situações de maior tensão na escola e por se compreender que estas questões o preocupavam. O “Julinho”, ao conversar sobre estes momentos ou assuntos, reflete sobre as opções que tinha se não tivesse agido por impulso, “não me lembrei, mas devia ter pedido ajuda” ou “se tivesse falado de outra maneira ou virado costas, tinha corrido melhor”. No entanto, visto que o “Julinho” ficou de férias escolares e só regressaria às aulas em setembro, não se percebeu se, em contexto escolar, o “Julinho” se tornou “capaz de” pedir ajuda e de comunicar de forma mais adequada.

A formulação destes OE poderia ter sido diferente, de modo a ter em consideração as férias escolares. Como os temas tratados nas sessões eram flexíveis, considerando os assuntos que o “Julinho” tinha para partilhar, nem sempre foi possível incluir todos os “assuntos-chave” nas sessões. Embora se tenha conversado sobre esses assuntos e de, p.ex., o “Julinho” ter passado a pedir-me ajuda para clarificar as ideias que iam surgindo (demonstrando que ele passou a ser mais confiante e a poder pedir ajuda em determinados momentos), não se pode afirmar se isso foi ou não impactante ao ponto do “Julinho” alterar a sua postura perante outras pessoas.

Verificou-se que as sessões foram significativas para si, “não quero que mude nada (...) gostei de tudo o que fizemos” (“Julinho”). Também partilhou que as sessões do CAFAP, a seu ver (recorrendo à atividade do “eu sou, eu não sou, eu penso que sou”), se basearam, na honestidade, “aqui posso confiar e sou honesto”; na criatividade, “uso as coisas das sessões no meu dia-a-dia”; na comunicação, “aqui consigo comunicar consigo”; na alegria,

otimismo e calma, referindo que sai do CAFAP “mais aliviado e a sorrir”, “consegui procurar o que tenho de bom para lidar com as situações” e “você fala de uma forma tão calma... é estranho para mim, mas um estranho bom”.

Na ação 3, considera-se que não foi concluída com êxito. Foi a ação que apresentou maiores constrangimentos, devendo ser prolongada no tempo para se obterem resultados. Foi possível perceber que a “Cristina” ganhou confiança no CAFAP, no entanto, a sua motivação não aumentou e não se concretizaram sessões suficientes para ir ao encontro de todas as suas necessidades, indicadores de avaliação e objetivos definidos.

Relativamente ao OG3, a “Cristina” conseguiu reconhecer as suas capacidades e características (OE7) e os momentos em que conseguiu centrar-se em si própria trouxeram-lhe uma nova perspetiva de si mesma e apreço pelos momentos no CAFAP. Isto facilitou que ela fosse tentando, ao seu ritmo, adotar estratégias para melhorar a sua situação atual (OE8 e OE10), mas não conseguiu manter essas estratégias e melhorar efetivamente a sua situação.

Embora a “Cristina” tenha reconhecido o que tem de bom em si, teve muita dificuldade em olhar para o contexto envolvente e perceber o que consideraria bom. Deste modo, concluiu-se que o OE9 não foi alcançado, visto que a fragilidade da sua situação atual tornou este objetivo ambicioso e demasiado exigente para a fragilidade presente na “Cristina”.

O OE11 e OE12 não foram alcançados na totalidade e aqui há a reforçar o fator tempo como crucial para a “Cristina” conseguir responder às necessidades que levaram à formulação destes OE. No que concerne ao OE11, o desenvolvimento do projeto tentou, na opinião da atual gestora de caso, “abrir horizontes à mãe que, apesar de se sentir revoltada e triste com a imagem que a escola tem do filho, não se apercebia do seu real valor enquanto mãe para melhorar isso na vida do filho”, e permitiu que existisse uma mudança de perspetiva, em como a “Cristina” começou a perceber que há questões nela mesma (e não só no contexto envolvente) que deveria alterar para conseguir estar para o filho. Relativamente ao OE12, deu-se conta que a “Cristina” foi procurando, à sua maneira e de acordo com os seus

recursos, utilizar novas estratégias para a educação do “Julinho”. Demonstrava que ficava a pensar nos temas das sessões e tentava utilizar isso em benefício da sua família. Deste modo, considerou-se que o OE12 foi alcançado em parte, no entanto, dando continuidade a esta ação, após o findar do projeto, poder-se-á efetivamente dar resposta ao que precisa.

Nas ações 2 e 3, para a ES, “ambos tiveram a oportunidade de se descobrirem”, mas poderia ter havido uma intervenção mais sistémica englobando mais, p.ex., a V., sendo uma figura de referência significativa para o “Julinho”. Intervir de uma forma sistémica, tal como propõe a (re)formulação da intervenção no CAFAP, iria permitir interligar os dois subprojectos. No entanto, ficou definido propor-se à família envolver a V. no acompanhamento futuro e permitir ir ao encontro do que a ES defende como o novo papel do CAFAP: “facilitar as relações e atribuir significados ao que (...) é significativo”. Do mesmo modo, existe a necessidade da criação do PIAF, o que, até ao final do projeto, não se tinha ainda conseguido (Ap. P, pp.156-157). Este teria sido uma outra oportunidade para se interligar ambos os subprojectos. No entanto, fará parte da intervenção futura com a família Silva.

No geral, o projeto “REFLET(IR)” revelou-se como significativo para os seus participantes, visto que conseguiram refletir a um nível diferente sobre si e a sua realidade, como afirmado pela DT, “o desenvolvimento do Projeto contribuiu para promover a reflexão e a mudança”. Todos os participantes foram cooperantes e envolvidos em diversos momentos do projeto, tendo cada um o seu ritmo, o seu tempo e necessitando do seu espaço para refletir sobre as questões que iam surgindo. Também é reconhecido que o facto do projeto se ter regido pela metodologia de IAP foi uma mais valia, possibilitando que, tal como uma das psicólogas afirmou “cada elemento se envolvesse (...), acabando por sentir este projeto também como seu”. Afirmção esta corroborada pela outra psicóloga: “a metodologia de IAP permitiu que as conversas intencionais chegassem a vários dos problemas que eu já sentia há anos (...). Deu-se luz a problemas que eu conhecia, mas também a outros quantos a que eu nunca chegaria”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “REFLET(IR)” teve como finalidade tentar ajustar formas de pensar e, por conseguinte, de agir, através de uma lógica de reflexão-ação, associada ao conceito de “conscientização”. Tendo em conta a finalidade do projeto “REFLET(IR)”, concluiu-se que não foi atingida na totalidade.

No que diz respeito ao CAFAP, conclui-se que foi possível atingir a finalidade a que se propunha o projeto, visto que as profissionais reconhecem que, durante os meses de desenvolvimento do “REFLET(IR)”, foram respondidas várias das necessidades identificadas e conseguiu-se sensibilizar as profissionais para alterar as suas práticas de uma forma reflexiva, abrindo caminho para o CAFAP continuar a reestruturar a sua intervenção. Esta fase de mudança permitiu que os elementos da ET reconhecessem e/ou reforçassem a necessidade de reorganizar e reajustar a intervenção, de modo a que o CAFAP renascesse com uma nova identidade, fugindo ao que tinha sido a realidade do CAFAP até então, e abraçando uma nova etapa que possibilitasse que não só se uniformizassem os procedimentos e a intervenção, como também permitisse que o CAFAP se apresentasse e interviesse com as famílias de uma forma mais próxima e estruturada. Do mesmo modo, existiu a oportunidade para as profissionais refletirem de que forma podiam melhorar as suas práticas, apostando numa escuta ativa entre si e reconhecendo que seria benéfico existir uma nova aposta em termos de formação à ET.

Realçam-se, ainda, outros resultados conseguidos com o projeto, uma vez que, embora a nova AS não fizesse parte dos participantes do projeto, desde o seu início, ela foi-se envolvendo aos poucos. Sendo que todas as novas iniciativas do CAFAP (o manual de intervenção, a participação no grupo de práticas reflexivas, a caixa de sugestões ou outros), foram criadas e desenvolvidas com a sua participação.

Relativamente à família Silva, tendo em conta a finalidade do projeto, as ações 2 e 3 possibilitaram o alcance dos objetivos, apenas em parte, pela existência de bastantes constrangimentos, mas, ainda assim, conseguiu-se dar resposta a algumas das necessidades da família. Dar continuidade às ações e (re)formular ou criar novos objetivos poderá ser essencial, mas termina-se o projeto com a sensação de que já se conseguiu abrir caminho e permitir que se contribuísse, numa primeira fase, de forma positiva, para o bem-estar desta família. Do que se foi aprendendo ao longo do projeto e através do que a literatura trouxe (Alarcão, 2002; Dudgeon et al., 2017; Timóteo & Bertão, 2012), importa aproveitar as potencialidades e recursos de cada participante e ativar as suas competências para que a tal “mudança desejada” seja possível, facilitando o seu desenvolvimento durante o processo. Enquanto facilitadora deste processo, a mestranda reconhece que existiram questões importantes alcançadas e, ainda que não se tenha conseguido alcançar tudo o que se tinha planeado e definido, aprendeu que todo o cuidado e respeito pelo tempo e exigências de cada família deverá prevalecer à ambição de querer cumprir tudo o que se tinha definido.

É sentido que, embora se tenha conseguido dar resposta a muitas das necessidades identificadas, existem sempre novas formas de ajustar e de olhar para cada realidade. As realidades não estão fixas e o processo de as conhecer é moroso, pelo que ao irem alterando, dá para definir novas metas e ajustar ainda mais o caminho a cada participante. Por isso, em retrospeção ao trabalho desenvolvido, embora se tenha considerado que o desenvolvimento do projeto “REFLET(IR)” conseguiu efetivamente trazer mudanças na vida dos seus participantes e tenha sido considerado “a locomotiva da mudança” (ES), reconhece-se, ainda assim, que se poderia alterar o desenho do projeto, considerando que poderá ter influenciado o porquê de não se ter conseguido alcançar todos os objetivos. Ou seja, torná-lo menos ambicioso com o que se pretendia e tentar ajustá-lo ainda mais aos participantes, principalmente no caso da família Silva. Nomeadamente na definição de objetivos que não implicassem uma alteração tão efetiva de comportamentos, considerando o

tempo disponível para o desenvolvimento do projeto ou ainda ter-se envolvido mais a irmã V. no processo, o que poderia ter contribuído para contornar o constrangimento de não se ter conseguido manter as sessões com o “Julinho” durante o verão e reforçar o apoio dado pela V. à família. Por outro lado, na realidade do CAFAP, poder-se-ia ter procurado outras formas de recolher a opinião das famílias acompanhadas no CAFAP, de forma mais direta, de modo a existir a sua perspectiva no projeto e não basear as informações apenas nas representações dos profissionais.

Foi possível dar conta da complexidade de cada realidade devido ao fator de mudança constante referido e, para além das duas realidades do CAFAP e da família Silva, existem as realidades de cada um dos seus elementos. Daqui foi possível aprender o quanto é necessário caminhar passo-a-passo com cada um, acompanhando o seu ritmo, observando cada detalhe com cuidado e lidando com as expectativas, com os avanços e os retrocessos que poderão existir (por parte de qualquer interveniente na intervenção e no projeto).

Em suma, foi uma fase de grandes e constantes aprendizagens. Com o findar do projeto “REFLET(IR)”, compreende-se, agora, o potencial que os projetos de EIS, regidos pela metodologia de IAP, têm. Não só por toda a estrutura que trazem nos processos de investigação e de intervenção, o que permite uma análise mais rigorosa das realidades envolvidas, mas também por todo o sentido crítico exigido. A importância da criação de relações que se rejam por valores tão importantes como a confiança, o respeito, a empatia ou outros que farão a diferença no processo de intervenção, também é uma aprendizagem valiosa que se leva para o futuro. Foi possível aprender que o conhecimento de uma realidade demora e que irão sempre surgir novos pormenores, imprevistos e desafios a ultrapassar ou a analisar, sendo fulcral manter o nosso sentido crítico-reflexivo para se compreender o porquê e de que forma isso poderá influenciar cada participante e, portanto, o desenvolvimento do projeto.

REFERÊNCIAS

- Alarcão, M. (2002). *(Des) equilíbrios familiares: Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto Editores.
- Almeida, M., Ferreira, M., Souza, P., & Serrão, C. (2016). A educação social e as famílias multidesafiadas: reflexos sobre um trajeto estimulado. *Praxis Educare, 1*, 57-64.
- Alvear, M.E.J., Dominguez, A.X.S., & Espinoza, M.C.A. (2019). Familias en situaciones de crisis crónicas: características e intervención. *Cuadernos de trabajo social, 32*(1), 165-176.
- Ausloos, G. (2003). *A competência das famílias: tempo, caos, processo*. Lisboa: Climepsi.
- Bergold, J., & Thomas, S. (2012). Participatory research methods: A methodological approach in motion. *Qualitative social research, 13*(1), 1-20.
- Cardoso, R., & Moreira, D. (2017). Da educação à intervenção social: a construção do conhecimento na transformação da realidade. *Revista de estudios e investigación en psicología y educación, 5*, 102-106.
- Cembranos, F., Montesino, D.H., & Bustelo, M. (2001). *La animación sociocultural: una propuesta metodológica*. Madrid: Editorial Popular.
- Coletti, M., & Linares, J.L. (2010). *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática: la experiencia de Ciutat Vella*. Barcelona: Paidós Ibérica.
- Costa, M., & Faria, L. (2017). Parenting and Parental Involvement in Secondary School: Focus Groups with Adolescents' Parents. *Paidéia, 27*(67), 28-36.
- Coutinho, C. (2013). *Metodologias de investigação em ciências sociais e humanas. Teoria e prática (2ª edição)*. Coimbra: Edições Almeida.
- Coutinho, C.P., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M.J., & Vieira, S. (2009). Investigação-ação: metodologia preferencial nas práticas

- educativas. *Psicologia, Educação e Cultura*, XIII(2), 355-380.
- Damo, A., Moura, D.V., & Cruz, R.G. (2011). Conscientização em Paulo Freire: consciência, transformação e liberdade. *Enero*, 1-7.
- Dudgeon, P., Scrine, C., Cox, A., Walker, R. (2017). Facilitating empowerment and self-determination through participatory action research: findings from the National Empowerment Project. *International journal of qualitative methods*, 16, 1-11.
- Freire, P. (1979). Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Gardner, R., Snyder, W.M., & Zuguy, A. (2019). Amplifying youth voice and cultivating leadership through participatory action research. *Education Policy Analysis Archives*, 27(54), 1-26.
- Gaspar, T., & Matos, M.G. (2016). Escala de Avaliação das Práticas Parentais: Controlo e Aceitação. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 7(1-2), 509-522.
- Gimeno, A. (2001). *A família – o desafio da diversidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Gordon, D. (2016). Parentalidade sábia: um programa para os desafios da parentalidade de adolescentes. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Guerra, I. (2010). *Fundamentos e processos de uma sociologia de ação. O planeamento em ciências sociais*. Estoril: Principia Editora.
- Lake, D., & Wendland, J. (2018). Practical, epistemological, and ethical challenges of participatory action research: a cross-disciplinary review of the literature. *Journal of higher education outreach and engagement*, 22(3), 11-42.
- Lima, R. (2003). Desenvolvimento levantado do chão, com os pés assentes na terra: Desenvolvimento local e investigação participativa. A animação comunitária (tese de Doutoramento não publicada). Universidade do Porto. Porto.
- Lowenstein, L. (2011). Favorite therapeutic activities for children,

- adolescents, and families: practitioners share their most effective interventions. Toronto: Champion Press.
- Macedo, C., Nunes, C., Costa, D., Nunes, L.A., & Lemos, I. (2013). Apoio social, acontecimentos stressantes, adaptabilidade e coesão em famílias em risco psicossocial. *Psicologia, Saúde e Doenças* 14(2), 304-312.
- Mateus, S. (2017). Metacommunication as Second Order Communication. *KOME – An International Journal of Pure Communication Inquiry*, 5(1), 80-90.
- Nunes, C., & Nunes, L.A. (2015). Famílias em risco psicossocial: desafios para a avaliação e intervenção. *Revista de psicologia da criança e do adolescente*, 6(1), 95-107.
- Portaria nº139/2013 de 2 de abril. *Diário da República nº64 – I série*. Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental. Lisboa.
- Relvas, A. (1999). *Conversas com famílias – discursos e perspectivas em terapia familiar*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, E. (2009). *Aliança terapêutica: da teórica à prática clínica*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Soriano, J. (2005). *Los procesos de la relación de ayuda*. Bilbao: Biblioteca de Psicología.
- Sousa, L. (2005). *Famílias multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias pobres: desafios à intervenção social*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Stufflebeam, D.L., & Shinkfield, A.J. (1987). *Evaluación sistemática – guía teórica y práctica*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A.
- Timóteo, I., & Bertão, A. (2012). Educação social transformadora e transformativa: clarificação de sentidos. *Sensos*, 2(1), 11-26.
- Walsh, F. (2016). Diversidade e complexidade nas famílias do século XXI. In F. Walsh (Ed), *Processos normativos da família* (pp.3-27). Porto Alegre: Artmed. Disponível em: https://www.larpsi.com.br/media/mconnect_uploadfiles/a/m/amostra_1_.pdf

NM

Cindi Pedroso Santos

“REFLET(IR)”

Um Projeto de Educação e Intervenção
Social num CAFAP

Volume II

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO
SOCIAL, ESPECIALIZAÇÃO EM AÇÃO PSICOSSOCIAL
EM CONTEXTOS DE RISCO

ESE

POLITÉCNICO
DO PORTO

Volume II

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL,
ESPECIALIZAÇÃO EM AÇÃO PSICOSSOCIAL EM
CONTEXTOS DE RISCO

Outubro

20**19**

ÍNDICE VOLUME II

Apêndices

A. Guião das conversas intencionais com as profissionais do CAFAP	91
B. Genograma da família Silva	95
C. Características da família Silva	96
D. Reflexão sobre como as profissionais lidam com as realidades das famílias do CAFAP	99
E. A importância do PIAF	102
F. Outras questões da avaliação de contexto	103
G. Problemas, indicadores e necessidades	105
H. Indicadores de avaliação	108
I. Alterações efetuadas nos procedimentos de intervenção do CAFAP	112
J. Fotografia da caixa de sugestões	135
K. Fotografia dos objetos colocados na sala	136
L. Registo da atividade do “Slime”	137
M. Calendarização das ações 2 e 3	142
N. Conclusões da atividade “Eu sou, eu não sou, eu penso que sou”	147
O. Avaliação do produto: discurso das profissionais	149
P. Reflexão sobre a falta do PIAF no acompanhamento da família Silva	156

Anexos

- | | |
|---|-----|
| A. Consentimento informado | 158 |
| B. Manual “Favorite therapeutic activities for children, adolescents,
and families: practitioners share their most effective interventions”
de Liana Lowenstein | 161 |

APÊNDICES

A. GUIÃO DAS CONVERSAS INTENCIONAIS COM AS PROFISSIONAIS DO CAFAP

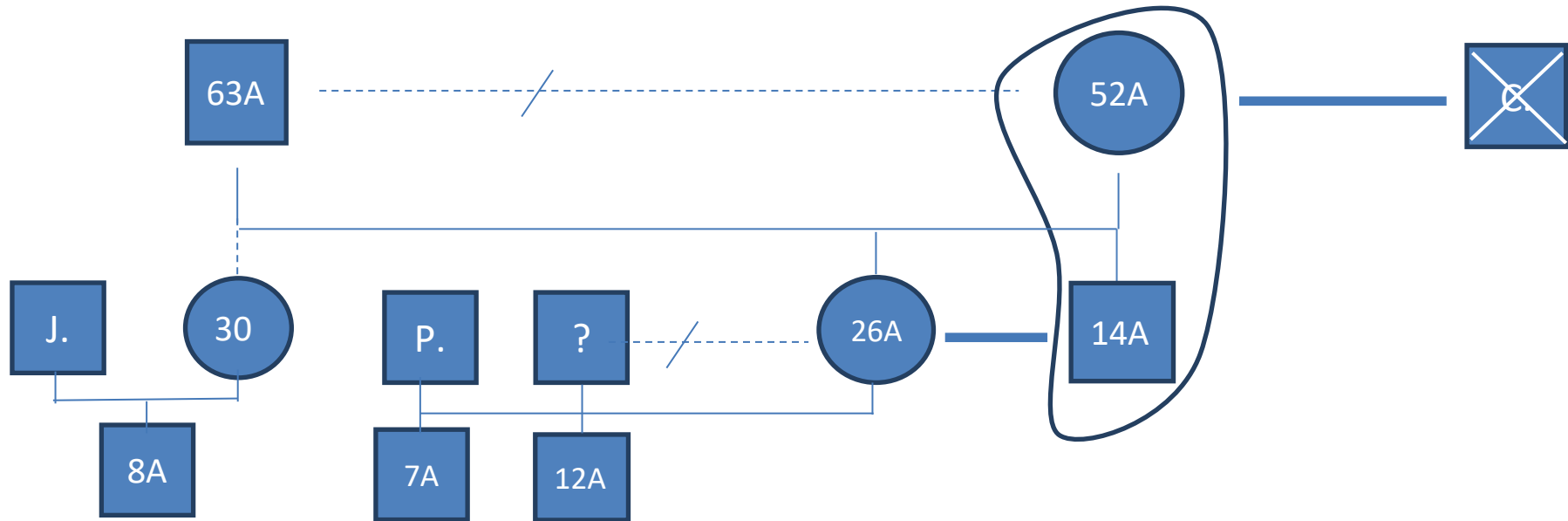
Objetivos gerais	Objetivos específicos
Conhecer a realidade atual do CAFAP	<p>Perceber o que torna os CAFAP respostas sociais típicas na intervenção com famílias</p> <p>Perceber o que definiu a modalidade de intervenção e de que forma</p> <p>Especificar o que diferencia o CAFAP das outras entidades</p> <p>Concluir sobre a importância do CAFAP enquanto resposta social</p>
Conhecer a composição da equipa técnica e respetivas dinâmicas	<p>Identificar as características da equipa técnica enquanto equipa multi, inter ou transdisciplinar</p> <p>Explicar a constituição da equipa técnica</p> <p>Explicar como se organiza a equipa técnica para potenciar as suas</p>

	práticas
Compreender como se processa a intervenção com as famílias no CAFAP	<p>Valorizar as potencialidades da intervenção nos serviços do CAFAP</p> <p>Indicar que entidades encaminham as famílias e que condições têm estar reunidas para encaminhá-las para o CAFAP</p> <p>Identificar a modalidade de intervenção em vigor e quantas famílias podem ser acompanhadas</p> <p>Perceber e explicar quais as etapas da intervenção</p> <p>Enunciar as estratégias utilizadas pelo CAFAP para manter proximidade com as famílias e como se processa a intervenção</p>
Conhecer as dificuldades sentidas para a intervenção	<p>Verificar se a intervenção concretizada se adequa às necessidades de cada família</p> <p>Identificar as fragilidades da intervenção</p> <p>Identificar a(s) maior(es) dificuldade(s) sentidas na criação da</p>

	<p>aliança e de uma relação de confiança com as famílias</p> <p>Explicar como as profissionais lidam com as famílias que não comparecem nos atendimentos</p>
<p>Pensar sobre a importância do trabalho em rede com as entidades envolvidas nos processos das famílias</p>	<p>Verificar se existe circularidade de informação entre as entidades envolvidas nos processos das famílias (trabalho em rede)</p> <p>Enfatizar a importância do trabalho em rede com as outras entidades (CPCJ, SATT/NIJ, ou outras)</p>
<p>Identificar as particularidades das perspectivas das profissionais que colaboram com o CAFAP</p>	<p>Explicar o que falta, na perspectiva das técnicas, para consolidar o reconhecimento do CAFAP</p> <p>Explicar a perspectiva das técnicas no que concerne aos aspetos a melhorar na resposta social</p> <p>Especificar as necessidades da equipa técnica relativamente à sua intervenção</p> <p>Explicar como é que as técnicas lidam com as informações que lhes chegam por parte das famílias</p>

<p>Conhecer as características das famílias que são acompanhadas no CAFAP</p>	<p>Indicar quantas famílias estão a ser acompanhadas no CAFAP (processos ativos)</p> <p>Especificar os tipos de família em acompanhamento</p> <p>Indicar as características predominantes (potencialidades e fragilidades) nas famílias acompanhadas</p> <p>Especificar a postura das famílias perante o acompanhamento no CAFAP</p>
---	--

B. GENOGRAMA DA FAMÍLIA SILVA



Legenda dos símbolos:



Legenda das relações familiares:



C. CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA SILVA

<p>Família Monoparental</p> <p>Mãe e jovem (14 anos)</p>	<p>Potencialidades</p>	<p>Pessoais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Boa relação fraternal (com a V.) e com o cunhado (marido da V.) • Boa relação com os sobrinhos • Boa relação emocional e afetiva com a mãe • Preocupação com a família • Espírito de entreatajuda perante os outros • Cooperante nas sessões do CAFAP
		<p>Familiares</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhece a necessidade de mudança • Preocupação evidente da mãe pela situação familiar e escolar do “Julinho” • Vínculo laboral da mãe • Suporte familiar por parte de V. e respetivo marido • Aceitação da intervenção no CAFAP

			<ul style="list-style-type: none"> • Boa prestação de cuidados básicos ao jovem • Bom nível socioeconómico
	Fragilidades	Pessoais	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo autoconceito • Pertença a grupos de pares com comportamentos com propensão para o risco • Comportamentos com propensão para o risco • Falecimento do padrasto • Baixa capacidade de gestão e resolução de conflito • Desvalorização da escola • Relação distante com o pai

		Familiares	<ul style="list-style-type: none">• Elevada fragilidade emocional• Falta de envolvimento da mãe na vida do filho• Sobrecarga laboral da mãe• Sobrecarga emocional da mãe (prestação de cuidados à avó materna do jovem)• Estilo parental maternal permissivo• Pai periférico• Separação parental• Fraca comunicação entre os progenitores• Elevado <i>stress</i> familiar• Abuso de álcool por parte do pai e do avô materno• Dificuldade em impor regras e limites
--	--	------------	---

D. REFLEXÃO SOBRE COMO AS PROFISSIONAIS LIDAM COM AS REALIDADES DAS FAMÍLIAS DO CAFAP

Devido à complexidade de cada história familiar, tornou-se importante, compreender como é que as profissionais lidam com essas mesmas realidades. Através de todas as partilhas e tendo em conta as realidades das famílias que são acompanhadas no CAFAP, uma das psicólogas afirma que “é difícil escutar determinadas vivências que as famílias trazem”, pelo que acrescenta que tenta ter o distanciamento necessário para depois conseguir intervir através do questionamento, ou seja, “procuro cada vez mais questionar não só sobre o que é que faz as famílias embelezar ou distorcer determinada realidade e os seus motivos, como também questionar se a minha forma de intervir está correta e adequada às características daquele sistema familiar, tendo em conta se as minhas crenças pessoais poderão estar a influenciar a minha postura”. Do mesmo modo, esta profissional reforça o sentido da supervisão e a importância que isto tem na vida e prática dos profissionais, no que concerne à sua visão para lidar com as diferentes realidades sociais. Esta profissional também refere que está cada vez mais atenta à questão da supervisão, devido à formação que frequenta em Terapia Familiar que lhe permitiu sensibilizar para questões na intervenção imprescindíveis para a sua eficácia.

A outra psicóloga concorda e reforça o sentido e importância que a supervisão tem, “não só em relação à complexidade dos casos em si, mas também, tal como a minha colega diz, em relação à postura do profissional, à importância da autoanálise constante e na perceção de se a sua intervenção está a corresponder ao pressuposto ou em que aspetos podem melhorar. É um bocadinho como as famílias, potencializar os recursos que já temos!”. Do mesmo modo, esta profissional partilha que “Como venho de um contexto no

qual trabalho com crianças e jovens institucionalizados, tive alguma dificuldade no que se refere à preservação familiar, para mim era tudo muito linear (não cumpre com as funções parentais, não demonstra capacidade/vontade de mudança, então, de acordo com o superior interesse da criança, deve haver uma retirada). Estes contextos, em si contraditórios e com formas de intervenção muito distintas levaram a que quisesse, em primeiro lugar, poder observar sessões com outras colegas no sentido de perceber melhor qual era o objetivo deste serviço. Por outro lado, volvidos alguns meses, comecei a refletir sobre outras questões profissionais e talvez pessoais, também, no que se refere à prática exercida, nomeadamente à necessidade de cativar as famílias a estarem presentes no atendimento, conseguir que percebem a importância de virem aqui”. Tendo em conta esta sua partilha, volta a reforçar a ideia de que “a necessidade de supervisão é também para mim, muito premente! Considero estar ainda em fase de adaptação e, tal como as famílias, em constante mudança e necessidade de melhoramento das capacidades”.

Em conversa com a assistente social, sobre a mesma temática, refere que a atividade profissional que tem para além do CAFAP, sendo na área da intervenção em casos de emergência, permite-lhe ir moldando a sua postura relativamente às realidades que lhe surgem, sublinhando que “os processos que lemos antes das sessões permite irmos minimamente preparadas para cada atendimento, no entanto, existem sempre pormenores ou aspetos inesperados que têm um conteúdo mais sensível, uma vez que há coisas que as famílias nos contam que não contaram a outros profissionais”. Do mesmo modo, a profissional acrescenta que tem de existir algum cuidado para conseguir perceber a veracidade das coisas que são ditas, bem como das frustrações e dificuldades que a técnica poderá sentir ao longo de cada processo, consequência das histórias que são trazidas. Aqui, a profissional ressalta a importância que dá ao trabalho em equipa e as reuniões mensais da mesma, que se tornam essenciais para que haja partilha entre as profissionais e, visto que considera a sua equipa uma equipa unida, refere que esses

momentos são importantes para se conseguir o apoio e ânimo necessários para organizar as suas ideias e sentimentos e não se deixar levar pelas emoções que as histórias das famílias lhes possam suscitar.

A educadora social partilha que tem alguma dificuldade em lidar com as realidades que surgem nas sessões, no entanto, “aprendi a não criar expectativas com as famílias e considero importante ouvir a história toda desde o início: não só a da criança, mas também a dos pais”, de modo a compreender a realidade de cada sistema familiar. Acrescenta que se apoia muito na equipa técnica, o que lhe permite exprimir o que sente e, do mesmo modo, afastar-se das ideias pré-concebidas. Desta forma e em seguimento às ideias partilhadas anteriormente, sugere a hipótese de supervisão como uma solução para existir um trabalho contínuo e mais rigoroso de aperfeiçoamento da intervenção, pelo que ela reconhece que está habituada a trabalhar com crianças e não com famílias e que gostaria de ter alguém que lhe indicasse o que foi feito de bom e menos bom, de modo a levá-la a refletir sobre as suas práticas e existir troca de opiniões e de partilhas pormenorizadas.

Em suma, de modo geral, afirmam que é muito exigente lidar com as famílias, sendo reconhecida a grande dificuldade de lidar com as emoções (positivas e negativas) envolvidas na intervenção através das partilhas e histórias trazidas. É dada muita importância ao papel do profissional na intervenção, tendo surgido reflexões em torno do autoquestionamento, autoanálise e sentido crítico do profissional. Também é reconhecida a importância do trabalho em equipa, das reuniões mensais e partilham que a supervisão seria algo vantajoso para as profissionais, pelo que é perspectivada como enriquecedor e premente para a equipa técnica conseguir melhorar de forma contínua as suas competências e prática profissional.

E. A IMPORTÂNCIA DO PIAF

Segundo a Portaria nº139/2013, de 2 de abril, o PIAF deveria ser formulado após a “avaliação da situação familiar” (artigo 9º, p.1944) e permite que as famílias tenham um papel ativo, ao integrarem momentos de reflexão sobre a família em si e relativamente à intervenção concretizada.

O PIAF concretiza-se durante um ano e é avaliado de seis em seis meses. Com este procedimento pretende-se manter o registo da situação familiar atualizada e espera-se que cumpra com a abordagem sistêmica que é proposta pela Portaria nº139/2013, de 2 de abril, privilegiando o olhar holístico sobre as famílias, ao observar, analisar e refletir sobre os seus recursos e potencialidades, objetivos a atingir, fatores de risco e de proteção e as relações familiares existentes (Portaria nº139/2013, de 2 de abril). Segundo a mesma Portaria, também serve para monitorizar os objetivos de acordo ao que ficou estipulado inicialmente, operacionalizando, assim, os avanços ou recuos efetuados. Assim, conclui-se que o PIAF será importante tanto para as famílias como para os técnicos que acompanham os processos.

O PIAF permite alicerçar a intervenção na realidade atualizada da família e nos objetivos definidos. É da opinião das profissionais do CAFAP que serve, ainda, de orientação para as sessões, contribuindo para as famílias compreenderem o que podem esperar da intervenção e possibilitar a sua colaboração na definição dos objetivos a atingir. Também afirmam que a utilização do PIAF poderia ser uma forma de incentivar as famílias ao longo do seu acompanhamento no CAFAP, visto que, quando reconhecessem a necessidade de mudança, poderiam refletir sobre as suas potencialidades, fragilidades, recursos e, acima de tudo, o progresso ou retrocesso durante o acompanhamento no CAFAP, redefinindo o seu caminho.

F. OUTRAS QUESTÕES DA AVALIAÇÃO DE CONTEXTO

O CAFAP tem vindo a assumir uma maior responsabilidade não só em termos da sua intervenção, mas também passou a ter de corresponder às expectativas e desafios das outras entidades (expectativas de existirem programas de educação parental estruturadas ou o desafio de se manter o trabalho em rede, por exemplo) e das próprias famílias (expectativas de terminar com o Processo de Promoção e Proteção – PPP - ou colocar a responsabilidade da resolução do processo no CAFAP, por exemplo).

Para além das partilhas presentes no volume I do relatório, acrescentam questões relativas ao P1, P2 e P5 que importa referir.

Para o primeiro problema “Carência de trabalho em rede e de reuniões interinstitucionais”, gerou-se uma grande partilha, onde a ideia geral é que as entidades deveriam perspetivar as famílias como únicas e que necessitam de tempo e espaço para se conseguirem emancipar, consoante as suas necessidades. Assim, uma das psicólogas partilha que “mesmo que o CAFAP intervenha de forma intensiva a nível da Educação Parental, tal como nos é, por vezes, solicitado, não existirão resultados fantásticos por si só. Há que ter em conta a família no seu todo e cada um dos seus elementos que, pertencendo a um contexto específico, também terá influência na identidade pessoal de cada membro, para além da influência que os progenitores exercem sobre os filhos”. A educadora social acrescenta que “também importam os modelos familiares que estas famílias tiveram anteriormente nas suas famílias de origem, uma vez que são fatores que poderão influenciar a sua aceitação à mudança”. A assistente social, por sua vez, para além de concordar com as suas colegas, acrescenta ainda que “as reuniões interinstitucionais e o trabalho em rede têm grande importância, visto que permitem ver a família em toda a sua dimensão” e, assim, possibilita que se englobe o máximo de sistemas em que ela está inserida. Do mesmo modo, a outra psicóloga do CAFAP realça que “Seria importante que os serviços tivessem um olhar mais “humano” para com as famílias, compreendendo que

o funcionamento familiar pode ser afetado por vários acontecimentos, que pode ter sido diferente noutra fase da vida e que poderá melhorar ou retroceder”, sendo ainda da opinião que “Não se pode ver a família como algo “estanque”, deve-se tentar compreender que existe um passado que influencia tudo o resto, mas que isso não determina indelevelmente o futuro. Não significa que o insucesso daquele momento seja “culpa” da família, como muitas vezes é avaliado, mas sim uma causalidade com influência do meio e dos outros sistemas que interagem com a mesma”.

Tendo em conta o segundo problema, “Alteração das profissionais da equipa técnica” (P2), a Diretora Técnica refere que “o facto de se encontrarem em regime de prestação de serviços a tempo parcial faz com que continuem sempre à procura de novas e melhores oportunidades de emprego. Um dos pontos fracos que identifico é, por isso, a constante mobilidade da equipa técnica que acaba por influenciar as relações estabelecidas com as famílias e dentro da própria equipa”. Assim, sendo um aspeto premente a ser analisado de modo a procurar como se pode contribuir para melhorar esta questão, sabendo que o Acordo de Cooperação não será alterado num futuro próximo, é necessário procurar outras necessidades das profissionais que possam permitir trazer satisfação profissional às mesmas.

Por fim, de acordo com a avaliação de contexto concretizada para o terceiro problema, “Dificuldade em manter um acompanhamento regular às famílias” (P3), visto que existiu um reconhecimento por parte das profissionais de que poderiam organizar-se de outra forma para investir num acompanhamento mais próximo das mesmas, de modo a melhorar a intervenção concretizada, a assistente social sugere “um acompanhamento semanal às famílias que assim necessitassem” e, complementando isso, a educadora social refere “a concretização de mais visitas domiciliárias, de modo a conseguir trabalhar com as famílias no seu próprio contexto”. Todas as profissionais partilham da ideia de que isto poderia permitir a construção de novas significações num ambiente que lhes é íntimo e tão próprio como a sua própria casa, reforçando a co-colaboração na relação com as famílias.

G. PROBLEMAS, INDICADORES, NECESSIDADES

Problemas priorizados no CAFAP:

P2 - Alteração frequente da equipa técnica;

P3 - Dificuldade em manter um acompanhamento regular às famílias;

P4 - Dificuldade das profissionais em conseguir intervir através de uma abordagem sistémica e de mediação familiar;

P5 - Falta de materialização do PIAF.

Problemas	Indicadores	Necessidades
Problema 2	<p>Discurso das profissionais</p> <p>Consulta e análise de documentos</p> <p>Observação participante</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Organização da intervenção, de modo a reduzir a perda de informações relevantes da intervenção concretizada previamente; - As famílias não fiquem desamparadas no começo da relação com outra gestora de caso; - As informações sejam passadas devidamente entre as profissionais e com o cuidado necessário perante as famílias.
Problema 3	<p>Discurso das profissionais</p> <p>Observação participante</p> <p>Consulta e análise de documentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de uma intervenção mais próxima da família, mais estruturada e mais colaborativa; - Existência de continuidade na intervenção; - Reforço da motivação das famílias ao longo dos atendimentos; - Reforço da motivação da equipa técnica; - Reforço de estratégias para lidar e/ou combater a não comparência ou abstinência das famílias das sessões do CAFAP.

<p>Problema 4</p>	<p>Discurso das profissionais</p> <p>Consulta e análise de documentos</p> <p>Observação participante</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de uma intervenção sistémica; - Existência de um profissional externo ao CAFAP que facilitasse a reflexão da equipa técnica; - Desenvolvimento de uma prática reflexiva, que permita uma intervenção guiada por um pensamento reflexivo e crítico; - Reforço da formação da equipa técnica.
<p>Problema 5</p>	<p>Discurso das profissionais</p> <p>Observação participante</p> <p>Consulta e análise de documentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reestruturação geral da intervenção; - Uniformização da visão das profissionais pelo CAFAP; - Compreensão por parte das famílias sobre aquilo que é o CAFAP: qual o seu papel na intervenção e as diferenças desta resposta social da entidade referenciadora; - Reforço da ideia de que as famílias são as verdadeiras promotoras de mudança.

Problemas priorizados na família Silva:

P2 – Dificuldade do jovem em refletir sobre si e sobre os seus atos;

P3 – Elevada fragilidade emocional da mãe e pouco envolvimento da vida do filho.

Problemas	Indicadores	Necessidades
Problema 2	<p>Discurso do “Julinho”</p> <p>Discurso das profissionais da CPCJ e escola</p> <p>Discurso da família do “Julinho”</p> <p>Observação participante</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço das potencialidades do “Julinho”; - Reflexão sobre a sua perspetiva da realidade; - Desenvolvimento do seu autoconhecimento, autoestima e autoconceito; - Desenvolvimento da capacidade de gerir e resolver conflitos de uma forma adequada; - Reflexão sobre as consequências dos seus atos, em si e nos outros, e que soluções existem para mudá-los.
Problema 3	<p>Discurso da “Cristina”</p> <p>Discurso do “Julinho”</p> <p>Observação participante</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhar o autoconceito e autoconfiança da mãe; - Reforço das suas potencialidades; - Consciencialização do que é possível fazer atualmente para que se reforce a sua relação com o seu filho; - Reconhecimento das soluções possíveis para melhorar a sua situação atual; - Reforço das competências parentais.

H. Indicadores de Avaliação

De modo a compreender se o projeto correu como o esperado, torna-se importante compreender que indicadores de avaliação existem, para se verificar, posteriormente, se se conseguiu alcançar o que era expectável. Nos quadros seguintes, poder-se-ão encontrar os indicadores de avaliação tendo em conta as realidades do CAFAP e da família Silva.

Objetivos gerais	Objetivos específicos	Indicadores de avaliação
CAFAP (ação 1 – “A mudança está ao nosso alcance!”)		
OG1: Promover a melhoria das práticas profissionais da equipa técnica.	<p>OE1: Identificar como melhorar a intervenção;</p> <p>OE2: Ser capaz de ter um espírito crítico e reflexivo para concretizar as mudanças necessárias;</p> <p>OE3: Ter uma prática reflexiva na intervenção;</p> <p>OE4: Ser capaz de aumentar e manter a motivação das famílias e das profissionais ao longo da intervenção.</p>	<p>Autoquestionamento e autoanálise das profissionais;</p> <p>Aquisição de um pensamento mais crítico e reflexivo sobre as suas práticas;</p> <p>Tornarem-se mais atentas às necessidades do CAFAP e das famílias que acompanham;</p> <p>Que as profissionais tenham a motivação necessária para refletir sobre as suas práticas;</p>

		Que as profissionais deem continuidade ao processo de mudança iniciado com o projeto “REFLET(IR)”.
OG2: Contribuir para a (re)estruturação da intervenção do CAFAP.	<p>OE5: Identificar como integrar uma abordagem colaborativa na intervenção;</p> <p>OE6: Identificar o que é necessário mudar na intervenção;</p> <p>OE7: Tornar os objetivos da intervenção mais claros e perceptíveis para todos os intervenientes.</p>	<p>Envolvimento e disponibilidade das profissionais na reestruturação;</p> <p>Motivação para dar continuidade ao processo de mudança iniciado com o projeto “REFLET(IR)”;</p> <p>Intervenção potenciada por uma abordagem mais colaborativa;</p> <p>Definição clara o que é o CAFAP e o que se pretende com a sua intervenção.</p>
Família Silva (ações 2 – “Quem sou e como me dou” e 3 – “(Re)ajustar”)		
OG1: Promover o autoconhecimento	OE1: Ser capaz de reconhecer as suas capacidades e	Reconhecimento da necessidade de mudança;

	<p>características;</p> <p>OE2: Reforçar a capacidade de se colocar no lugar do Outro;</p> <p>OE3: Ser capaz de exprimir os sentimentos.</p>	<p>Motivar-se durante o processo de mudança;</p> <p>Identificação e significação das suas características e potencialidades;</p> <p>Reforçar a sua empatia pelos os outros;</p> <p>Consiga partilhar o que sente sobre si, sobre os outros e sobre a sua realidade.</p>
<p>OG2: Conhecer diferentes formas de resolver conflitos</p>	<p>OE4: Desenvolver a capacidade de analisar diferentes soluções para os conflitos;</p> <p>OE5: Ser capaz de pedir ajuda;</p> <p>OE6: Ser capaz de comunicar adequadamente.</p>	<p>Reflexão sobre de que forma se pode ajustar às situações do dia-a-dia;</p> <p>Descoberta de novas estratégias de resolução de conflitos;</p>

<p>OG3: Promover o autoconhecimento</p>	<p>OE7: Ser capaz de reconhecer as suas capacidades e características;</p> <p>OE8: Ser capaz de procurar os recursos que tem para melhorar a sua situação;</p> <p>OE9: Ser capaz de reconhecer o que tem de bom na sua vida.</p>	<p>Recuperação da confiança em si mesma;</p> <p>Identificação das suas potencialidades;</p> <p>Que consiga descobrir como pode tirar partido das suas potencialidades na sua vida;</p> <p>Motivar-se ao longo do processo;</p>
<p>OG4: Analisar a influência que a falta de envolvimento da mãe tem na vida do filho</p>	<p>OE10: Analisar diferentes soluções para aproveitar o seu tempo com o filho;</p> <p>OE11: Refletir sobre a importância do seu papel na vida do filho;</p> <p>OE12: Desenvolver competências parentais.</p>	<p>Consiga descobrir como pode tirar partido das suas potencialidades na relação com o seu filho;</p> <p>Maior envolvimento na sua relação com o “Julinho”;</p> <p>Reforço das suas competências parentais.</p>

I. ALTERAÇÕES EFETUADAS NOS PROCEDIMENTOS DE INTERVENÇÃO DO CAFAP

Relatório das condições habitacionais

Através deste procedimento, é possível obter diversas informações sobre as condições habitacionais da família, compreendendo o contexto em que a criança ou jovem habita.

Através das conversas intencionais concretizadas com as profissionais deste CAFAP considerou-se importante manter este procedimento, devido às visitas domiciliárias que se concretizam, como forma de obtenção de informações importantes para se conhecerem as condições habitacionais da família e da(s) respetiva(s) criança(s) ou jovem(ns) sinalizados, podendo tornar-se fatores de risco ou de proteção para a mesma família.

Foram identificadas neste procedimento algumas necessidades de alteração, uma vez que consideraram que era de difícil preenchimento, não existindo muita oportunidade para concretizar uma avaliação justa à habitação das famílias.

Através da análise, do diálogo e reflexão com a equipa técnica, tornou-se necessário tornar este procedimento mais prático, no sentido de permitir que fosse dada a oportunidade de se obter informação útil e organizada para a compreensão da habitação onde mora a criança ou jovem. Por conseguinte, considerou-se pertinente acrescentar neste procedimento uma área dedicada à segurança que a casa tem para a criança ou jovem sinalizado e irmãos (caso existam). Por fim, embora se tenha mantido o último ponto, do Registo Fotográfico, está referenciado que esta só irá acontecer se a família consentir, existindo o Consentimento Informado inicial com todas essas informações.

Procedimento inicial	Procedimento atual (datado de abril de 2019)
1) Caracterização geral	
<ul style="list-style-type: none"> - Morada; - Tipo de habitação (moradia, apartamento, outra – qual?, nº de divisões); - Regime de ocupação (arrendada, própria, cedida, habitação social); - Estado de conservação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Morada; - Tipo de habitação (moradia, apartamento, outra – qual?, nº de divisões); - Regime de ocupação (arrendada, própria, cedida, habitação social).
2) Infraestruturas e estado de conservação	
<ul style="list-style-type: none"> - Lista geral de equipamentos que a casa poderá ter; - Aparência geral: arrumada (sim ou não?); limpa (sim ou não?); - Estado de conservação: interior (bom, razoável ou mau); exterior (bom, razoável ou mau); - Qual o quarto da(s) criança(s) ou jovem(ns): quarto próprio; quarto com irmãos ou quarto dos progenitores; outro? Qual? 	<ul style="list-style-type: none"> - Lista de equipamentos que cada divisão poderá ter, incluindo outras divisões que poderão ser do interesse da família; - Aparência geral: Escala de Likert, onde o 1 representa “Pouco arrumado” ou “Pouco limpo” e o 5 representa “Muito arrumado” e “Muito limpo”. Passou a existir um espaço para observações gerais que necessitem de realce; - Estado de conservação: Escala de Likert tanto para o estado de conservação interior como o exterior, onde o 1 representa “Degradado” e o 5 “Ótimas condições”. À semelhança do ponto anterior, criou-se um espaço para observações gerais que necessitem de realce; - Quarto da(s) criança(s)/jovem(ns):

	<p>Quarto próprio, quarto com irmãos, quarto dos progenitores ou outro (Qual?);</p> <p>- Aspetos relevantes a realçar (estado de conservação, arrumação, limpeza ou outro).</p>
3) Recursos envolventes	3) Questões de segurança da criança ou jovem
<p>- Tabela: Obter informações sobre os transportes públicos, aquisição bens 1ª necessidade, espaços verdes/lazer, estabelecimentos de ensino e serviços de saúde. Colocar uma X no que existe ao seu redor através das opções: inexistente, bons, razoáveis, maus, N/S (não sabe);</p> <p>- A família tem transporte próprio? Se sim, de que tipo?</p>	<p>- Exemplos: Existência de varandas e terraços, escadas ou outros locais que se podem tornar perigosos para as crianças; local de arrumação dos medicamentos e produtos de limpeza; outros</p> <p>(Ponto criado através das aprendizagens concretizadas através de uma formação que uma das psicólogas, assistente social e educadora social frequentaram, dado pela Associação para Promoção de Segurança Infantil (APSI)).</p>
4) Observações	4) Recursos envolventes
<p>- Espaço em branco para completar com observações.</p>	<p>- Em termos de conteúdo mantivemos a mesma estrutura da tabela antiga, apenas organizando a informação de outra forma.</p>
5) Registo fotográfico	
<p>- Fotografias tiradas à habitação de modo a visualizar as condições iniciais da mesma, podendo observar (ou não) uma melhoria da mesma.</p>	<p>- Este registo apenas terá lugar caso consentido pela família com Consentimento Informado, reformulado à luz da Lei de Proteção de Dados Pessoais.</p>

Entrevista individual

A entrevista individual serve para conhecer melhor o pai, mãe, ou outro(a) cuidador(a), sendo possível compreender o seu percurso de vida, percurso escolar, a sua perspetiva da família e outras questões de relevo para compreender a sua representação da sua vida e realidade.

Através das conversas intencionais concretizadas com as profissionais chegou-se à conclusão de que este procedimento tinha informações que, enquanto CAFAP, não faziam sentido estar ou que se poderiam colocar noutros procedimentos que fizessem mais sentido. Do mesmo modo, foi expressada alguma dificuldade em compreender o que era suposto em certos pontos, tendo sido possível discutir isso em grupo e alterar este procedimento de modo a que ficasse de fácil compreensão e mais direcionado para aquilo que se trabalha nesta resposta social.

Das informações que deixaram de fazer sentido para o CAFAP, decidiu-se excluir o exame clínico inicial, historial profissional, social e de lazer, toxicológico e judicial. Isto porque, tendo em conta as informações que se pretendiam saber, fez com que se refletisse sobre estas questões tendo em conta a nova lei de proteção de dados e o propósito de intervenção desta resposta social. Enquanto CAFAP, não se irão focar ou intervir em questões associadas ao historial toxicológico e judicial, existindo, para isso, o trabalho em rede com outras entidades e que, nas fichas de referência e encaminhamento, de forma geral, poderão ficar especificadas informações desta natureza. O exame clínico inicial não era transversal a todas as áreas de formação das profissionais, pelo que apenas a psicóloga poderia ter competências para avaliar estas questões e que deveria ser retirado por não ser da competência de um CAFAP fazer esta avaliação. O historial profissional, social e de lazer não pareceram informações significativas para se manterem no procedimento.

No procedimento atual, considerou-se importante incluir uma primeira perceção daquilo que o(a) progenitor(a) ou cuidador(a) considera de si e do

que outros acham de si. Isto porque ter conhecimento da representação que o(a) progenitor(a) ou cuidador(a) tem da sua realidade, é importante para o acompanhamento à família.

O historial médico foi reduzido para o mínimo indispensável, sendo de extremo interesse para a intervenção e acompanhamento à família ter-se conhecimento de se existe algum problema de saúde do(a) progenitor(a) ou cuidador(a) que o(a) impossibilite de prestar os devidos cuidados à(s) criança(s) ou jovem(ens) sinalizados.

Do mesmo modo, de forma a tornar a organização da informação mais coerente, decidiu-se alterar a mesma de modo a acompanhar o ciclo de vida do casal da conjugalidade à parentalidade e, por conseguinte, compreender a família após essa fase, sendo de interesse perceber a dinâmica conjugal, seguida da gravidez e do impacte que teve no(a) progenitor(a) ou outro(a) cuidador(a) entrevistado(a), depois a partilha de informações relativas à fase da parentalidade e, por fim, a compreensão da dinâmica familiar.

Existiram dúvidas em se deixar o impacte da gravidez para ambos os progenitores na entrevista individual ou se colocaria isto na entrevista conjunta, no entanto, refletindo sobre esta questão, decidiu-se deixar, visto que cada um pode ter perceções diferentes da gestação e que, por sua vez, podem indicar acontecimentos significativos dessa fase que sejam importantes a ter em conta durante o acompanhamento no CAFAP. Deste modo, estando sem o(a) companheiro(a) presentes, poderão existir condições para que existam partilhas que sejam significativas e que, estando os dois presentes, poderiam não existir, motivo pelo qual estas questões se tenham mantido nas entrevistas individuais.

Relativamente à parentalidade, entre a versão anterior e a atual da Entrevista Individual, as áreas de acordo e de desacordo entre os progenitores passará a ser respondida nesta entrevista apenas em situações em que a separação ou divórcio se tenha verificado e não há hipótese de reunir ambos os atores sociais, por falta de comunicação ou por outros motivos que impossibilitem que a entrevista familiar conjunta se concretize.

Procedimento inicial	Procedimento atual (datado de abril de 2019)
1) Caracterização pessoal	
- Nome; Sexo; Idade; Data de nascimento; Estado civil; Filiação; Naturalidade; Residência; Ocupação atual; Agregado familiar; Filhos (nome, idade e escolaridade).	- Mantiveram-se as mesmas informações de no procedimento inicial
2) Exame clínico inicial	2) Autoconceito
- Aparência, postura, comportamento e atividade motora, atitude face ao examinador, humor, ansiedade, linguagem, orientação no tempo e espaço, atenção e concentração, capacidade de julgamento e de “insight”, memória.	- Percepção inicial de quem é e do que os outros pensam de si.
3) Historial escolar	3) Perspetiva do seu percurso escolar e modelos educativos
- Início da idade escolar, rendimento escolar, dificuldades específicas, comportamento na sala de aula e no recreio, disciplinas preferidas, relações com os colegas, relações com os professores, trabalhos de casa, suporte dos cuidadores.	- Início da idade escolar, rendimento escolar, dificuldades específicas, comportamento na sala de aula e no recreio, disciplinas preferidas, relações com os colegas, relações com os professores, trabalhos de casa, qual o suporte/apoio dos cuidadores.
4) Historial profissional	4) Historial médico (se aplicável)
- Primeiro emprego, percurso profissional até à data, assiduidade, satisfação,	- Existência ou não de alguma doença que impossibilite prestar os cuidados à

<p>problemas particulares no trabalho – dificuldades com a autoridade, acidentes de trabalho repetitivos, demissões, ordenado atual, percepção dos colegas e patrão, percepção que colegas e patrão terão de si.</p>	<p>criança ou jovem.</p>
<p>5) Historial social e de lazer</p>	<p>5) Dinâmica conjugal</p>
<p>- Relacionamentos interpessoais, suporte/isolamento social, atividades de lazer/lúdicas estruturadas (ex.: desporto) ou não estruturadas (ex.: passeios).</p>	<p>- Relacionamentos anteriores e dinâmica dessas relações, qualidade dos antigos relacionamentos;</p> <p>- Relacionamento com o outro progenitor/cuidador (Dividido em duas partes:</p> <p>1º - Como se conheceram; fase de namoro; decisão de união de fato/casamento; fontes de stress, de ajuda e de suporte mútuo; impacto da parentalidade na conjugalidade; a existência ou não de problemas no relacionamento e reconciliações;</p> <p>2º Violência na relação: estratégias de resolução dos conflitos utilizados; ameaças ou agressões; frequência e intensidade; na presença ou ausência da criança ou se ela vem a tomar conhecimento do sucedido posteriormente; reação da criança; impacte destes acontecimentos na criança; a criança também é ou foi alguma vez vítima?</p> <p>- Processo de separação ou divórcio (se</p>

	<p>aplicável: O que deu origem ao processo de separação ou divórcio, o que sentiu? Existiram alterações ao nível emocional, social, económico?; identificar quem comunicou à criança e como; reações da criança.</p>
6) Historial médico	6) Impacte da fase de gestação na vida do(a) cuidador(a)
<ul style="list-style-type: none"> - Doenças; - Se toma ou não medicação (se sim, qual?); - Como lida com a doença e de que forma isso o afeta? 	<ul style="list-style-type: none"> - Interrupção da gravidez (se já existiu ou não) e observações relevantes sobre esses momentos; - Perceção de se foi ou não planeada e/ou desejada (compreender se o acompanhamento médico foi adequado, como correu a preparação da habitação e quais os sentimentos vividos de toda esta fase, incluindo o parto).
7) Historial toxicológico (se aplicável)	7) Parentalidade
<ul style="list-style-type: none"> - Obter informações sobre se consome ou não; - Quando se deu o primeiro consumo (idade e contexto); - Quais foram as tentativas de tratamento (ou se não existiu nenhum). 	<ul style="list-style-type: none"> - Auto perceção parental (Como se sente no papel de mãe/pai; o que é mais difícil e o que é mais fácil; o que lhe gera frustração ou gratificação; o que mudaria em si enquanto cuidador(a); relação da(s) criança(s) ou jovem(ns) consigo); - Perceção parental do outro progenitor ou cuidador (competências e fragilidades do outro enquanto progenitor; relação dos filhos com este cuidador); - Em caso de divórcio ou separação conjugal, cuja comunicação entre os

	progenitores ou cuidadores é conflituosa, aproveitar o momento da entrevista individual para procurar os aspetos de (de)acordo relativamente à parentalidade e educação do(s) seu(s) filho(s) e as estratégias que se utilizavam nesses momentos
8) Historial judicial	8) Dinâmica familiar
- Se existem ou não processos em aberto e os detalhes desses processos.	- Comunicação, modo de expressão de afetos e responsividade, temas de conflito e sua resolução típica.
9) Dinâmica familiar	Data e assinaturas do técnico do CAFAP responsável pelo preenchimento do procedimento.
- Comunicação, modo de expressão de afetos e responsividade, temas de conflito e sua resolução típica	
10) Dinâmica conjugal	
- Relacionamentos anteriores e dinâmica dessas relações, qualidade dos antigos relacionamentos atualmente; - Relacionamento com o progenitor(a) ou cuidador(a): Como se conheceram, fase de namoro, decisão de união de fato/casamento, aspetos positivos e negativos no(a) progenitor(a), fontes de stress, ajuda e suporte mútuo, impacto da parentalidade na conjugalidade, início dos problemas no relacionamento e reconciliações; Violência na relação:	

<p>estratégias de resolução dos conflitos utilizados, ameaças ou agressões, descrição da pior situação, frequência e intensidade, na presença ou ausência da criança ou esta vem a tomar conhecimento posteriormente, reação da criança, impacto destes acontecimentos na criança, a criança também é ou foi alguma vez vítima;</p> <p>- Processo de separação ou divórcio (se aplicável): Iniciador do processo, alterações ao nível emocional, social, económico; quem comunicou à criança e como; reações da criança.</p>	
<p>11) Parentalidade</p>	
<p>- Auto perceção parental (Como se sente no papel de mãe/pai; o que é mais difícil e o que é mais fácil; o que lhe gera mau estar, raiva/irritação, frustração, ou gratificação; o que mudaria em si enquanto cuidador; relação da(s) criança(s) com ambos os cuidadores);</p> <p>- Perceção parental do(a) progenitor(a)/cuidador(a) (competências e fragilidades);</p> <p>- Áreas de acordo ou desacordo no casal relativas à educação (como é gerida a situação e como lida a criança com isso).</p>	
<p>Data e assinatura do técnico do CAFAP.</p>	

Entrevista familiar: percepção sobre a história de vida da criança ou jovem

A entrevista familiar pretende, junto dos pais ou outros cuidadores, compreender a sua representação relativamente ao(s) seu(s) filho(s) e compreender a significação dada aos vários momentos do desenvolvimento do(s) mesmo(s).

Ao analisar este procedimento chegou-se à conclusão de que existiam informações que já pertenciam ou faziam mais sentido noutros procedimentos. Assim, o primeiro ponto do procedimento inicial foi retirado, visto que repetia questões pertinentes de pertencer, por exemplo, no PIAF (como o genograma, por exemplo).

Considerou-se importante colocar as idades referentes a cada etapa da vida da criança ou jovem, de modo a orientar o pensamento dos pais e da técnica responsável pelo preenchimento do procedimento.

Na fase da infância, retiraram-se as questões relativas à saúde, tendo-se focado noutros aspetos que não se repetissem noutros procedimento e que fossem a relevo para o conhecimento do CAFAP.

Concluiu-se que era desnecessário manter o ponto “Queixas do agregado”, visto que se tornou premente compreender a percepção que os pais ou cuidadores têm das crianças ou jovens à sua responsabilidade e da educação que lhes dão. Deste modo, refletiu-se sobre que aspetos deveriam de ser realçados neste procedimento e, através das conversas intencionais, concluiu-se que seria importante os pais ou cuidadores expressarem-se sobre de que forma caracterizam a criança ou jovem no que diz respeito às suas características pessoais, afetivas e comunicacionais.

De seguida, foi manifestada a necessidade de se compreender, caso a família tenha essa disponibilidade, se a criança ou jovem foi exposto situações de *stress* mais elevado, de risco ou trauma, ou seja, qualquer situação de violência ou outro momento que possa ter marcado a criança ou jovem.

Por fim, refletiu-se sobre a importância de, nesta fase inicial, se compreenderem as primeiras questões relativas à parentalidade, nomeadamente as áreas de (des)acordo dos progenitores ou cuidadores e as respetivas estratégias adotadas pela família para lidar com essas situações. Deste modo, será possível compreender, numa primeira fase, de que forma a família ou o casal parental responde aos momentos de desacordo e o que conseguem fazer para ir ao encontro do que existe em comum nas suas perspetivas.

Procedimento inicial	Procedimento atual (datado de abril de 2019)
Família	
<ul style="list-style-type: none"> - Composição e genograma; - Habitação; - Atividades/Rotinas do agregado (dias de escola, feriados/fins-de-semana, dia de aniversário da(s) criança(s) ou jovem(ns); - Tarefas/Papéis de cada elemento do agregado. 	-----
1) Nascimento e primeira infância	
<ul style="list-style-type: none"> - Nascimento/parto: agendado ou não, participação do pai, internamento, apoio de familiares; - Primeira infância: sono; alimentação; linguagem; problemas de saúde; dificuldades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nascimento: significações que atribuem ao momento; - Primeira infância (0-3 anos): sono; alimentação; linguagem; problemas de saúde; dificuldades.
2) Infância (4-10 anos)	
<ul style="list-style-type: none"> - Creche/Jardim de infância/Escola: sono; alimentação; aquisição de valores – partilha, respeito pelo outro, etc.; ligação 	<ul style="list-style-type: none"> - Creche/Jardim de infância/Escola: sono; alimentação; aquisição de valores – partilha, respeito pelo outro, etc.; ligação

<p>aos educadores; desenvolvimento psicomotor;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Interações sociais; - Saúde: doenças, tratamentos, alguém apoiava o casal? 	<p>aos educadores; desenvolvimento psicomotor;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Interações sociais.
<p>3) Adolescência (a partir dos 11 anos)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> - Escola: rendimento escolar; assiduidade; comportamento; relacionamento com pares e professores; - Interações sociais: existência ou não de um grupo dentro ou fora da escola; atividades extracurriculares; relações amorosas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mantiveram-se as mesmas informações do procedimento antigo.
<p>4) Queixas do agregado</p>	<p>4) Caracterização atribuída ao filho</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Porque acham que estão aqui? - O que não está bem ou poderia estar melhor? (família, casal, filhos) 	<ul style="list-style-type: none"> - Características pessoais, afetivas, comunicacionais
<p>Data e assinatura do técnico</p>	<p>5) Situações de risco ou trauma a que o filho possa ter sido exposto</p>
	<ul style="list-style-type: none"> - Indicar qualquer situação de violência ou outro momento que possa ter marcado a criança ou jovem
	<p>6) Parentalidade</p>
	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas de (des)acordo dos progenitores ou cuidadores e respetivas estratégias para lidar com essas situações.
<p>Data e assinatura de quem preencheu.</p>	

PIAF

Através das conversas intencionais concretizadas com as profissionais do CAFAP e da observação participante, o PIAF era um dos procedimentos que se encontrava em desuso, uma vez que, segundo as técnicas, era demasiado extenso e tornava-se maçador para as famílias, não as colocando enquanto centro da ação. Os profissionais e as famílias tinham que seguir um guião de questões que, para além de se tornar intenso para os mesmos (devido à quantidade exaustiva de questões), iam além do que era pretendido com a intervenção nesta resposta social (como, por exemplo, as questões de saúde familiar com bastante pormenor, como saber o grupo sanguíneo dos membros da família ou do médico que fez parte do processo de acompanhamento em alguma situação de saúde de algum dos elementos).

As técnicas ainda reconheceram que existiam pontos no PIAF que não compreendiam e que era complicado para as famílias compreenderem o seu papel no PIAF. Assim, através de momentos de diálogo, debate e reflexão, foi concluído e considerado que o antigo procedimento do PIAF não tornava o processo de construção do mesmo perceptível e co colaborativo, sentindo-se a necessidade de o tornar mais conciso, mais prático, onde todas as perspetivas, opiniões e vivências das famílias são importantes para se ter em conta, focando as informações que realmente importam para a intervenção nesta resposta social.

Com o novo PIAF, pretendeu-se dar mais liberdade para a co-construção de conhecimento sobre a realidade familiar, através do diálogo, da partilha e da reflexão conjunta, apenas com perguntas-chave iniciais que permitissem guiar o pensamento dos intervenientes no processo de mudança. Do mesmo modo, focou-se em não repetir informações que existem noutros procedimentos de interesse para o processo individual de cada família, como o relatório das condições habitacionais, com informações pormenorizadas sobre a habitação da criança ou jovem sinalizado, ou na entrevista individual do cuidador ou conjunta dos progenitores.

Por conseguinte, também se pretendia tornar mais claro o que é pretendido em todos os pontos do PIAF, pelo que se reforçou a importância de se organizar a informação deste procedimento de outra forma, indo ao encontro do que é importante para a intervenção neste CAFAP e, ainda, segundo a nova Lei da Proteção de Dados Pessoais.

Procedimento inicial (18 páginas)	Procedimento atual (7 páginas) (datado de maio de 2019)
1) Identificação da família	
<p>- Informações detalhadas sobre a família (nome completo de cada elemento, idade, código postal, morada, conselho, distrito, naturalidade, localidade, telefone, telemóvel, nº do cartão de cidadão e validade, NISS, NIF, grupo sanguíneo, habilitações literárias, estabelecimento educativo, o centro de saúde onde é acompanhada a família, quem é o médico de família, nº do cartão de saúde, atividade profissional, entidade empregadora, contacto dessa entidade).</p>	<p>- Informações básicas sobre a família (procedimento ajustado à Lei da Proteção de Dados Pessoais: nome, parentesco à criança ou jovem, data de nascimento, escolaridade, se reside ou não com a criança ou jovem, se existe algum problema de saúde no(s) cuidador(es) que impeça a prestação de cuidados à criança ou jovem);</p> <p>- Genograma da família, tipo de família e fase do ciclo vital em que se encontra;</p> <p>- Entidade referenciadora e motivo da referência.</p>
2) Diagnóstico da situação atual	
<p>- Recursos da comunidade: Que outras instituições/entidades apoiam a família? Que apoios recebe? Qual o técnico</p>	<p>- Recursos da comunidade: A família é apoiada por outras instituições ou entidades? Em caso afirmativo, especificar</p>

<p>interlocutor? Que suporte familiar ou relações de vizinhança existem?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rendimentos e despesas do agregado familiar: fontes de rendimento do agregado familiar, despesas do agregado familiar) - Habitação: Qual o tipo de habitação em que reside a família? Quantas divisões tem a habitação? De que forma está organizada? Onde dorme a criança ou jovem? Que divisões tem a casa? - Saúde: Há problemas de saúde ou comportamentos aditivos na família? Quais? A criança ou jovem toma medicação? Se sim, com que efeito? Ao longo do desenvolvimento da criança ou jovem houve algum acidente que a tenha envolvido? Há elementos da família com doença psiquiátrica? Se sim, qual? Que acompanhamento foi concretizado? Que profissionais estiveram envolvidos? - Interação familiar: como são as interações intrafamiliares? Relação entre a criança ou jovem e os irmãos (descrever interações negativas e positivas). Qual o posicionamento dos pais face à relação entre os irmãos? Algum dos irmãos vive fora do contexto familiar? (identificar o irmão e indicar o motivo); Qual a situação conjugal dos progenitores? Escrever uma breve história de vida dos progenitores enquanto casal. Tendo existido separação 	<p>qual/quais; Suporte familiar ou relações de vizinhança: Indicar as principais relações que existem (Utilização do Eco-mapa: instrumento de avaliação já existente no CAFAP);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Interação intrafamiliar: Como são as interações familiares dentro da família? - Descrição geral da habitação; - Saúde (informações gerais caso exista algum acompanhamento médico atual na família).
---	--

<p>dos progenitores, qual a reação da criança ou jovem e dos irmãos? Com quem ficaram? Algum dos progenitores encetou novo relacionamento? Como é a interação da criança ou jovem com o(a) companheiro(a) do(a) mãe/pai ou de ambos? Qual é o tipo de família em que se enquadra a criança ou jovem? No caso da criança ou jovem estar numa família alargada ou comunitária, quem são os elementos que a compõem além dos progenitores e da fátoria?</p> <p>- Educação formal: A criança ou jovem frequente a escola? Justificar a resposta. A criança ou jovem frequenta ou frequentou o ensino pré-escolar? A criança ou jovem teve, em algum período, dificuldades de adaptação à escola? Se sim, porquê? A criança ou jovem gosta da escola? Porquê? A criança ou jovem beneficia de algum apoio ao estudo? Se sim porquê? Quem o proporciona? A criança ou jovem já repetiu algum ano? A criança ou jovem apresenta ou apresentou dificuldades de aprendizagem específicas? Se sim, quais?</p>	
<p>3) Diagnóstico do risco psicossocial da família</p>	
<p>- Fatores de risco discriminados por categorias (individuais, familiares,</p>	<p>- Quer os fatores de risco, como os de proteção são refletidos com a família, para</p>

<p>socioculturais, escolares, situações de crise e acontecimentos de vida), através de 70 questões;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fatores de proteção discriminados por categorias (individuais, familiares, socioculturais, escolares, situações e acontecimentos de vida), através de 37 questões. 	<p>que se escreva livremente os fatores que são de interesse para o processo de mudança da família, sem o guião de questões encontrados na versão anterior. Assim, através do diálogo com a família, dá-se espaço para que se possa co construir estas informações e que se reflita sobre as mesmas.</p>
<p>4) Potencialidades e fragilidades familiares</p>	
<p>Potencialidades familiares:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de reorganização familiar (comunicação e tomada de decisões); - Apoio de família alargada (união e suporte); - Competências familiares; - Interação familiar (vinculação aos filhos); - Resiliência familiar. <p>Fragilidades familiares:</p> <p>Realizar pequena avaliação que englobe os fatores: rendimento, desemprego, gestão financeira, saúde, relações familiares, relações sociais, isolamento, habitação, multiassistência.</p>	<p>Potencialidades e fragilidades:</p> <p>Foi considerado fulcral que existisse liberdade para se refletir com a família, à semelhança do ponto anterior, de modo a ajustar a informação partilhada à realidade de cada família. Assim, como mero auxiliar de raciocínio, refletiram-se sobre questões-chave para promover o diálogo:</p> <p>Potencialidades: O que mais gostam na vossa família? Como definem a vossa família? O que vos ajuda nos momentos de maior “stress familiar”?</p> <p>Fragilidades: O que mudaria na sua vida? Na sua família? O que vos preocupa?</p>

5) Objetivos a atingir pela família	
<ul style="list-style-type: none"> - Objetivo; - Responsabilidade por concretizar o objetivo; - Local; - Início e termo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Em conformidade com o que ficou estabelecido no acordo familiar (procedimento já existente na realidade do CAFAP); - Pergunta-chave: O que tem de acontecer para alcançar a mudança necessária? - Tabela: objetivos e responsabilidades de cada elemento da família
6) Atividades a desenvolver	
<ul style="list-style-type: none"> - Atividades; - Objetivo; - Recursos humanos envolvidos; - Data. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pergunta-chave: O que iremos/poderemos fazer ao longo dos nossos encontros neste CAFAP? Tabela: <ul style="list-style-type: none"> - Relativamente ao objetivo X; - Atividades/Estratégias a implementar relativamente a esse objetivo; - Frequência (semanal, mensal, outro).
7) Recursos a utilizar e apoios necessários	
<p>Tabela:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recursos e apoios; - Entidades/Pessoa responsável; - Data. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pergunta-chave: O que/quem iremos precisar, para nos ajudar nesta fase de mudança? Tabela: <ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos e/ou materiais; - Apoios necessários (escola, serviços do CAFAP ou de outras entidades).

8) Definição da intervenção, avaliação do processo e responsáveis

“Todos os dados constantes do Plano Integrado de Apoio à Família foram recolhidos e analisados com os clientes/utentes e técnicos envolvidos, que com ele concordam na íntegra, comprometendo-se a dar-lhe cumprimento.

A presente intervenção inicia a ___-___-____. Terá a duração de um ano, renovável pelo mesmo período, caso se justifique, e será alvo da avaliação após ___ meses; ___ meses; ___ meses e ___ meses.

A intervenção ficará a cargo de ----- (nome do técnico do CAFAP responsável), sendo o coordenador responsável pelo caso, de acordo com o definido na Portaria 139/13 de 2 de abril.”

- Local, data;
- Assinatura dos responsáveis pela criança ou jovem e nível de parentesco;
- Assinatura do técnico do CAFAP responsável; do gestor de caso ou outro profissional presente.

“Todos os dados constantes do Plano Integrado de Apoio à Família foram recolhidos e analisados, de forma presencial, com os elementos da família e com o(s) respetivo(s) técnico(s) do CAFAP envolvido(s), que com ele concordam na íntegra, comprometendo-se a dar-lhe cumprimento com vista a dar fim ao processo de sinalização a que foram sujeitos.

A presente intervenção inicia a ___-___-____. Terá a duração de um ano, renovável pelo mesmo período (caso se justifique) e será alvo de avaliação a cada 6 meses.

A intervenção ficará a cargo de _____ (nome do Técnico do CAFAP responsável), sendo o gestor responsável pelo caso, de acordo com o definido na Portaria 139/13 de 2 de Abril.”

- Local, data;
- Assinatura dos cuidadores da criança ou jovem e da Diretora Técnica do CAFAP.

Acordo Familiar

Quando surgiu a oportunidade de se analisar o acordo familiar, surgiu a questão de quando é que o acordo deve ser celebrado e assinado pelos intervenientes na intervenção, pelo que, após a reflexão conjunta sobre este tema e através da leitura e análise da informação partilhada na Portaria nº139/2013, de 2 de abril, chegou-se à conclusão que este surge antes da criação do PIAF, visto que este acordo é “onde se definem as responsabilidades das partes e os objetivos a atingir com a intervenção constantes do PIAF” (Portaria nº138/2013, artigo 18º, p.1945).

Através da análise do procedimento e das conversas intencionais concretizadas com as profissionais do CAFAP, concluiu-se que o acordo familiar antigo era muito impessoal, o que contradizia o carácter colaborativo que este CAFAP quer assumir na sua intervenção, onde se pretende promover o processo de mudança através de uma relação construtiva que abre para a solução. Assim, tornou-se importante colocar um texto introdutório que servisse de guia para a explicação daquilo que se pretende com este acordo e um parágrafo final a incentivar a participação da família, na tentativa de a aproximar à gestora de caso, incentivando para uma co colaboração na relação que se pretende criar.

Após os objetivos, surgiu a questão de como é que se poderiam definir os objetivos a seguir, se não existe a priorização daquilo que faz mais sentido para a família. Assim, as profissionais reconheceram esta necessidade, tendo-se criado uma área para priorizar os problemas identificados e, tal como é exigido na intervenção psicossocial com famílias, tornar a intervenção significativa para a família, onde ela se possa rever em todos os passos dados.

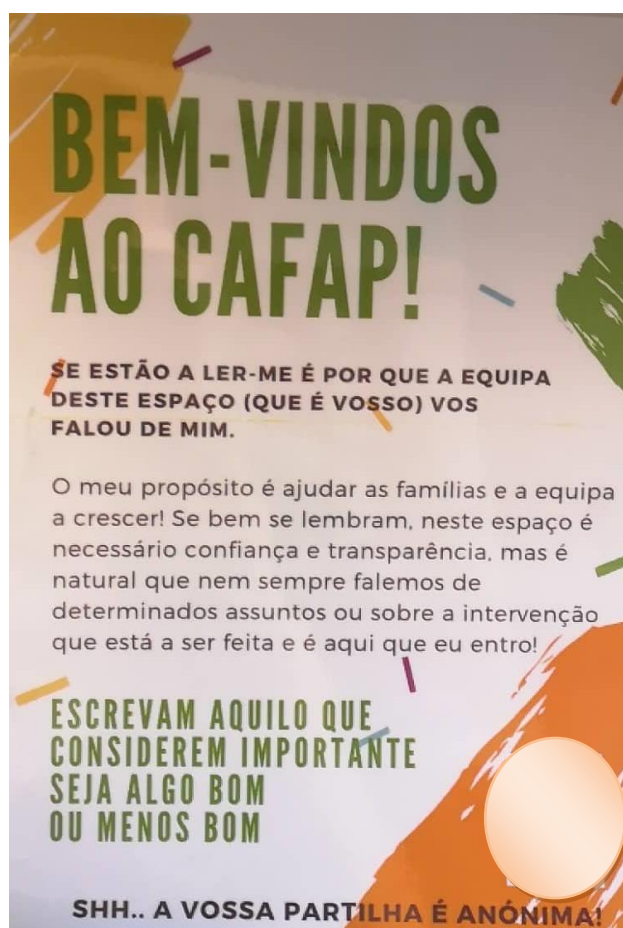
Tanto as responsabilidades dos intervenientes no processo de mudança, como as assinaturas finais do acordo, foram alteradas de modo a que a família surgisse em primeiro, com o objetivo de a colocar como principal responsável por si e pelo processo de mudança.

Por fim, antes de se assinar o acordo, surgiu a necessidade de existir um parágrafo que permitisse, através de uma linguagem acessível e construtiva, reforçar o quanto existe um trabalho co colaborativo entre a família e o CAFAP, onde existe o reforço do papel de cada um na intervenção, com especial realce para o da família, enquanto co facilitadora da mudança, cujas competências importam ativar, e o do CAFAP, o local onde essa mudança é ativada e promovida.

Procedimento inicial	Procedimento atual (datado de maio de 2019)
<ul style="list-style-type: none"> - Área para assinalar se é o acordo inicial ou o atualizado; - Nome da família; - Objetivos a atingir; - Identificação das responsabilidades das partes envolvidas (CAFAP e família); - Assinaturas do técnico e da família; - Data. 	<ul style="list-style-type: none"> - Área para assinalar se é o acordo inicial ou o atualizado; - Criação da nota introdutória: <i>“No presente acordo pretende-se formalizar o compromisso entre ambas as partes (técnicos do CAFAP e a família), no que diz respeito não só aos objetivos que se pretendem atingir ao longo dos próximos encontros, como também chegar a um consenso sobre as responsabilidades das partes envolvidas ao longo do processo. Assim sendo, iremos estipular os objetivos a atingir ao longo desde percurso, seguindo-se por pela organização daquilo que são as suas prioridades neste momento (consoante as suas necessidades) e, posteriormente, definiremos as responsabilidades das partes interessadas e envolvidas, de modo a assumirmos o nosso</i>

	<p><i>compromisso de uma forma informada e consciente.”</i></p> <ul style="list-style-type: none">- Objetivos a atingir;- Priorização dos objetivos;- Responsabilidades das partes envolvidas: família e o CAFAP;- <i>Parágrafo final: “Juntos iremos ter a oportunidade de trabalhar rumo a uma mudança que seja positiva para a família, tendo em conta o superior interesse e bem-estar da(o) criança/jovem. Deste modo, abaixo assinamos com a noção de compromisso perante o processo e com a vontade necessária para contribuir para a criação e descoberta de novas soluções para a família, sendo ela a verdadeira promotora da mudança necessária e o CAFAP o local onde se abrem novos caminhos para que a mudança seja possível.”;</i>- Assinaturas da família e do técnico do CAFAP;- Data.
--	--

J. FOTOGRAFIA DA CAIXA DE SUGESTÕES



K. FOTOGRAFIA DOS OBJETOS COLOCADOS NA SALA

É de realçar que embora estes objetos tenham sido colocados intencionalmente, o seu significado irá variar consoante os momentos com as famílias, não estando baseados meramente no significado dado pelas profissionais, mas sim adaptáveis ao que cada interveniente na intervenção poderá dar aos diferentes objetos.



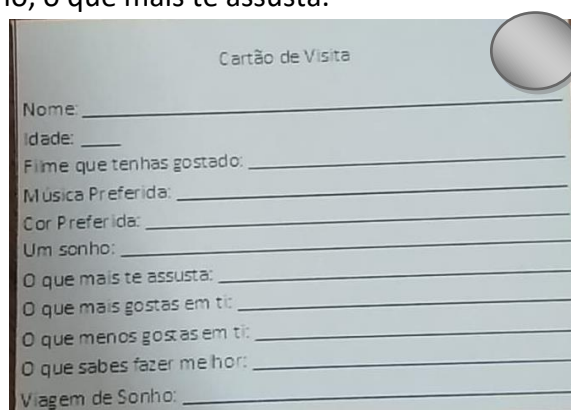
L. REGISTO DA ATIVIDADE DO “SLIME”

A atividade durou aproximadamente 1h30 e teve a participação de uma adolescente (convidada pela sua irmã), dois pré-adolescentes e duas crianças. A atividade foi dinamizada pelas profissionais do CAFAP.

Os objetivos iniciais para o encontro eram perceber de que forma poderiam funcionar estes grupos; compreender os gostos em comum dos participantes; compreender quais as dinâmicas que o próprio grupo criava ou apresentava; compreender, junto das crianças e jovens, a sua perspetiva do momento ali criado.

Houve um desconforto inicial por parte das crianças e jovens, visto que não se conheciam entre si na totalidade, mas todos demonstraram estar ansiosos pela atividade que os tinha trazido ao CAFAP. Foi sugerido a atividade inicial para se apresentarem. Esta atividade consistia em dizer o seu nome e através da primeira letra do seu nome, associar a algo de que gostam (utilizando o nome da mestrande: “Eu sou a Cindi e gosto de estar çalma”). Nesta atividade, foram feitas partilhas em que se conseguiu perceber alguns dos seus interesses: comida, andar a pé, imaginar e música, por exemplo. Esta atividade levou também a perceber que todos têm um gosto em comum: o futebol, sendo a atividade que gostariam de ver num próximo encontro.

Numa segunda parte das apresentações, perguntou-se se achavam boa ideia preencherem uns cartões com questões, que depois seriam partilhados com o resto do grupo, para descobrirem de quem se trata. Todos aderiram prontamente. Os cartões de visita tinham as seguintes informações: nome, idade, filme que tenhas gostado, o que mais gostas em ti, música preferida, o que menos gostas em ti, cor preferida, o que sabes fazer melhor, um sonho, viagem de sonho, o que mais te assusta.



Cartão de Visita

Nome: _____

Idade: _____

Filme que tenhas gostado: _____

Música Preferida: _____

Cor Preferida: _____

Um sonho: _____

O que mais te assusta: _____

O que mais gostas em ti: _____

O que menos gostas em ti: _____

O que sabes fazer melhor: _____

Viagem de Sonho: _____

Cartão de Visita

Nome: _____

Idade: 11

Filme que tenhas gostado: Rai Leonã 2019

Música Preferida: Ulad hot gang Indespombal

Cor Preferida: preta

Um sonho: Ir a Espanha

O que mais te assusta: A morte

O que mais gostas em ti: Ser o Super heroi

O que menos gostas em ti: ser gordo

O que sabes fazer melhor: Jogar futebol

Viagem de Sonho: Japão

Cartão de Visita

Nome: _____

Idade: 10

Filme que tenhas gostado: Seis dias

Música Preferida: HC qui

Cor Preferida: vermelha

Um sonho: Futebol

O que mais te assusta: filme de terror

O que mais gostas em ti: os meus pais e os amigos

O que menos gostas em ti: o meu nariz

O que sabes fazer melhor: jogar à bola

Viagem de Sonho: Seis dias

Cartão de Visita

Nome: _____

Idade: 16

Filme que tenhas gostado: Fronzen

Música Preferida: BTS

Cor Preferida: Branca

Um sonho: ser Auxiliares de infância

O que mais te assusta: das tempestades

O que mais gostas em ti: os meus olhos

O que menos gostas em ti: a minha barriga

O que sabes fazer melhor: quitar de férias

Viagem de Sonho: Brasil

Cartão de Visita

Nome: [Redacted]

Idade: 8

Filme que tenhas gostado: Vinem

Música Preferida: Me dá o telefone

Cor Preferida: azul amarelo

Um sonho: Ser Policia

O que mais te assusta: estar sem a minha mãe e Leo

O que mais gostas em ti: boca

O que menos gostas em ti: nariz

O que sabes fazer melhor: jogar à bola

Viagem de Sonho: de avião para ir a Espanha

Cartão de Visita

Nome: [Redacted]

Idade: 10

Filme que tenhas gostado: porco

Música Preferida: terra mota

Cor Preferida: azul

Um sonho: engenheiro

O que mais te assusta: morte

O que mais gostas em ti: coisas do

O que menos gostas em ti: ajudar a mãe

O que sabes fazer melhor: ir para casa

Viagem de Sonho: ir para casa

Chegada a altura de concretizar a atividade principal: o *Slime*, verificou-se que o grupo aderiu positivamente, demonstrando, no geral, grande cooperação e diversão ao longo da tarefa. Porém, os elementos mais novos demonstraram-se mais agitados e menos satisfeitos, devido à dificuldade em realizar a tarefa de forma eficaz. Os elementos mais velhos mostraram ter motivação suficiente para concretizar a tarefa e motivaram os colegas. Grande parte manifestou sentir-se relaxado e com vontade de prosseguir na tarefa (exceto os mais novos). Foi necessário algum reforço positivo por parte das dinamizadoras para que o grupo não perdesse a motivação, tendo existido

um momento de reflexão sobre as emoções que se iam manifestando durante a atividade.

Observando cada participante, concluiu-se que:

→ Rapaz, A., 8 anos: estava em êxtase por querer fazer o *slime* e desvalorizou as primeiras atividades. Teve um comportamento inesperado (do que a gestora de caso – educadora social – conhecia dele), adotando uma postura crítica perante os alguns dos presentes na sala (reforçou a condição física de um dos rapazes, quando o C. partilha no cartão de visita que isso é o que menos gosta em si; tenta gozar com uma das raparigas do grupo, quando ela refere que gosta de jogar futebol, referindo que “as meninas não jogam futebol” – ambas as situações foram conversadas com o grupo). A criança partilhou que se estava a sentir triste por não estar a conseguir fazer o *slime*, mas com o continuar da tarefa ele passou a pedir ajuda e entusiasmar-se de novo.

→ Rapaz, V., 9 anos: Manifestou uma maior agitação quando chegou a altura de manusear o *slime*, partilhando que lhe fazia confusão mexer no mesmo e não estando a conseguir cumprir com o objetivo da tarefa, mesmo tendo sido motivado a tal. A partir deste momento, não voltou a sentar-se na mesma, mexendo em vários objetos da sala, aos saltos, caminhando, etc. Durante esta fase de agitação, o mesmo refere que “Estou farto de aqui estar” e que “Isto é uma seca”. Para a fase final da sessão, o V. foi buscar a ampulheta, brincando com a mesma e permitindo que a mestrande se sentasse com ele e conversasse sobre o objeto. O V. refere que este objeto é importante para ele por simbolizar o tempo e que em casa não tem, mas se tivesse era bom “Para poder contar o tempo que a minha mãe demora até chegar à mesa”. A criança não quis desenvolver mais o assunto, mas conversar e observar como a areia caía dentro da ampulheta acalmou o V., tendo chegado logo a sua mãe para o ir buscar.

→ Rapariga, I., 10 anos: Inicialmente estava retraída, embora tivesse uma postura crítica quando alguém expunha alguma ideia com a qual ela não concordasse (tanto verbalizava em voz baixa, como demonstrava pela sua

postura de que não concordava). Durante a atividade do *slime*, estava muito protetora e cooperante com os seus colegas. Sempre que surgia algum comentário menos positivo por parte de algum elemento do grupo, era a primeira a defender o outro e a ajudar aquele que mais precisasse. A I. demonstrou-se muito disponível para ajudar o C..

→ Rapaz, C., 11 anos: Manteve-se tímido ao longo de todo o encontro. No entanto, notou-se uma mudança gradual no mesmo, passando a estar mais disponível para a interação e socialização, principalmente com a mestrande e com a I.. Foi o primeiro a partilhar a sensação de relaxamento quando mexia no *slime*, o que motivou o resto do grupo a partilhar o que sentia de seguida. Colaborou sempre quando lhe pediam ajuda e pediu ajuda à I. quando assim precisou.

→ Rapariga, M., 16 anos: Apareceu para a atividade por convite da sua irmã, I.. Colaborou, esteve sempre calma e comunicativa, principalmente com a irmã. Foi quem descobriu “a mistura ideal” para que o *slime* resultasse de verdade. Quando surgia algum momento menos agradável entre os mais novos, ela intervinha e tentava que, por exemplo, o A. se colocasse no lugar do Outro, “Já pensaste que ele pode sentir-se mal com isso?”. Os restantes elementos demonstraram grande respeito pela M..

De um modo geral, pensando na continuidade destes encontros, as profissionais reconheceram que estes momentos poderão permitir abordar temas que os preocupam ou aliciam (como medos ou gostos em comum). A educadora social realça que “eles sem saberem foram o suporte uns dos outros e isso é essencial: serem um verdadeiro apoio, sentirem-se companheiros e em companhia. Esses benefícios são uma mais valia para conseguir criar algo com eles e ajudá-los a crescer perante os seus pares”.

M. CALENDARIZAÇÃO DAS AÇÕES 2 E 3

J. – “JULINHO”; C. – “CRISTINA”

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setem- bro	Outu- bro
1				C.				J.		
2										J.
3			C.	J.						
4		J.				J.				
5										
6										
7		F. (pai do J.)								
8								J. C.		
9										J.
10										
11		VD								
12						J.				
13										
14	C.									
15				J. C.			C.			
16				J.			VD			
17						C.				
18		J. (individual) C. (individual)								
19			J.							
20					C.					
21	C.				J.	J.				
22										
23										J.
24										
25						C.			J.	
26		J.	J.							
27		V. (irmã do J.)			VD					
28					J.					
29	Reunião na escola do J.									
30										
31										

Datas das sessões	Plano da Ação 2
04/02/2019	- Conversas intencionais para se conhecer o “Julinho” e dar o conhecer o CAFAP
18/02/2019	- Conversas intencionais para se conhecer o “Julinho”
26/02/2019	- Conversas intencionais sobre a rede de suporte familiar do “Julinho” (elaboração do Eco-mapa)
	- Exploração da sua situação escolar
19/03/2019	- Conversas intencionais sobre a importância de se colocar no lugar dos outros, de pedir ajuda e de se comunicar de forma assertiva (utilização do <i>role-play</i>)
26/03/2019	- Conversas intencionais sobre a sua mudança para casa do avô materno, sobre a sua situação escolar e sobre a sua percepção dos momentos no CAFAP
03/04/2019	- Conversas intencionais sobre o conceito de Cidadania (por conseguinte a um trabalho da escola, para explorar esse conceito)
16/04/2019	- Atividade “A linha da vida” - Conversas intencionais sobre a importância de exprimir os sentimentos - Conversas intencionais sobre a importância de se colocar no lugar dos outros
21/05/2019	- Atualização do ponto de situação do “Julinho” na sua vida e na escola - Atividade “Eu sou, eu não sou, eu penso que sou”. Exploração das características: “Honesto” e “Indeciso”
28/05/2019	- Atividade “Eu sou, eu não sou, eu penso que sou”. Exploração das características: “Preguiçoso”, “Otimista”, “Divertido”, “Teimoso”, “Alegre”, “Simpático” e “Vingativo” - Conversas intencionais sobre como pode ajustar as características às diversas situações do dia-a-dia, ao analisar diferentes soluções para os conflitos - Conversas intencionais sobre a importância de pedir ajuda - Conversas intencionais sobre a importância de se colocar no lugar dos outros

04/06/2019	<ul style="list-style-type: none"> - Exploração da perceção que o “Julinho” tem da sua relação com a “Cristina” - Conversas intencionais sobre como pode melhorar a confiança e reciprocidade entre si e a sua mãe
12/06/2019	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade “Eu sou, eu não sou, eu penso que sou” Exploração das características: “Ciumento”, “Calmo”, “Ansioso”, “Tímido”, “Preocupado”, “Respeitador”, “Comunicativo” - Conversas intencionais sobre como pode ajustar as características às diversas situações do dia-a-dia, ao analisar diferentes soluções para os conflitos - Conversas intencionais sobre a importância de exprimir os sentimentos - Conversas intencionais sobre a importância de se colocar no lugar dos outros - Organização das características do “Eu sou”, nas que mais/menos gosta e nas que são mais/menos evidentes na sua personalidade
21/06/2019	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade “Menu das características” - Conversas intencionais de quais soluções existem para que o “Julinho” se ajuste a diversos momentos de conflito - Conversas intencionais sobre a importância de pedir ajuda
01/08/2019	<ul style="list-style-type: none"> - Ponto de situação pessoal e familiar
25/09/2019	<ul style="list-style-type: none"> - Ponto de situação pessoal, familiar e escolar
02/10/2019	<ul style="list-style-type: none"> - Como tem gerido o seu tempo entre a escola, amigos e família - Como se tem sentido ultimamente - Adaptação da atividade “The key” (Lowenstein, 2011, p.17): abrir três portas, da felicidade, do sonho e do medo
09/10/2019	<ul style="list-style-type: none"> - Começo da passagem de caso: o “Julinho” tem o primeiro contacto (em contexto de atendimento) com a educadora social. Já tínhamos organizado contactos prévios do jovem com a educadora social - Avaliação de produto
23/10/2019	<ul style="list-style-type: none"> - Continuação da passagem de caso - Avaliação de produto

Datas das sessões	Plano da Ação 3
14/01/2019	- Conversas intencionais para conhecer a “Cristina” e clarificar o papel do CAFAP no acompanhamento à família
21/01/2019	
18/02/2019	- Conversas intencionais para conhecer a percepção da “Cristina” relativamente ao seu filho e à relação de ambos
03/03/2019	- Exploração das preocupações da “Cristina” - Conversas intencionais sobre a rede de suporte da “Cristina” e sobre outros pormenores para se conhecer melhor a família e as respetivas relações
01/04/2019	- Atualização da situação escolar do “Julinho” - Conversas intencionais para se explorarem as regras, os limites e as recompensas na educação do “Julinho”
20/05/2019	- Conversas intencionais para facilitar a exploração do autoconceito da “Cristina” e da sua perspetiva da situação atual - Conversas intencionais sobre que recursos e soluções poderão existir para que a “Cristina” passe mais tempo com o filho e para melhorar a sua situação atual
17/06/2019	- Conversas intencionais sobre o ponto de situação familiar, da importância do papel da “Cristina” na vida do “Julinho”, procurando diferentes soluções para a sua situação atual - Conversas intencionais para facilitar a exploração do autoconceito da “Cristina”
25/06/2019	- Conversas intencionais para facilitar a exploração do autoconceito da “Cristina” e da sua perspetiva da situação atual
15/07/2019	- Exploração de questões trazidas pela “Cristina” relativamente à história familiar da sua família

Outros momentos das ações 2 e 3	Conversas intencionais noutros momentos do acompanhamento da “Cristina” e do “Julinho”
29/01/2019 Reunião na escola do “Julinho”	- Conhecer a família Silva
07/02/2019 Atendimento com o pai do “Julinho”	- Conversas intencionais sobre a sua perspetiva dos elementos da família e do seu papel perante o “Julinho”
11/02/2019 Visita domiciliária a casa do “Julinho” e da “Cristina”	- Conversas intencionais sobre a dinâmica familiar
27/02/2019 Atendimento com a V.	- Conversas intencionais para se conhecer a sua perspetiva da família e do seu papel na vida do “Julinho”
15/04/2019 Atendimento com a “Cristina” e o “Julinho”	- Conversas intencionais sobre a relação entre mãe-filho
27/05/2019 Visita domiciliária a casa do avô materno do “Julinho”	- Conversas intencionais sobre questões relativas ao desenvolvimento de competências parentais
16/07/2019 Visita domiciliária a casa da V.	- Conversas intencionais para compreender o ponto de situação do “Julinho” nesta nova fase em casa da irmã
08/08/2019 Atendimento com a “Cristina” e o “Julinho”	- Conversas intencionais sobre as férias do “Julinho” e eventuais atividades que poderá frequentar em setembro

N. CONCLUSÕES DA ATIVIDADE “EU SOU, EU NÃO SOU, EU PENSO QUE SOU”



Após explorarmos o significado de todas as características do “Eu sou”, a mestranda pediu ao “Julinho” que dividisse essas características no que mais gosta nele e que menos gosta nele, de modo a compreender a sua perspectiva e conseguir-se, numa sessão posterior, acrescentar a atividade seguinte, do “Menu das características”. Tendo concluído o seguinte:

→ Características que mais gosta: Alegre, divertido, comunicativo, otimista, simpático, honesto, indeciso, esquecido (aqui refere que é divertido ser-se esquecido, porque vê as pessoas a irritarem-se com o esquecimento dele), calmo e respeitador.

→ Características que menos gosta: Aqui o “Julinho” fez questão de realçar que estas são as características que “eu não queria mesmo nada ser” (“Julinho”). Nomeadamente: preguiçoso, preocupado, teimoso, vingativo, ansioso, ciumento e tímido.

Deste raciocínio, a mestranda pediu para ele identificar as características que ele sente que surgem com maior e menor frequência:

→ Características que estão mais presentes: Aqui o jovem preferiu referir-se a esta parte como as características “que tenho sempre comigo”. Nomeadamente: Alegre, divertido, comunicativo, otimista, simpático, honesto, indeciso, esquecido, calmo.

→ Características que estão menos presentes: Respeitador, teimoso, vingativo, ciumento e tímido.

Através do raciocínio do jovem, deu-se início à atividade do menu das características (através das características de que “não queria mesmo nada ser” (“Julinho”) e refletindo sobre como pode atenuar ou mudar isso em si). No entanto, tal como referenciado no relatório, não se conseguiu progredir no mesmo devido à falta de assiduidade de “Julinho” a partir do momento em que o avô falece e vai morar com a V. durante as férias.

O. Avaliação do produto: discurso das profissionais

A avaliação do produto ocorreu durante diversos momentos do mês de setembro, por escrito, devido à incompatibilidade de horários existente para acontecer uma única reunião com esse fim.

Numa fase inicial da avaliação do produto, a Diretora Técnica refere que “O facto de contarmos com a mestrandia que, desconhecendo o que era o CAFAP, necessitava de ver respondidas algumas questões, contribuiu para que se fizesse frequentemente uma análise do trabalho desenvolvido e a desenvolver, numa perspetiva mais ampla e multidisciplinar.”

Das partilhas concretizadas pelas profissionais, foi possível compreender que o projeto “REFLET(IR)”, sendo um projeto de Educação e Intervenção Social, fez sentido no contexto de CAFAP. Tal como afirma a educadora social, “A meu ver, o projeto foi uma mais-valia a todos os níveis para o CAFAP. Senti que foi a locomotiva da mudança, a visão interna, mas externa que nos foi permitido ter. A obrigatoriedade de nos despirmos de tudo e de pensar que o outro é alguém que merece ser ouvido e tido em consideração mesmo que nos sintamos esgotadas ou desmotivadas. O desenvolvimento do projeto deu-nos a força de pôr realmente em prática ao invés de idealizar sem definir metas”. Ou como afirma uma das psicólogas, a participante mais recente do projeto, “Apesar de ter iniciado funções quase na reta final deste projeto, de modo geral, considero que o mesmo poderá ter sido bastante útil tanto a nível pessoal como profissional dos colaboradores envolvidos no mesmo”.

A Diretora Técnica afirma que o projeto “REFLET(IR)” “veio trazer um novo alento à Equipa Técnica. Daí que a equipa tenha passado por momentos de reflexão e de questionamento relativamente aos procedimentos, metodologias, estratégias e dificuldades inerentes à intervenção com as famílias. A dinâmica do CAFAP, a forma como foram acolhidos novos casos e a necessária partilha de perspetivas e opiniões profissionais sofreram diversas alterações”. A outra psicóloga do CAFAP também refere que o projeto trouxe

um contributo positivo, visto que embora já tenha identificado alguns problemas anteriormente ao desenvolvimento do projeto, nunca tinha conseguido reunir a força e motivação necessária para alterá-las, “Quando entrei aqui, no CAFAP de 2015, não percebia o que isto era. Tínhamos poucos processos que eram geridos sob a teoria do nada/alguém e eu contribuía para essa identidade destorcida deste lugar maravilhoso! O início da formação na Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar foi o primeiro passo para perceber isto, para ganhar orgulho no que poderíamos fazer e foi o meu primeiro passo para tentar criar a autorreflexão, autocrítica e vontade de transformar/melhorar nas minhas colegas. Sem sucesso... No entanto, teres trazido o projeto de ação participativa permitiu que as conversas intencionais chegassem a vários dos problemas que eu já sentia há anos. Foi o segundo passo. Primeiro envergonhada, depois assumindo os problemas, lá fui falando contigo. E ainda bem. Deu-se luz a problemas que eu conhecia, mas também a outros quantos que eu nunca chegaria. Deu-se luz também à forma de chegar a colegas de equipa mais... complicadas e de nos pôr às 3, às 4 ou às 5 atentas às necessidades do CAFAP e das suas famílias”.

No que concerne aos aspetos mais específicos da intervenção, a Diretora Técnica afirma que “o contributo do projeto revelou-se também fundamental para a criação de novos instrumentos de trabalho e novas práticas”. Pelo que a educadora social concorda e partilha que, “As barreiras que podiam existir com as famílias estão talvez mais invisíveis, há outra proximidade na medida em que podemos recorrer aos objetos e, através do simbolismo, adaptar a linguagem e reconhecer também a interpretação que os outros lhe dão. Com a realidade já tão avassaladora que as famílias têm, temos de nos saber reinventar toda a vez que for necessário pois formamos uma equipa com as famílias e o nosso objetivo é que tudo acabe bem. Não nos podemos esquecer da importância da equipa multidisciplinar, pois o conhecimento nunca é demais e às vezes é necessário explorar outros autores que melhor se debruçam sobre determinado assunto. Sinto que quem vier consegue facilmente perceber aquilo que nos move e deve mover uma equipa de

CAFAP. Não temos kits, não curamos feridas, mas ajudamos a reestruturar, a reerguerem-se, a sentirem que não estão sós. Não fazemos milagres, mas ajudamos a melhorar a sua vida. E acho que foi uma das coisas mais importantes que aprendi: não depende de nós, nem temos de definir nós os objetivos, pois os objetivos das famílias poderão ser outros e é isso que tem de ser o foco”.

Uma das psicólogas acrescenta que “Considero que o projeto permitiu uma estruturação e concretização do trabalho realizado por este CAFAP, tendo construído ferramentas (como o manual de intervenção) que podem servir de guia para as práticas dos profissionais. Este aspeto pode ser fundamental para novos técnicos que não tenham experiência na área, bem como na possibilidade de apresentar este serviço de forma mais concreta aos restantes serviços ou famílias. No que respeita à intervenção mais colaborativa, este projeto pode ter sido um bom início de um longo caminho que este CAFAP ainda tem a percorrer e que, certamente, irá ter continuidade após o seu término”. A Diretora técnica do CAFAP corrobora e acrescenta que “daquilo que pude presenciar e que observei diretamente, o CAFAP tornou-se mais próximo das famílias, mais “cuidado” e rigoroso. Mais metódico, mais organizado em termos de ideias e permanentemente em avaliação. Quando discutidos os casos, há agora uma preocupação acrescida sobre os resultados da intervenção e de que forma as famílias, ou as crianças ou jovens, estão a beneficiar das sessões no CAFAP”.

A outra psicóloga corrobora e diz: “Quanto à reestruturação da intervenção, estou envolvida e mantenho a motivação. A intervenção tornou-se mais colaborativa no sentido em que a atitude das profissionais já é diferente! A caixa tem muito potencial e os objetos que estão na sala de atendimentos também. Ainda bem que eliminámos o kit solucionador de todos os problemas, mas ainda bem, principalmente, que devagarinho tentamos eliminar a atitude solucionadora de todos os problemas daqui para fora! Isso é a verdadeira revolução e o verdadeiro crescimento que o CAFAP necessita. Ainda acho que é difícil para nós de considerar o Outro o

especialista da sua vida, nomeadamente em famílias com baixa escolaridade. Novo desafio”.

Neste sentido, ao fazer-se referência às iniciativas que foram colocadas em prática durante o desenvolvimento do projeto, a educadora social acrescenta que “Com esta reestruturação sinto que é mais fácil focarmo-nos no que realmente é prioritário à família. São elas as principais interessadas e deve partir delas as dificuldades sentidas. Depois disso é mais fácil para a equipa definir estratégias em conjunto com a própria família e motivar todos para a eficiência. O projeto veio aproximar-nos ainda mais das famílias, principalmente com a criação da caixa que nos permite reconhecer lacunas que podem estar a causar o afastamento ou desvalorização de todo o nosso trabalho. Consoante há aspetos positivos que estão a permitir a evolução da família, também haverão certamente aspetos que elas valorizam no acompanhamento que lhes prestamos e isso permitirá projetar o futuro de outra forma. O facto de podermos ter a opinião das famílias irá permitir reinventar ou reestruturar a nossa forma de atuar e isso será essencial para todos. Não há uma chave para o sucesso, assim como não há nenhuma família igual e por isso é prioritário valorizar a unicidade de cada um e tentar adaptar a intervenção de acordo quem temos diante nós”.

O projeto “REFLET(IR)” veio contribuir para realmente conscientizar para uma nova forma de pensar e de agir, pelo que a Diretora Técnica “com o projeto as profissionais tiveram a oportunidade de se auto questionar e de se posicionar perante os desafios que as próprias famílias representam, para si próprias e para o que se espera do CAFAP. Dessa introspeção conjunta, da partilha constante e de uma atitude mais crítica e pensada sob várias perspetivas, surgiram novas ideias, novas atividades, novas formas de abordar as famílias em acompanhamento”.

Uma das psicólogas afirma que “contribuiu para o meu hábito de autorreflexão e autocrítica de forma muito positiva, quanto mais não seja porque desta vez, nesta equipa, em 6 (ou 8) de que já fiz parte desde que comecei a trabalhar, finalmente não sou a única que questiona, que critica e

que quer aprender a fazer diferente”. A outra psicóloga corrobora e acrescenta que “No que respeita às práticas de cada elemento do CAFAP, sou da opinião que o projeto contribuiu para o seu questionamento e consequente reflexão, por forma a motivar uma melhoria do serviço prestado. Permitiu que cada elemento se envolvesse na definição e reestruturação da intervenção, visto que era uma necessidade identificada, acabando por sentir este projeto também como seu. O projeto motivou ainda o grupo no sentido de participação no grupo de práticas reflexivas, o que contribui ainda mais para o processo de reflexão, o que tem sido benéfico para o mesmo, promovendo o seu potencial de aprendizagem”. Em seguimento à ideia do grupo das práticas reflexivas, a outra psicóloga refere que foi “um passo determinante na procura de uma intervenção consciente, seja da presente equipa do CAFAP ou de futuras. Apesar de termos começado "ainda agora" a participar, penso que será um bom momento para fazer uma pausa no engrenar de interações/venções que fazemos no nosso dia-a-dia. Só vejo vantagens em continuar. Estou habituada a participar em momentos de grupo de formação técnica, mas não em momentos de reflexão que tenho individualmente com terapeuta e supervisora individual, portanto isso é um desafio para mim: absorver a interação reflexiva/emocional em grupo e aproveitá-la para o meu crescimento profissional/pessoal”.

A Diretora Técnica, por sua vez, refere que tendo em conta todas as mudanças conseguidas com o projeto, “que são bastante significativas e que se refletem no modo como as famílias entendem o CAFAP e as relações estabelecidas com a Equipa Técnica, o desenvolvimento do Projeto contribuiu para promover a reflexão e a mudança.”

Para além do que foi referido no corpo do relatório, segundo as profissionais, esta conscientização também se verificou, em parte, na família Silva (ações 2 e 3), onde, por exemplo, houve uma mudança na forma de pensar da “Cristina”, olhando para o “Julinho” numa outra perspetiva, “a meu ver o projeto permitiu à “Cristina” dar uma oportunidade ao filho quando todos teimavam em apontar o dedo de alguma forma. Como mãe, deve ser

muito difícil ouvir críticas sobre aquele por quem tentamos fazer o melhor (o filho). Afinal um filho é a representação da educação que levou e ouvir críticas é pôr em causa tudo o que fizeram por ele. Com o projeto ela pôde perceber que o “Julinho” é mais do que aquele aluno, mais do que uma nota negativa ou um comportamento menos bom. É o filho dela e cabe-lhe gerir o seu tempo para dar um pouco de si a quem tanto ainda precisa dela. Ambos tiveram a oportunidade de se descobrirem com a tua ajuda. Ambos puderam conhecer aquilo que têm de bom e ver isso valorizado por ti. Certamente que ambos aprenderam a ver o outro lado da moeda e a ver a vida de forma mais positiva” (educadora social). Em seguimento ao que a educadora social partilha, uma das psicólogas acrescenta que o projeto foi importante para “acolher e responsabilizar simultâneos de uma mãe que vive a maior parte do tempo em piloto automático gerido pelas suas inseguranças/dificuldades de infância/adolescência. Acrescentando ao que disse a minha colega, a tentativa de abrir horizontes à mãe que, apesar de se sentir revoltada e triste com a imagem que a escola tem do filho, não se apercebia do seu real valor enquanto mãe para melhorar isso na vida do filho”.

A outra psicóloga concorda com o parecer das colegas, acrescentando que “A intervenção que foi feita foi bem estruturada e os objetivos foram definidos, de acordo com as necessidades sentidas, pela família e pelas técnicas que acompanhavam o processo. Apesar de terem havido alguns obstáculos à concretização dos mesmos, como a recente dificuldade em manter contactos com a família, houve ganhos para o agregado familiar. No que se refere à “Cristina”, ela terá percebido a necessidade de perspetivar-se de outra forma enquanto mãe e de estar mais presente na vida do filho, não obstante todas as exigências da vida dela. No que se refere ao “Julinho”, ganhou capacidade para refletir acerca dos seus pensamentos e comportamentos, o que se poderá verificar em comportamentos mais adequados, por exemplo na escola. No entanto, é preciso mais tempo para avaliar”.

No geral, as profissionais concordam que o projeto promoveu um grande espírito de autoquestionamento e que envolveu a reflexão e a análise de uma forma positiva, "O projeto foi colaborativo e catalisador da mudança no CAFAP e suas gentes. Vimos as fragilidades, as capacidades, as potencialidades e as ameaças. Não se julgou, mas questionou. Não se esqueceu e promoveu" (uma das psicólogas). A educadora social termina, referindo que "cada dia é novo e cheio de mil e uma questões e de outros tantos acontecimentos que nos transformam sucessivamente... é através da reflexão e da partilha que nos construímos e tornamos melhores. É esse o papel do CAFAP: facilitar as relações e atribuir significados ao que realmente é significativo. Nem tudo está ao nosso alcance, mas a mudança parte sempre de cada um e da entrega que dão".

P. REFLEXÃO SOBRE A FALTA DO PIAF NO ACOMPANHAMENTO DA FAMÍLIA SILVA

A chegada da família Silva ao CAFAP acompanhou a fase de reestruturação da intervenção do CAFAP, logo, considerou-se pertinente utilizar os procedimentos novos para completar o acompanhamento da família. Contudo, visto que a alteração dos procedimentos, até se chegar à versão final, demorou algum tempo e pela dificuldade que existiu em conseguir estar com a “Cristina”, acrescido à dificuldade em conseguir gerir os seus horários para juntar os dois (“Cristina” e “Julinho”) no CAFAP não se conseguiu concretizar o PIAF.

As profissionais e a mestranda questionaram-se sobre se terá sido o mais acertado ter-se aguardado pela reformulação da intervenção para avançar com o PIAF e outros procedimentos no acompanhamento da família Silva. Tendo sido também considerados todos os fatores envolvidos na própria família que vieram a verificar-se como condicionantes para avançar com os procedimentos normais do acompanhamento prestado. Assim, em retrospectiva, considerou-se que os procedimentos alterados foram os mais importantes para a intervenção futura do CAFAP e, tendo em conta os anteriores, poderia não ser vantajoso para a família participar na elaboração de procedimentos que não estavam coerentes com o percurso que iam ter durante o acompanhamento.

Em maio, a então gestora de caso deixa de colaborar com o CAFAP e com a definição da nova gestora de caso em julho, uma vez que se estava a redigir o manual de intervenção, ponderou-se organizar a intervenção em agosto com a família Silva tendo em conta essa reestruturação e de modo a ficar com o processo já de acordo com as novas diretrizes. Assim, pretendia-se dar tempo para a nova gestora criar relação com a família e, após essa fase a mestranda manteria as sessões individuais com o “Julinho” e a psicóloga acompanhava a “Cristina”, para se irem intercalando sessões em família com os quatro presentes em sala. Assim dar-se-ia o mês de julho e agosto para se

compreender quando se deveria apostar nas sessões familiares e se esta organização faria sentido.

No entanto, isto nunca aconteceu, devido à falta de disponibilidade da “Cristina” que coincidiu, também, com a falta de assiduidade de “Julinho” no CAFAP. Outra questão que também dificultou juntar a família Silva, foi o facto de o “Julinho” estar a morar com a V.. Isto porque, embora a “Cristina” mantivesse contacto regular por telefone com o filho, não estava presente na casa de V., devido à pressão que estava sujeita por parte da sua mãe e irmãs que, sendo que a “Cristina” partilhava que caso ela pedisse ou referisse que precisava de ir ver o filho, a sua mãe e irmãs reagiam mal e insultavam-na, afirmando “nem percebo como é que o teu filho de pode ser retirado”. Esta questão familiar e a pressão existente por parte da fátria da “Cristina” e da sua mãe, fragilizava-a imenso e, desde o verão, que a sua presença na vida de “Julinho” foi dificultada.

Devido ao projeto e no que ao PIAF diz respeito, foi possível acautelar alguns dos elementos que iram constituir o mesmo, tal como a concretização do genograma, a consciencialização da fase do ciclo vital em que se encontram e refletir sobre os desafios que poderiam encontrar e a definição e organização de objetivos para a família, conversando com os mesmos sobre as suas potencialidades e fragilidades. Aqui, considerou-se que, mesmo não se tendo elaborado o PIAF formalmente, houve oportunidade de compreender com a família aspetos que poderão, futuramente, pertencer ao PIAF que será elaborado com a mesma.

Até à data do final do projeto, não se conseguiu voltar a marcar atendimento a família Silva. Assim, não foi possível ter o seu parecer relativamente ao projeto nesta fase final, nem criar o PIAF formalmente, mas, tendo em conta o seu percurso ao longo dos meses de desenvolvimento do mesmo, foi possível verificar que se foi acautelando determinadas questões que são importantes para a intervenção futura e, ainda, conseguiram criar um caminho que fez sentido para si.

ANEXOS

ANEXO A - CONSENTIMENTO INFORMADO

Consentimento informado para participação num projeto de intervenção social (Equipa técnica)

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os/as mestrandos/as concebem e desenvolvem um projeto de investigação-ação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

A mestranda Cindi Pedroso Santos foi acolhida na Associação [REDACTED], para o desenvolvimento do projeto no Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP). O envolvimento de profissionais, famílias e de crianças/jovens é voluntário, podendo cada pessoa decidir não participar, em qualquer momento do desenvolvimento do projeto.

A mestranda elaborará um relatório escrito sem qualquer dado pessoal, que será avaliado e que estará disponível *on-line*, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas.

Garante-se que a informação é confidencial, mantendo-se o anonimato e não sendo divulgados os dados pessoais dos participantes nem o nome da Associação. Este documento, que tem o nome das participantes, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso pelo prazo de cinco anos.

Agradece-se, desde já, a sua participação e, caso concorde em participar no projeto, solicita-se que assine este consentimento.

Confirmo que li e compreendi a informação apresentada e que tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com a mestranda. Aceito participar no projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social.

Assinaturas, local e data

Consentimento informado para participação num projeto de intervenção social (Família Silva)

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os/as mestrandos/as concebem e desenvolvem um projeto de investigação-ação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

A mestranda Cindi Pedroso Santos foi acolhida na Associação [REDACTED], para o desenvolvimento do projeto no Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP). O envolvimento de profissionais, famílias e de crianças/jovens é voluntário, podendo cada pessoa decidir não participar, em qualquer momento do desenvolvimento do projeto.

A mestranda elaborará um relatório escrito sem qualquer dado pessoal, que será avaliado e que estará disponível *on-line*, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas.

Garante-se que a informação é confidencial, mantendo-se o anonimato e não sendo divulgados os dados pessoais dos participantes nem o nome da Associação. Este documento, que tem o nome do/a participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso pelo prazo de cinco anos.

Agradece-se, desde já, a sua participação e, caso concorde em participar no projeto, solicita-se que assine este consentimento.

Confirmo que li e compreendi a informação apresentada e que tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com a mestranda. Confirmo, ainda, que, atempadamente, fui informada oralmente do conteúdo deste documento e que aceitei participar, com o meu filho, no projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social.

Assinatura, local e data

ANEXO B - MANUAL "FAVORITE THERAPEUTIC ACTIVITIES FOR CHILDREN, ADOLESCENTS, AND FAMILIES: PRACTITIONERS SHARE THEIR MOST EFFECTIVE INTERVENTIONS", DE LIANA LOWENSTEIN

Disponível em: <http://lianalowenstein.com/e-booklet.pdf>

NM